

Pedro Estevam  
da Rocha Pomar

Como o  
Exército  
liquidou  
o Comitê  
Central  
do PCdoB,  
São Paulo  
1976

# MASSACRE NA LAPA



Em dezembro de 1976, a chacina da Lapa encerrava de forma brutal a longa série de assassinatos cometidos pela ditadura militar contra seus opositores. Além do discutível privilégio de ter sido o último elo de uma cadeia sangrenta, que hoje se tenta fazer desaparecer da história, esse episódio chama a atenção por reunir em si muitos aspectos da luta política naquele período e de seus desdobramentos. A começar pelo esquecimento tácito de parte desta luta e de alguns de seus atores.

*Massacre na Lapa: Como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB – São Paulo, 1976*, de Pedro Estevam da Rocha Pomar se propõe a recuperar a memória desse episódio sangrento de nossa história. Desde a fria determinação dos prepostos da ditadura em liquidar os dirigentes do PCdoB até o drama pessoal dos que ousaram lutar naqueles anos difíceis.

## MASSACRE DA LAPA, 30 ANOS DEPOIS

A última operação sangrenta dos órgãos de repressão política da ditadura militar ocorreu em dezembro de 1976, em São Paulo, quando agentes do Exército assassinaram três dirigentes do então clandestino Partido Comunista do Brasil (PCdoB): João Baptista Franco Drummond, Ângelo Arroyo e Pedro Pomar. Outros seis militantes foram presos, cinco deles torturados sistematicamente durante semanas.

O episódio ficou conhecido como “Massacre da Lapa” (ou “Chacina da Lapa”), porque o desfecho da operação foi o ataque a tiros, na manhã de 16 de dezembro, à casa 767 da rua Pio XI, no bairro da Lapa, onde o comitê central do PCdoB reunira-se dias antes.

Os DOI-CODIs (Destacamentos de Operações de Informações - Centros de Operações de Defesa Interna) do I e II Exércitos executaram o ataque, que contou também com a participação de torturadores como o tenente-coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra e o delegado Sérgio Fleury, do DOPS.

O cerco que precedeu o ataque durou quatro dias e contou com cerca de 50 agentes. Um ofício confidencial revela que o Estado-Maior do II Exército pediu à Secretaria de Segurança Pública, com 48 horas de antecedência, que bloqueasse a rua Pio XI na manhã de 16 de dezembro. As prisões efetuadas foram realizadas, com uma única exceção, antes do ataque, na medida em que os participantes da reunião deixavam a casa.

Tudo isso prova que Arroyo e Pomar poderiam ter sido capturados, ao invés de metralhados.

Para justificar as mortes, o Exército informou que houve “resistência armada”, e a equipe de Fleury “plantou” armas no local. O Exército também mentiu sobre Drummond, alegando que ele morreu “atropelado”. Na verdade, o jovem militante estava sendo torturado no DOI-CODI, na rua Tutóia, quando conseguiu desvencilhar-se e fugir, mas despencou ao lado da torre de rádio.

A operação da Lapa contradiz frontalmente o mito criado pelo governo Geisel sobre o “fim dos excessos” após a destituição do general Ednardo D’Ávila do comando do II Exército, provocada pelos assassinatos de Vladimir Herzog (em outubro de 1975) e Manoel Fiel Filho (em janeiro de 1976). Alegou-se, na época, que a substituição de Ednardo pelo general “moderado” Dilermando Gomes Monteiro encurralara a linha-dura militar e banira para sempre dos quartéis a tortura e os assassinatos dos militantes da esquerda.

A execução de Pomar e Arroyo, a morte de Drummond e as torturas a que foram submetidos os demais militantes do PCdoB nas dependências do I e II Exércitos eram do conhecimento e tinham a aprovação de vários oficiais, inclusive Dilermando, o homem que Geisel colocou à frente do II Exército no lugar de Ednardo.

*Massacre na Lapa: Como o Exército liquidou o Comitê Central do PCdoB – São Paulo, 1976*, de Pedro Estevam da Rocha Pomar, é o mais completo e detalhado relato deste episódio, e ganha agora esta 3ª edição revista.

Pedro Estevam da Rocha Pomar

3ª Edição, revista

— 2006 —

## MASSACRE NA LAPA

Como o Exército liquidou o Comitê  
Central do PCdoB — São Paulo, 1976



EDITORA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO

## *Fundação Perseu Abramo*

Instituída pelo Diretório Nacional  
do Partido dos Trabalhadores  
em maio de 1996.

### *Diretoria*

Hamilton Pereira (presidente)  
Ricardo de Azevedo (vice-presidente)  
Selma Rocha (diretora)  
Flávio Jorge Rodrigues da Silva (diretor)

## *Editora Fundação Perseu Abramo*

### *Coordenação Editorial*

Flamarion Maués

### *Assistente Editorial*

Viviane Akemi Uemura

### *Revisão*

Maurício Balthazar Leal

### *Capa*

Gilberto Maringoni

### *Foto da capa*

Domício Pinheiro/Agência Estado

### *Editoração Eletrônica*

Enrique Pablo Grande

### *Impressão*

Bartira Gráfica

1ª edição: dezembro de 2006  
Todos os direitos reservados à  
Editora Fundação Perseu Abramo  
Rua Francisco Cruz, 224  
04117-091 — São Paulo — SP — Brasil  
Telefone: (11) 5571-4299 – Fax: (11) 5571-0910  
Correio eletrônico: editora@fpabramo.org.br

Visite a página eletrônica da Fundação Perseu Abramo  
<http://www.fpabramo.org.br>

Copyright © 2006 by Pedro Estevam Rocha Pomar

# Sumário

PEDRO ESTEVAM DA ROCHA POMAR .....	6
RECONHECIMENTO .....	7
APRESENTAÇÃO .....	9
DESARQUIVAR O BRASIL (NOTA DO AUTOR À 3ª EDIÇÃO) .....	11
NOTA DO AUTOR À 2ª EDIÇÃO .....	13
I – A QUEDA .....	17
REPÓRTER INOPORTUNO .....	18
NOITE DO DIA 15, VÉSPERA DO ATAQUE .....	19
DRUMMOND, VÔO PARA A MORTE .....	20
MADRUGADA DO DIA 16 .....	22
II – MARCADOS PARA MORRER .....	23
ARROYO .....	25
DRUMMOND .....	25
POMAR .....	27
III – LAUDOS SOB MEDIDA, OU QUASE .....	29
ARMAS “PLANTADAS” .....	31
A CASA .....	33
OS TIROS .....	35
AS TESTEMUNHAS .....	36
OS PREPARATIVOS .....	38

IV – DILERMANDO, PACIFICADOR	
À MODA DA CASA .....	42
VIBRANDO O CHICOTE .....	44
MITOLOGIA PRÓ-GEISEL .....	47
AS TORTURAS .....	48
TORTURA CHINESA .....	52
CLIMA DE AMEAÇA .....	53
GOLPES NA CABEÇA .....	53
SOCOS E PONTAPÉS .....	55
SUSPEIÇÃO SÓ A PEDIDO .....	59
POSE DE DEMOCRATA .....	60
O “DOUTOR MARCOS” FAZ A FESTA .....	61
PROVOCAÇÕES NO DOPS .....	67
V – QUEBRA-CABEÇAS .....	71
PRIMEIRAS INQUIETAÇÕES .....	74
ACORDO COM A REPRESSÃO .....	76
A REAPARIÇÃO DE JOVER .....	78
O “RELATÓRIO” .....	81
O ENVOLVIMENTO DE BRILHANTE USTRA .....	85
CURIÓ ENTREGA JOVER .....	86
VI – CONVERSACÃO COM O TRAIADOR .....	89
VELEIDADES LITERÁRIAS .....	91
11 DE OUTUBRO DE 1986 .....	93
UM VETERANO FORA DE QUALQUER JOGADA .....	96
VAMOS ENCERRAR ESSE ASSUNTO .....	99
SUSPEITAS AQUI E ACOLÁ .....	100
DE SÍSTOLE E DIÁSTOLE .....	102
A VOLTA À POLÍTICA .....	104
VII – RIO, 1975 .....	106
AS PRISÕES DE 1972-76 .....	107
A CAPTURA DE FRUTUOSO .....	109

---

A HISTÓRIA DE LAURINDA .....	110
AGONIA E MORTE DE FRUTUOSO .....	112
O MISTÉRIO DE HILDA .....	113
VIII – LEÔNIDAS, O CHEFE DO DOI-CODI .....	114
“PETULÂNCIA” .....	118
“DETALHES” .....	119
IX – NA CORTE MILITAR .....	121
APELAÇÃO AO STM .....	122
GUERRILHA IGNORADA .....	124
X – O SALDO POLÍTICO DA TRAGÉDIA .....	126
A REUNIÃO DE DEZEMBRO .....	131
A SEGURANÇA DO PARTIDO .....	133
A GUERRILHA EM DEBATE .....	135
VIDA OU MORTE .....	136
DESTITUIÇÃO DE DIRIGENTES .....	138
PROTESTO .....	145
A RUPTURA .....	155
XI – MEMÓRIA CURTA .....	158
ANEXOS .....	161
MEMORIAL DE HAROLDO LIMA A RESPEITO DE SEU AFASTAMENTO DO COMITÊ CENTRAL (1979) .....	161
O ADVOGADO .....	175
A SOBREVIVENTE .....	179
O REPÓRTER .....	181
O MILITAR .....	184
SIGLAS .....	188
BIBLIOGRAFIA .....	189

# Pedro Estevam da Rocha Pomar

Após o golpe militar de 1964, a perseguição política aos comunistas fez com que a família Pomar – Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, sua esposa Catarina Torres e os filhos do casal, entre eles Wladimir Pomar, bem como a esposa deste, Rachel, e os respectivos filhos – passasse à clandestinidade. Por esse motivo, em 1965, aos 7 anos de idade, Pedro Estevam da Rocha Pomar, filho mais velho de Wladimir e Rachel, passou a usar o nome de Marcos Soares.

Nascido em 1957 no Rio de Janeiro, Pedro Estevam viveu em diversas cidades do Brasil antes de chegar, em 1976, em Belém, onde começou a trabalhar como jornalista aos 18 anos, em *O Liberal*. Depois de atuar nos alternativos *Nanico* e *Resistência*, diplomou-se em jornalismo pela Universidade Federal do Pará, em 1982, e retornou a São Paulo, onde morara por vários anos.

Trabalhou na *Folha de S. Paulo*, *Gazeta de Pinheiros* e em outras publicações, bem como na TV Gazeta. Assessorou diversos sindicatos de trabalhadores. Milita, desde 1987, no movimento sindical e no Partido dos Trabalhadores. Nesse mesmo ano lançou a 1ª edição do livro *Massacre na Lapa* (ed. Busca Vida). A 2ª edição foi lançada em 1996 (ed. Scritta). Também é autor de *A democracia intolerante* (Arquivo do Estado, 2002).

Pedro Estevam, que em 1993 recebeu autorização judicial para voltar a usar seu verdadeiro nome, tornou-se em 2001 mestre em História pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (Unesp) e em 2006 doutor em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo (USP).

# Reconhecimento

Impossível agradecer às dezenas de pessoas que me auxiliaram nas diferentes fases de elaboração deste livro. Os nomes mencionados a seguir estão entre os que mais contribuíram para que uma reportagem se transformasse neste livro e, finalmente, viesse a ser publicada.

Começo por citar o apoio, insubstituível, dos veteranos militantes comunistas Eloi Martins e Otto Alcides Ohlweiler. Também em Porto Alegre, atormentei por vezes o líder petista Raul Pont, que me prestou auxílio valioso.

Entre os jornalistas, Álvaro Caropreso, Ana Lagoa, André Pereira, Antonio Carlos Queiroz, Jaime Sautchuk, José Fernando Lefcadito, Márcia Cezimbra, Sérgio Gabriel Lopes – colaboraram todos, de alguma forma, enquanto os repórteres-fotográficos Hélio Campos Mello, Samuel Iavelberg e Milton Soares e o pesquisador Vladimir Sacchetta emprestaram, por sua vez, decisiva contribuição ao acervo iconográfico aqui reunido.

Graças ao reverendo Jaime Wright, coordenador do projeto Brasil: Nunca Mais, recolhi, em arquivos, importantes subsídios. Devo assinalar ainda o apoio recebido de Marília Andrade e Rachel Pomar.

Por último, declaro que o texto final sofreu substancial melhora a partir das observações e sugestões de Carlos Eduardo Carvalho, Carlos Machado e Maria Inês Baeninger. Sem esse crivo, maiores seriam os defeitos.

O Autor  
(1987)



# Apresentação

Em dezembro de 1976, a chacina da Lapa encerrava de forma brutal a longa série de assassinatos cometidos pela ditadura militar contra seus opositores. Além do discutível privilégio de ter sido o último elo de uma cadeia sangrenta, que hoje se tenta fazer desaparecer da história, esse episódio chama a atenção por reunir em si muitos aspectos da luta política naquele período e de seus desdobramentos. A começar pelo esquecimento tácito de parte desta luta e de alguns de seus atores.

Na memória da opinião pública democrática e de esquerda, o último morto da ditadura foi Vladimir Herzog, explicitamente citado assim quando se completaram dez anos de seu assassinato, em 1985. Mas, depois dele, ainda vieram Manoel Fiel Filho e, um ano depois, Pomar, Arroyo e Drummond.

O operário Fiel Filho tinha em comum com os mortos da Lapa não ser de profissão intelectual. Não eram figuras típicas da classe média, não tinham atividades legais que os notabilizassem antes da prisão. Não vai nisso nenhum demérito à figura de Vlado, devo acrescentar. Trata-se apenas de lembrar que a sociedade brasileira dificilmente reconhece alguém que esteja à margem das instituições – e nisto a esquerda a acompanha quase sempre. Isto em nada diminui o peso da tragédia de Vlado nem o horror de seu assassinato pela ditadura. Apenas ilustra adicionalmente o isolamento a que tinham chegado as organizações clandestinas, hoje refletido na lembrança cada vez mais esmaecida que cerca seus mortos.

A Lapa teve a particularidade de ocorrer já na era da distensão, ascendente direta da abertura e da “Nova República”. Comandava o II Exército o general Dilermando Gomes Monteiro, colocado em São Paulo por Geisel depois da rumorosa demissão de Ednardo D’Ávila, na esteira do assassinato de Manoel Fiel Filho.

Para a opinião pública, Dilermando era apresentado como “democrata”, opositor da “linha dura”, e acabou inocentado, ficando a chacina por conta dos “órgãos de segurança”. Uma manobra bem feita, que atirou a responsabilidade sobre um ente sem face e sem nomes, protegido adicionalmente pelo apelo à conveniência de evitar problemas para seus supostos inimigos – os generais “democratas” e os políticos da direta “civilizada”.

Triste antecipação da “Nova República”, da transição negociada. Afinal, a começar pelo homem do jaquetão<sup>1</sup> e salvo um ou outro bode expiatório, continuam no poder, ou muito próximos a ele, todos os velhos servidores da ditadura. Só que devidamente reabilitados por uma operação semelhante à que absolveu Dilermando e Geisel na época: o sangue teria corrido à sua revelia, eles eram inocentes, queriam coibir os excessos, e por aí afora.

A Lapa marca também de forma terrível a tragédia da esquerda brasileira nos anos 1970. O Partido Comunista do Brasil (PCdoB) era a única organização ainda estruturada àquela altura e teve sua direção destroçada pela delação de um veterano comunista, homem provado e experimentado na luta, como se dizia no jargão da época. Digno sucessor do stalinismo, sempre pronto a classificar qualquer dissidente como agente do inimigo a soldo sabe-se lá de quem, o PCdoB nunca apresentou explicações sobre o que ocorreu com Jover Teles. Não apenas parece ignorar a tragédia pessoal desse homem, o processo pelo qual acabou chegando à traição, como também se recusa a discutir como foi possível que tenha sido, afinal, levado para a reunião fatídica, à revelia das normas de segurança usuais.

Uma reunião que mudaria o futuro do partido se não tivesse caído, já que consagrara em seu decorrer um importante avanço na luta interna do Comitê Central a respeito da Guerrilha do Araguaia. E que, caindo, mudou de fato o futuro do PCdoB, permitindo que a própria existência da luta interna fosse negada ao conjunto do partido por um período ainda mais longo, enquanto a direção remanescente se recompunha e procurava eliminar os vestígios das posições críticas que cresciam no Comitê Central (CC) trancadas a sete chaves. Isso explica em parte a resistência do PCdoB ainda hoje em tratar da Lapa. O resto fica por conta do sectarismo e do pouco caso pela apuração e reconstituição dos fatos concretos.

A isto se propõe este livro: recuperar a memória de um episódio sangrento de nossa história. Desde a fria determinação dos prepostos da ditadura em liquidar os dirigentes do PCdoB até o drama pessoal dos que ousaram lutar naqueles anos difíceis. Infeliz o país que precisa de heróis, disse Brecht. Felizmente o Brasil teve alguns.

Carlos Eduardo Carvalho  
(1987)

---

<sup>1</sup> Referência ao então presidente José Sarney.

# Desarquivar o Brasil

## (Nota do autor à 3ª edição)

Decorridos 30 anos do massacre de dirigentes do PCDoB realizado pelo Exército na cidade de São Paulo, constata-se que o Brasil pouco mudou no que concerne ao poder dos militares. As Forças Armadas, e o Exército em especial, continuam a comportar-se como nos tempos da ditadura, colocando-se acima da lei e considerando-se credoras e tutoras da sociedade brasileira.

O “poder civil” quase nada fez para mudar esse estado de coisas. O governo federal recorreu de sentença judicial que ordenou a abertura dos arquivos relacionados à Guerrilha do Araguaia. Depois comprometeu-se a abrir todos os arquivos das Forças Armadas referentes à repressão política, mas não o fez. Em 2004, o Centro de Comunicação Social do Exército (Cecomsex) emitiu uma nota sobre o caso Herzog que parecia ter sido redigida nas masmorras dos antigos DOI da década de 1970. A crise decorrente derrubou o ministro civil da Defesa, sem culpa no episódio, ao passo que o comandante do Exército e o general chefe do Cecomsex, autores da nota, permaneceram nos cargos. Em 2005, por iniciativa do governo, o Congresso aprovou a Medida Provisória 228/04, instituidora do “sigilo eterno” de determinados documentos.

Preocupa o desrespeito às mais mezinhas regras democráticas, por parte de setores da alta oficialidade. Que a Polícia Federal tenha precisado recorrer à Justiça Federal para obter, da Aeronáutica, os dados relativos ao acidente que vitimou o Boeing da Gol, em outubro de 2006, certamente diz muito sobre a mentalidade que domina parcela do generalato brasileiro.

Outras heranças da ditadura continuam bem vivas no Brasil do século XXI: as polícias militares e a prática generalizada da tortura pelos agentes da lei. As PMS, criadas pelo regime militar com claro caráter antipopular, são – ainda hoje – as forças policiais que mais matam no mundo todo. A pena de morte inexistente na Constituição, mas as PMS têm carta branca para aplicá-la, como evidenciado nos casos do Carandiru, de Eldorado dos Carajás e nos episódios de execução de mais de uma centena de “suspeitos” em maio de 2006 em São Paulo. Quanto à tortura, persiste dentro e fora das delegacias, e mesmo em alguns quartéis do Exército, nos quais os supliciados são militares submetidos a bizarros rituais de passagem.

Neste contexto, tem forte valor simbólico a ação judicial movida pela família de Maria Amélia de Almeida Teles, ex-militante do PCdoB, para que o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra seja declarado *torturador*<sup>2</sup>. Envolvido em diversos casos de assassinato, o “Capitão Tibiriçá” vinha sendo protegido pela cobertura dada pela Lei da Anistia, de 1979, aos praticantes de “crimes conexos”, isto é, os agentes da ditadura que torturaram e mataram em nome do combate à “subversão”.

Após o lançamento da segunda edição deste livro, em 1996, surgiram muitas informações e documentos sobre a Guerrilha do Araguaia, mas não houve notícia de qualquer fato que viesse a alterar, ou esclarecer melhor, o que já se sabia sobre o Massacre da Lapa<sup>3</sup>. A primeira e a segunda edições, com suas pequenas tiragens, hoje esgotadas, cumpriram, na medida do possível, o papel de denunciar o crime cometido pelos órgãos de segurança, elucidar as circunstâncias, apontar os responsáveis diretos, revelar os seus desdobramentos.

O Brasil precisa ser desarquivado. A abertura dos arquivos militares contribuirá decisivamente para que se conheçam por inteiro os crimes da repressão política, e se faça justiça, em homenagem à memória dos que tombaram na luta contra a opressão e para reparar o sofrimento dos que perderam familiares, amigos, camaradas.

Sou grato a Ana Beatriz e a Natália Guerrero, que me ajudaram a preparar os originais; a Rogério Chaves, incentivador desta reedição; e a Ana Paula, pelo apoio incansável. Também agradeço, tardiamente embora (e por isso acrescento um pedido de perdão), a Alcir Henrique da Costa por sua colaboração nas pesquisas realizadas, já faz tantos anos, no Rio de Janeiro.

O Autor

São Paulo, 14 de novembro de 2006

---

<sup>2</sup> São autores da ação, protocolada em setembro de 2005, Maria Amélia, seu marido César Teles, seus filhos Janaina Teles e Edson Teles, e sua irmã Criméia Schmit, que estiveram encarcerados no DOI-CODI do II Exército em 1972, quando Ustra o comandava. Na ocasião, Maria Amélia, César e Criméia foram torturados. O processo contra Ustra reabriu a discussão sobre a Lei da Anistia, ao mesmo tempo que mobilizou a direita militar em apoio ao oficial processado.

<sup>3</sup> Em *A ditadura encurralada*, (Cia. das Letras, 2003) p. 375-378, Elio Gaspari reproduz trechos de um informe sobre o episódio, enviado pelo general João Figueiredo, então chefe do SNI, ao general-presidente Ernesto Geisel, ditador de plantão. O informe, repleto de erros (devidamente apontados por Gaspari), repete no essencial a versão dos fatos divulgada pelo II Exército.

## Nota do autor à 2ª edição

Decorridos nove anos do lançamento deste livro, tornou-se imperiosa, para mim, a necessidade de uma nova edição. Primeiro, para atualizá-lo, porque surgiram novos fatos e documentos, corroborando as hipóteses nele esboçadas, ou acrescentando novos elementos de convicção.

Segundo, porque percebi a possibilidade de burilá-lo, suprimindo detalhes cansativos, descartando alguns documentos que se prestam apenas a eventuais interessados numa “arqueologia completa do PCdoB” (na expressão do jornalista Bernardo Kucinski), e finalmente aperfeiçoando o texto, com a intenção de torná-lo mais acessível aos não-iniciados, mais claro, mais fácil de ler.

Terceiro, por entender que é preciso continuar combatendo os efeitos de certa propaganda mistificadora, criadora da lenda dos generais bonzinhos e geradora de um formidável lapso de memória que acomete, de tempos em tempos, os jornalistas brasileiros.

\*\*\*

Os anos 1992-93 foram marcados por chocantes revelações sobre os métodos utilizados pela repressão militar contra as organizações de esquerda no período ditatorial. O esquartejamento de corpos das vítimas de torturas, a queima de cadáveres, a execução sistemática de dezenas de guerrilheiros presos no conflito do Araguaia, o aliciamento de quadros dirigentes dos partidos clandestinos como delatores a soldo do Exército: tudo isso se tornou público.

Pedro Mira Grancieri, o assassino de Vladimir Herzog, foi identificado, localizado e entrevistado (mas não punido). Manoel Jover Teles, responsável pela “queda” da Lapa, foi localizado e entrevistado por repórteres. E o tenente-coronel Sebastião Curió voltou a matar, atirando pelas costas em dois garotos que furtavam sua chácara.

No final de 1993, a Justiça Federal deu ganho de causa à família de João Baptista Franco Drummond na ação movida contra a União, reconhecendo que ele morreu no Destacamento de Operações de Informações-Centro de

Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército na madrugada de 16 de dezembro de 1976. Foi a primeira vez que a Justiça civil manifestou-se sobre a Lapa, e o fez sem deixar dúvidas quanto à responsabilidade criminosa dos comandados do general Dilermando Gomes Monteiro, o “moderado”.

Ainda hoje, no entanto, importantes órgãos da imprensa omitem o episódio da Lapa e, concomitantemente, reafirmam a tese mentirosa de que a demissão do general Ednardo D’Ávila do comando do II Exército (e sua substituição pelo general Dilermando) teria colocado um ponto final nas torturas e nos assassinatos políticos em São Paulo.

Assim, este livro continua útil e necessário, para que as gerações mais novas saibam que, no dia 16 de dezembro de 1976, três homens de raízes proletárias, que sonhavam e lutavam por uma sociedade socialista, perderam suas vidas pelas mãos do Exército do ditador Ernesto Geisel.

\*\*\*

Em março e abril de 1996, em duas sessões, a Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos, criada pela lei 9.140/95, aprovou a inclusão, entre outros, dos nomes de Angelo Arroyo, João Baptista Franco Drummond e Pedro Pomar, os mortos na ação da Lapa, na lista oficial de pessoas assassinadas por órgãos de repressão ou mortas sob sua custódia durante o regime militar. O nome de Drummond foi incluído por unanimidade, tamanhas a quantidade e a contundência das provas apresentadas. Os de Arroyo e Pomar, porém, esbarraram na resistência dos representantes mais duros do governo, que se escudaram na farsa do “tiroteio”.

A inclusão dos nomes foi aprovada pela Comissão Especial, formada por sete membros, com as votações de 4 x 3 e 5 x 2, respectivamente. Contra o nome de Arroyo votaram o jurista Miguel Reale Júnior, presidente da Comissão Especial, Eunice Paiva (viúva de Rubens Paiva) e o general reformado Oswaldo Gomes, representante do Exército. Contra o nome de Pedro Pomar votaram novamente Reale Júnior e o general, que repetiu aos jornalistas presentes ao Ministério da Justiça a surrada versão da troca de tiros entre os matadores profissionais do DOI-CODI e os dois dirigentes comunistas.

Porém, o reconhecimento administrativo da responsabilidade do Estado no episódio não basta. É preciso que se dêem a conhecer todas as circuns-

tâncias do massacre e sejam nomeados seus responsáveis individuais, para que sejam condenados, se não pela Justiça, pela memória histórica de nosso país e de nosso povo.

\*\*\*

Agradeço aos meus irmãos Valter e Milton as diversas sugestões e o apoio recebido (que, note-se, remontam à 1ª edição). Também sou grato ao auxílio recebido da jornalista Ana Maria Mandim. Aproveito para acrescentar agradecimentos que faltaram na 1ª edição. Ao advogado Luís Eduardo Greenhalgh, que cedeu seus arquivos. A Wladimir Pomar, meu pai, que contribuiu decisivamente na elaboração da pesquisa, formulando hipóteses que os fatos, na maioria das vezes, confirmaram.

\*\*\*

Por último, uma explicação: este livro não pretende ser uma “história” do PCdoB, não condena nem faz a apologia desse partido, nem seu autor tem com ele qualquer vínculo.

O Autor  
Ribeirão Preto, setembro de 1996



# I

## A queda

*No expediente de ontem no Quartel-General do Ibirapuera, oficiais do II Exército receberam numerosos telefonemas de pessoas ligadas a todas as atividades sociais deste Estado, cumprimentando-os pelo êxito da operação, efetuada sem pôr em risco a integridade física dos moradores da vizinhança.*

*O Globo, 18/12/1976*

Dia 16 de dezembro de 1976. São quase 7 horas da manhã em São Paulo. Uma equipe do Destacamento de Operações de Informações-Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI) do II Exército acaba de prender, na avenida Faria Lima, dois militantes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). Tirado à força do velho Corcel azul, encapuzado e enfiado em um Volks chapa fria, o operário Joaquim Celso de Lima, motorista do Comitê Central (CC) da organização, ainda tem tempo de ouvir quando um dos agentes usa o rádio:

— Tudo limpo. Pode tocar a operação<sup>4</sup>.

\*\*\*

A mensagem é recebida a quilômetros dali, na rua Pio XI, no Alto da Lapa, onde numerosa tropa de militares e policiais, sob o comando do tenente-coronel Rufino Ferreira Neves, faz o cerco à casa de número 767. Dado o O.K., a fuzilaria começa sem qualquer aviso aos ocupantes da casa. E, também, sem a preocupação de retirar os moradores da vizinhança. O matraquear das metralhadoras utilizadas no ataque vai durar o suficiente

---

<sup>4</sup> Joaquim Celso de Lima, depoimento ao autor, 1986.

para destruir porta, janelas e basculantes e fazer cair pedaços de reboco do teto. Vinte minutos, como dirão depois, ou talvez menos.

Na casa estão Ângelo Arroyo e Pedro Pomar, membros da Comissão Executiva Nacional do PCdoB, e Maria Trindade, militante encarregada das tarefas domésticas. Num primeiro momento eles não entendem o que acontece, o estrondo, o reboco caindo. A Arroyo não lhe dão sequer esta chance. Sai do banheiro, “Que é isso?”, e então é atingido pelas costas com tal impacto que o corpo parece saltar para a frente. “Que desgraça! Nos pegaram”, grita Pomar. Estas cenas e palavras estão gravadas na memória de Maria Trindade, que sobrevive ao massacre<sup>5</sup>. Porque Pomar, como Arroyo, estará morto em instantes.

Na casa ao lado, a 765, os moradores acordam assustados. Nela há crianças, até mesmo um recém-nascido. É tiroteio, avisa logo o genro de Guiomar Issa, dona da casa. Em meio à fuzilaria, a filha Nice escuta os gritos de uma mulher e vozes masculinas. “Pára, pára”, berra Maria Trindade; “Atira, atira no pé dela”, ameaça um agente. A certeza de que tudo terminou vem com o toque da campainha.

É o delegado Sérgio Fernando Paranhos Fleury, do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DOPS). Quer saber se tudo está bem e pede desculpas pelo “susto” causado à família. Com ele, agentes trajando coletes à prova de bala e chupando laranjas. Um deles diz a dona Guiomar, à guisa de justificativa, que não avisaram sobre o ataque porque a família poderia estar ligada aos ocupantes da casa vizinha.

### REPÓRTER INOPORTUNO

O repórter Nelson Veiga, da TV Bandeirantes, está na redação quando é avisado, por volta das 7 horas, de que algo estranho ocorre na rua Pio XI. Um morador informa que a rua está bloqueada de ponta a ponta desde cedo e tomada por grande aparato militar. Este telefonema permite que Veiga seja o primeiro jornalista a ver a casa após o ataque. Quando chega ao local, Maria Trindade ainda não fora levada: ele a vê rodeada por um grupo de militares.

---

<sup>5</sup> Maria Trindade, depoimento a Rivaldo Chinem. *Repórter*, agosto de 1979.

Veiga tivera o cuidado de estacionar o carro da reportagem a distância, para não chamar a atenção. Mandara também que o cinegrafista não se aproximasse muito da casa, pelo mesmo motivo. Então, resolve entrar para ver do que se trata, beneficiando-se do fato de que ali há muita gente à paisana. Certamente é tido como um agente, um policial a mais. Chega ao alpendre da residência; vê os corpos de Arroyo e Pomar; não vê arma alguma ao lado deles. Está examinando tudo quando é interpelado por Fleury:

— Que é que você está fazendo aqui?

Irritado, o delegado reconhece o veterano repórter de polícia com quem teve uma desavença em seus tempos de investigador. Veiga tenta argumentar que é um profissional, está ali a serviço, mas Fleury, possesso, atira os agentes contra ele:

— Esse cara é jornalista, como é que vocês deixaram entrar?

Agredido a socos e coronhadas de metralhadora, Veiga é detido e levado para o DOI-CODI, na rua Tutóia<sup>6</sup>. A “operação urbana”, oficialmente desencadeada pelo Exército uma semana antes, em 10 de dezembro, com o fim de executar alguns dos principais dirigentes do PCdoB e prender vários outros, é incapaz de evitar, apesar do minucioso planejamento, a incômoda presença de alguém que não veria, no aparelho da rua Pio XI, qualquer arma que não as portadas naquele momento por militares e policiais que o invadiram. Na época, contudo, esse detalhe não tem importância legal. E, de qualquer maneira, será preciso recorrer a outro expediente para justificar uma terceira morte: a de João Baptista Franco Drummond.

### NOITE DO DIA 15, VÉSPERA DO ATAQUE

Drummond e Wladimir Pomar foram os primeiros a deixar a casa da rua Pio XI, onde se realizara durante os dias 14 e 15 de dezembro uma reunião

<sup>6</sup> Nelson Veiga, depoimento ao autor, 1986 (ver integra nos Anexos). O *Estado de S. Paulo* também noticiou o incidente, embora de modo diferente: “Uma equipe da Rádio e Televisão Bandeirantes, liderada pelo jornalista Nelson Veiga, teve seu equipamento apreendido e foi levada para a sede do DOI, na rua Tutóia, onde Nelson, um cinegrafista e um técnico de som levaram alguns tapas, até que o incidente foi contornado e o próprio secretário da Segurança Pública, coronel Erasmo Dias, telefonou ao repórter pedindo compreensão e desculpas”. “Tiros, gritos e 20 minutos de pânico”. *O Estado de S. Paulo*, 17/12/1976, p. 17.

do CC do PCdOB, com a participação de nove pessoas, das 11 presentes. Joaquim Celso de Lima e Maria Trindade, embora militantes, não faziam parte da direção.

Encerrados os trabalhos, os dirigentes devem retirar-se em duplas, no carro dirigido por Joaquim, e sempre acompanhados por Elza Monnerat, também integrante do CC, moradora da casa e “olheira” nas diversas viagens feitas para trazer e, depois, levar de volta o pessoal. Por medida de segurança, todos, menos Elza e Joaquim, entravam e saíam de olhos fechados, para não reconhecer o local.

A casa está sob vigilância há vários dias. O Corcel é seguido, com cuidado, por vários carros empregados no esquema montado pelo DOI-CODI. É o que acontece depois com Drummond e Wladimir, após serem deixados nas imediações da avenida Nove de Julho: as equipes do II Exército passam a seguir os dois, separadamente – enquanto Elza e Joaquim retornam sem incidentes ao aparelho, para buscar a dupla seguinte.

Drummond, que iria para Goiás, é preso antes de iniciar viagem. Wladimir, por sua vez, chega a notar que estão no seu encaço e tenta despistar os perseguidores. Arranja tempo para livrar-se de documentos. É capturado na avenida Santo Amaro, acusado de ser “puxador” de carro, e aí mesmo começa a ser espancado.

Já no DOI-CODI, apanhando “de soco, pau e botinada”, Wladimir percebe, antes da meia-noite, a presença do companheiro, revelada pelo comentário de um agente. O pacote de biscoitos “recheado” com o jornal do partido, *A Classe Operária*, mencionado por alguém em tom de galhofa, ele o vira nas mãos de Drummond antes de se retirarem da casa da Lapa. Depois, escutará gritos de dor<sup>7</sup>.

### DRUMMOND, VÔO PARA A MORTE

Por volta das 4 horas da manhã do dia 16, Wladimir ouve uma correria, gente descendo escadas, uma voz que pede um médico com urgência. Drummond tentara fugir em meio a sessões de tortura, saltando de uma

---

<sup>7</sup> Wladimir Pomar, depoimento ao autor, 1986.

torre de rádio. Foi um vôo para a morte, como revelará, anos depois, Marival Chaves do Canto, sargento do Exército que atuou nos bastidores da operação como analista de informações do DOI-CODI. O laudo cadavérico do Instituto Médico-Legal (IML), órgão da polícia, aponta a mesma hora. Mas os jornalistas encarregados da cobertura do caso são obrigados a divulgar uma versão que nada tem a ver com a verdade: Drummond teria morrido atropelado quando tentava fugir, precisamente na esquina da avenida Nove de Julho com a rua Paim. O laudo do IML apenas homologa essa invenção.

É meio-dia quando Frederic Chapin, cônsul-geral dos Estados Unidos em São Paulo, chega ao prédio da Cúria Metropolitana. Nervoso, quase invade a sala de D. Paulo Evaristo Arns. Fala da chacina, pede ao cardeal que inicie gestões para evitar a morte dos que estão presos. “Sabíamos da reunião há dias, mas não esperávamos que sob o Dilermando acontecesse o que aconteceu”, diz o diplomata. E avisa a D. Paulo que tem os nomes dos militantes presos<sup>8</sup>. O Departamento de Estado dos Estados Unidos, portanto, estava informado de tudo, mas nada fizera para evitar a matança.

No final da tarde do dia 16 o Exército emite nota oficial, informando que se travou “um tiroteio na rua Pio XI, em face da reação à bala dos sitiados, daí resultando dois subversivos mortos, havendo um terceiro morto atropelado, quando de sua fuga”. A nota não fornece o número de presos nem seus nomes, e fala da colaboração de “outros órgãos de segurança” (oficiosamente foram mencionados o I e o III Exércitos). Assina-a o general Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército, amigo íntimo do presidente da República e suposto fiador da abertura democrática em São Paulo, na condição de substituto do general Ednardo D’Ávila, exonerado em decorrência dos assassinatos de Vladimir Herzog e Manoel Fiel Filho.

Aldo da Silva Arantes foi preso ainda na noite do dia 15, quando se aproximava da estação Paraíso do metrô. Haroldo Rodrigues Lima foi seguido até sua casa, na avenida Pompéia, e preso apenas no dia seguinte, ao deixar o local. Uma vez mais, o carro do partido, após transportar a dupla, retorna à rua Pio XI sem que se note qualquer anormalidade. Todos ali dormirão sem saber que a repressão já prendera três membros do CC.

---

<sup>8</sup> Paulo Evaristo Arns, depoimento ao autor, 1987.

## MADRUGADA DO DIA 16

O Corcel deixa a casa 767 pela última vez, Joaquim ao volante, Elza como guia, José Gomes Novaes e Manoel Jover Teles como passageiros. Imediatamente o motorista sente-se seguido: as manobras dos perseguidores são ostensivas, próprias mesmo de quem deseja se fazer notar. Mas Joaquim só acreditará nisso em Pinheiros, quando já não resta dúvida do que está ocorrendo. “Estão nos seguindo”, avisa, e Elza manda que Novaes e Jover abram os olhos, terão que sair do carro e fugir a pé. Por um momento Joaquim acha que driblou a perseguição; pára o carro; Novaes e Jover descem rapidamente; o Corcel segue adiante. Minutos depois, é “fechado” por vários carros pertencentes à repressão. São quase 7 horas da manhã em São Paulo.

## II

# Marcados para morrer

*Na explicação dada por militares do QG [quartel-general], havia interesse do comando do II Exército em prender todos os participantes da reunião da cúpula do PCdoB “com vida e em perfeitas condições físicas”. Isso não aconteceu, explica essa fonte, “pela reação havida ao receberem voz de prisão”.*

*Jornal da Tarde, 18/12/1976*

A operação da rua Pio XI liquidou três extraordinários lutadores da resistência ao regime militar. Por coincidência, pertenciam a gerações diferentes. Foi como se o regime quisesse, de uma só vez, sangrar várias gerações de oponentes, roubando a cada uma delas um filho. “Não tenho dúvida de que estava tudo planejado para estourar, prender e matar. Todos ali eram pessoas marcadas para morrer”, afirmou ao autor, em 1996, o ex-sargento Marival Chaves, que serviu no Centro de Informações do Exército (CIE) e no gabinete do general Walter Pires, ministro do Exército de João Figueiredo, o último general-presidente<sup>9</sup>.

Se antes da Guerrilha do Araguaia os militantes do PCdoB já eram trucidados nos porões da repressão, não espanta que após a derrota do movimento, contra o qual empregou os mais bárbaros procedimentos, degolando cadáveres e executando prisioneiros, o Exército quisesse agir do mesmo modo: fuzilando gente indefesa. Se de fato, como foi noticiado, houvesse interesse em prender todos os participantes da reunião “com vida e em perfeitas condições físicas”, isso teria acontecido.

A casa foi atacada com o objetivo de eliminar Arroyo e Pomar. Drummond foi seguido, preso e levado ao DOI-CODI, mas seus captores não contavam com a hipótese do “acidente de trabalho” que resultou em sua morte: sua tentativa de fuga, inesperada e surpreendente para eles, mas não para aque-

---

<sup>9</sup> Marival Chaves do Canto, entrevista ao autor, 1996.

les que conheciam a disposição do jovem dirigente, já anunciada em reuniões do PCDOB, de resistir ativamente à brutalidade da repressão. Nas linhas seguintes, traçamos um breve histórico da vida desses três homens, ceifados pela ditadura militar.

### ARROYO

Ângelo Arroyo, filho de Ângelo Arroyo e Encarnação Pardido, nascido em São Paulo em 6 de novembro de 1928, era um dos poucos operários pertencentes ao Comitê Central do PCDOB. No antigo Partido Comunista ele teria entrado em 1945, elegendose membro do Comitê Regional paulista já no ano seguinte, ao mesmo tempo em que dirigia a organização do partido na Moóca, bairro fabril. Líder sindical metalúrgico, atua nas fortes greves do biênio 1952-53 em São Paulo.

Ascende ao Comitê Nacional do antigo PCB em 1954, eleito pelo IV Congresso. No V Congresso, em 1960, rejeita o caminho da “transição pacífica para o socialismo”, juntando-se ao grupo que fundaria o PCDOB (ou o reorganizaria, como entende o partido), na Conferência Nacional Extraordinária de fevereiro de 1962. Arroyo é eleito membro do Comitê Central e da Executiva Nacional. A partir de 1964 é condenado à revelia, em vários processos abertos na Justiça Militar, a penas que somam 11 anos de prisão.

No início da década de 1970 Arroyo estará nas matas do Araguaia, no Pará, integrando a Comissão Militar que dirige as forças guerrilheiras do PCDOB. Quando, na terceira campanha do Exército, a guerrilha é finalmente derrotada, reduzida a duas dezenas de combatentes mal equipados e famintos, os líderes restantes – Osvaldo Orlando da Costa, o Osvaldão, entre eles – decidem que Arroyo deve bater em retirada, retornar ao sul do país e informar o partido sobre a situação no Araguaia. Arroyo resiste, mas eles o obrigam, em janeiro de 1974, a tentar a fuga junto com um companheiro.

Consegue furar o cerco do Exército e restabelecer o contato com a direção nacional do PCDOB. Assim, é dele o mais extraordinário relato das ocorrências da guerrilha, escrito em 1974. Seco, desprovido de floreios ou de apreciações de caráter subjetivo, esse documento é uma fonte histórica somente comparável, em valor, ao diário de outro comandante da Guerrilha, Maurício Grabois.

A derrota sofrida no Araguaia, a perda de tantos companheiros, a circunstância de ser um dos raros sobreviventes fizeram de Arroyo um homem amargurado, “para quem o correto teria sido morrer com os demais companheiros”, segundo Wladimir Pomar<sup>10</sup>. Aos 48 anos, tomba desarmado, desavisado, na casa frágil de uma grande cidade, o guerrilheiro que escapara na selva às tropas de elite do regime militar.

## DRUMMOND

O mineiro João Batista Franco Drummond era, aos 34 anos, um dos mais jovens membros do Comitê Central. Oriundo da Ação Popular Marxista-Leninista (APML, ou simplesmente AP), passou a fazer parte da direção nacional do PCdoB em 1974, data da fusão dos dois partidos. Sua adesão ao PCdoB, contudo, já se dera bem antes, em 1972, quando ele integrava a direção da AP na Bahia. Em ocasião particularmente dramática para o PCdoB, que vira *cair* todo o seu Comitê Regional, Drummond é quem aciona a transferência de militantes e quadros da AP para a outra organização.

Drummond nasceu em 28 de maio de 1942, em Varginha, filho de João Baptista Moura Drummond e Zilah Carvalho Drummond. Ativo no movimento estudantil, presidiu o Diretório Acadêmico da Faculdade de Ciências Econômicas de Belo Horizonte e foi um dos principais organizadores do XXVII e do XXVIII congressos da União Nacional dos Estudantes (UNE). Depois atuou no movimento camponês do sul de Minas Gerais e, posteriormente, como militante da AP, em Pernambuco. Sua ação contra o regime militar lhe valeu condenações, à revelia, a 14 anos de prisão.

Entre 1974 e 1976, Drummond morou em Goiânia, trabalhando como fotógrafo. Depoimento de suas irmãs atesta que Drummond “sempre fazia analogia entre os atos do cotidiano e a fotografia, dizendo-nos que ambos, na sua singularidade, criavam efeitos desencadeadores”. Dizem mais, em texto que é um diálogo imaginário com o irmão: “Falando em

---

<sup>10</sup> POMAR, Wladimir. *Araguaia, o partido e a guerrilha*. São Paulo, Brasil Debates, 1980, p. 46.

fotografia, João, que surpresa saber dos prêmios nacionais ganhos por você, sob pseudônimo, neste ofício que lhe permitiu sustentar sua família durante tantos anos”<sup>11</sup>.

Drummond dedicou-se à implantação de organizações de base do PCdoB em Anápolis, reduto oposicionista, segundo centro econômico de Goiás. Uma onda de prisões de militantes do PCB e remanescentes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), em 1975, gerou notícias controversas: em reunião do Comitê Central, Drummond é dado como morto. Durante alguns meses ele perde o contato com as estruturas partidárias. Resolve então, para rearticular-se, procurar pessoas em Salvador, onde morara. Casualmente encontra um militante, em uma rua do centro, e refaz as ligações.

— Você não morreu, seu *fresco*?

— Morri nada!

— Até elogio fúnebre fizeram para você.

— Sacanagem. Agora, se eu for preso e me comportar mal, vão dizer: por que o sacana não morreu mesmo naquela época?<sup>12</sup>

Isso ocorreu em fins de 1975, ou início de 1976. Um ano depois, o decidido Drummond seria vítima do derradeiro “atropelamento” praticado pela ditadura. Arrancaram-lhe a vida, mas dele não obtiveram informação alguma. A repressão, em contrapartida, montou uma armadilha. Os jornais *O Popular*, de Goiânia, e *Correio Braziliense*, de Brasília, publicaram anúncios informando um “desaparecimento”:

Está desaparecido de sua residência, desde dezembro do ano passado, José Edilson de Souza. Ele tem aproximadamente 30 anos de idade, cabelos e olhos castanhos, 1,73 de altura. Trajava na ocasião calça azul US-Top e camisa xadrez. Sua família, aflita, está solicitando a quem souber de seu paradeiro informar na 11ª Avenida, nº 677, na Vila Nova.

---

<sup>11</sup> Cf. *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife, Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

<sup>12</sup> Este diálogo foi relatado ao autor pelo próprio militante que conversou com Drummond, e que prefere não se identificar.

Nada demais, se José Edilson de Souza não fosse o nome falso de Drummond, e se a data de publicação não fosse 18 de janeiro de 1977 — um mês após o enterro do dirigente comunista em Belo Horizonte, realizado por seus familiares. Os órgãos de segurança sabiam que Drummond atuava em Goiás e mandaram publicar o anúncio, acompanhado de fotografia e legenda com o nome falso. Calcularam, com acerto, que os companheiros de Drummond em Goiás desconheciam seu nome verdadeiro e, por extensão, talvez ignorassem sua morte. Mas a isca não vingou. Disfarçado de vendedor, um militante do PCDOB esteve no endereço da família. Descobriu que o morador era um agente de polícia.

### POMAR

Pedro Ventura Felipe de Araújo Pomar, nascido em Óbidos, Pará, em 1913, filho de Felipe Cossio del Pomar e Rosa de Araújo Pomar, ingressou no antigo Partido Comunista do Brasil (PCB) em 1935, a tempo de apoiar a insurreição da Aliança Nacional Libertadora (ANL). Antes, porém, fuzil na mão, tomara parte do movimento de 1932 contra o poder central, que resultara em choques armados em Belém nos dias 6 e 7 de setembro. Radiou-se no Rio de Janeiro em 1941, depois de fugir da cadeia em Belém, ao lado de João Amazonas e outros companheiros.

Torna-se então membro da Comissão Nacional de Organização Provisória do PCB (CNOF), da qual faziam parte, entre outros, Maurício Grabois, Diógenes Arruda, Amarílio Vasconcelos e João Amazonas. Em 1943, é um dos articuladores da Conferência da Mantiqueira, que reorganiza o partido, destroçado pela repressão do Estado Novo. Elege-se membro do Comitê Nacional e da Comissão Executiva. Em 1945-46, dirige a *Tribuna Popular*, diário legal do PCB, que depois passa a chamar-se *Imprensa Popular*.

Nas eleições complementares de 1947 elege-se deputado federal por São Paulo, com 135 mil votos, votação extraordinária, a maior da época. Como concorreu pelo Partido Social-Progressista (PSP, de Adhemar de Barros, então aliado dos comunistas), escapa à cassação dos mandatos dos parlamentares do PCB, aprovada em janeiro de 1948 pelo general-presidente Dutra (em maio de 1947, os comunistas haviam sido postos na ilegalidade novamente). Exerce seu mandato até 1950, quando retorna à clandestinidade.

Pomar será sempre um dos mais perseguidos comunistas do país, mesmo durante sua passagem pela Câmara Federal, conforme provam inúmeros registros do DOPS paulista<sup>13</sup>.

No V Congresso do PCB, ele será um cáustico crítico da linha política imposta por Luís Carlos Prestes. Em fevereiro de 1962 estará entre os criadores do PCdoB. Eleito membro do CC e da Executiva, é indicado ainda redator-chefe de *A Classe Operária*. Por volta de 1970, divergências com a linha voluntarista adotada pelo PCdoB fazem-no sofrer um ostracismo semelhante ao que viveu na década de 1950 no PCB. É então afastado, na prática, das atribuições efetivas de dirigente. Somente no início de 1973 retomará importantes funções, ao assumir a direção da Comissão Nacional de Organização.

O golpe militar de 1964 cassou por dez anos seus direitos políticos, com o Ato Institucional nº 1. Ele foi processado à revelia, e condenado diversas vezes, por “crime político”, ou seja, por fazer oposição à ditadura militar. Em 1975, a Justiça Militar o condenou à revelia a cinco anos de prisão, e suspendeu seus direitos políticos por mais dez anos.

Pomar representou o PCB, e depois o PCdoB, em reuniões e congressos internacionais na China Popular, na Albânia, na Romênia e no México, e estudou dois anos na União Soviética. Era, sem sombra de dúvida, um dos mais preparados intelectuais comunistas, um homem apaixonado pelas lições da História. Traduziu para a Editora Civilização Brasileira os dois primeiros volumes de *Ascensão e queda do III Reich*, livro do jornalista William Schirer. Disse certa vez que não percebera de imediato o papel desempenhado por Catilina nos choques sociais da antiga Roma. “Depois é que fui entender”, explicou, com ironia, “o bandido não era Catilina, o bandido era Cícero!”

---

<sup>13</sup> Vide, por exemplo, relatório de investigadores do DOPS sobre conferência do então vereador Jânio Quadros realizada em outubro de 1949 em São Paulo: “Quando o sr. Pedro Pomar iniciava o seu violento discurso (falando em nome dos comunistas do Brasil), atacando os governos federal e estadual, fomos obrigados a nos retirar do recinto a fim de providenciar um carro de praça para fazer o serviço de campana quando ele deixasse aquele local”. Pomar deixou o local às 24h20min, em companhia de outros militantes, e o carro em que embarcaram conseguiu despistar os investigadores. Investigação 317, 28/10/1949. Habeas-data Pedro Pomar.

### III

## Laudos sob medida, ou quase

*À vista de tudo o que se pôde observar no local, conclui-se que: 1 – o local se prestava como “aparelho subversivo terrorista”; 2 – os dois ocupantes da casa, e que foram mortos, trocaram tiros com os agentes de segurança.*

Do laudo do perito criminal Alceu de Almeida Proença

Sempre foi de total impunidade o sentimento dominante entre os agentes de segurança do regime militar brasileiro. A constatação vale para todos os escalões, dos psicopatas a serviço de cada DOI-CODI aos mais graduados funcionários do Estado, civis ou militares. O general Ednardo D’Ávila, por exemplo, foi demitido do comando do II Exército por ter permitido o assassinato de duas pessoas num momento em que a conjuntura do país já não absorvia a repetida prática de “suicídios” nas celas da repressão. Mas Ednardo não sofreu qualquer processo ou penalidade mais grave.

As conseqüências políticas, porém, não foram descuidadas pelo regime. A comoção pública causada pela morte de Vladimir Herzog (e depois a de Manoel Fiel Filho) certamente produziu suas lições. Era preciso evitar os acidentes de trabalho e selecionar os alvos da repressão. A maior parte da esquerda organizada fora destruída e o regime entendeu que chegara a hora de não se expor a desgastes desnecessários.

Assim, Geisel principiou por golpear a “linha dura”, deslocando do posto um de seus chefes, e colocando em seu lugar um general, Dilermando Gomes Monteiro, eloqüente, “afeito ao diálogo” e capaz de cortar pela raiz as provocações da extrema direita contra o projeto de distensão política acalentado pelo Palácio do Planalto. Mas enganaram-se os que viram na saída de Ednardo um ponto final no terrorismo de Estado.

No episódio da Lapa, o regime vendeu a idéia de que fora eliminado um perigoso bando de terroristas profissionais — e conseguiu em parte seu

intento. Para isso cercou-se de determinadas precauções. Consumada a morte de Drummond em dependências do II Exército, em razão de uma tentativa de fuga malsucedida em meio a sessões de tortura, optou-se por torná-la pública recorrendo ao surrado artifício do atropelamento. Como explicar um novo morto *dentro* do DOI-CODI?

Os critérios seletivos de assassinato prevaleceram no assalto ao aparelho da rua Pío XI. Não que o general Dilermando e seus subordinados “do fim da linha”, como ele se refere ao pessoal do DOI, fossem menos sanguinários do que seus antecessores. Simplesmente, a situação política em fins de 1976 não comportava tais desvarios. Devidamente autorizadas e controladas pelo regime, as forças de repressão encabeçadas pelo II Exército assassinaram deliberadamente dois altos dirigentes do PCDoB, mas empenharam-se, em seguida, em uma *mise-en-scène* que justificasse o desfecho da ação e mascarasse seu enredo. Os terroristas da casa reagiram, e morreram tão-somente por isso, por não acatarem a ordem de prisão – eis a versão oficial.

A impressão é de que, ao longo de duas décadas, a versão oficial acabou, de alguma forma, aceita. O comandante do II Exército deixou seu cargo, em 1978, com a reputação menos que arranhada, quase intocada, e o assassinato de Herzog passou a ser o marco final, por assim dizer, dos anos de sangue no Brasil. Mas se são verdadeiros certo esquecimento e até a pura ignorância dos fatos, também é real que muito se publicou nos jornais da época contestando e pondo em dúvida a história dos vencedores. A riqueza de detalhes com que alguns jornais noticiaram o massacre, em 17 de dezembro, contribuiu para que fosse colocada em xeque, antes de tudo, a alegação de resistência armada, graças ao testemunho de vários vizinhos da casa invadida.

Nas páginas da imprensa diária, livre da censura prévia havia quase dois anos, denunciaram-se, também, casos de agressão e intimidação de que foram vítimas os próprios jornalistas que procuravam colher informações no local, após o encerramento da operação<sup>14</sup>. A mídia eletrônica, contudo,

---

<sup>14</sup> Um fotógrafo do *Estadão* “foi impedido de ficar no local com seu equipamento, enquanto o repórter que o acompanhava precisou identificar-se diante de dois oficiais do DOI que tomaram nota de seu nome, empresa jornalística em que trabalha e matrícula sindical”. “Tiros, gritos e 20 minutos de pânico”. *O Estado de S. Paulo*, 17/12/1976, p. 17.

permanecia sob controle: “No Rio, às 19h50, o agente Atílio da Silva, da Superintendência Regional da Polícia Federal [PF], informou, pelo telefone, que ‘por ordem superior, estava recomendado que as emissoras de rádio e televisão limitassem seus noticiários sobre o choque’”, registrou no dia 17 o *Jornal do Brasil*.

### ARMAS “PLANTADAS”

O tratamento violento dispensado a alguns repórteres não poderia ter outro fim senão o de preservar de olhares intrusos o espaço onde seria montada a cena. Os técnicos do Instituto de Criminalística (IC) chegaram apenas por volta das 11 horas; eles receberam requisição do DOPS para exame da casa às 8h 35min, como consta no laudo respectivo. Ora, o repórter Nelson Veiga calcula que às 8h 15min já estava no local, portanto muito antes dos técnicos do IC. Veiga entrara no jardim da casa por conta própria, fora até a varanda, saía compulsoriamente<sup>15</sup>. Uma vez expulso da residência, a posição dos corpos é alterada e aparecem ao lado deles, no chão, armas que o repórter da TV Bandeirantes não vira: uma carabina Winchester e um revólver Taurus.

É possível, porém, que a fraude, entendida no seu todo, tenha começado ainda antes. Dos depoimentos de Maria Trindade, única testemunha ocular e sobrevivente, depreende-se que os agentes que a subjugaram na passagem lateral da casa entraram em seguida e atiraram, no interior da residência, repetidas vezes. Arroyo já havia tombado, e é improvável que Pomar ainda estivesse vivo. Não se deve descartar, por esse roteiro, a hipótese de que os tiros “de dentro para fora”, diligentemente referidos no laudo pericial de exame da casa, tenham, de fato, sido disparados – ainda que por outras mãos, não as presumidas pelo perito Alceu Almeida Proença. Se atiraram com as armas depois colocadas no chão, junto aos corpos, ou se, ao contrário, usaram as armas empregadas no assalto, é uma indagação impossível de responder.

O laudo procura dar como fato estabelecido a resistência armada:

---

<sup>15</sup> Nelson Veiga, entrevista citada.

Os projéteis e cápsulas detonadas encontrados no local do entrevero indicavam que os agentes de segurança portavam armas (revólver, metralhadora e carabina cartucho) de diferentes calibres, enquanto que as armas utilizadas pelos ocupantes da moradia eram [revólver] Taurus calibre ‘38’ e carabina Winchester calibre ‘44’, modelo de 1892.<sup>16</sup>

Ora, esta afirmação, que parte do principal perito que trabalhou no caso – o encarregado precisamente de vistoriar o “local do entrevero” –, contradiz tanto o auto de apreensão mandado lavrar pelo delegado Fleury como o laudo de exame específico das armas assinado por Eliana Menezes Sansoni. Enquanto esta informa que a pesquisa de resíduos de combustão de pólvora resultou positiva nos “revólveres de marcas Taurus e OH, bem como na carabina de marca Winchester, indicando disparo recente e isto em época que bem pode coincidir com a da ocorrência”, o perito Proença não menciona sequer a existência do tal revólver OH (Orbea Hermanos), calibre 44. Nem fala em outras armas na casa:

[...] O revólver Taurus, a Winchester e munições usadas pelos ocupantes da casa, para trocar tiros contra os agentes de segurança, serão objetos de laudo em separado por peritos da Seção de Balística do Instituto de Criminalística.<sup>17</sup>

Se dependesse dele, a perita Sansoni trabalharia menos. No entanto, ela teve de examinar também, além do nada discreto OH cano longo, um revólver INA calibre 32, um rifle Castelo calibre 22 e três facas (a maior das quais com uma lâmina de 34 cm de comprimento!). Todas essas armas são arroladas no auto de apreensão, datado do dia 16.

Não é espantoso que Proença, perito designado para trabalhar em caso tão importante, tenha deixado escapar em seu laudo *mais da metade* do “armamento” guardado no covil dos “terroristas”? Embora seu laudo seja

---

<sup>16</sup> Documento constante do processo na Auditoria Militar.

<sup>17</sup> Idem.

ilustrado com 68 fotografias, *nenhuma delas* mostra qualquer outra arma que não a Winchester e o Taurus, únicas a que ele fez menção. As demais vão aparecer somente no laudo em separado da perita Sansoni, fotografadas em conjunto em alguma dependência policial – e não no lugar onde a ação se desenrolou. Observação complementar: o DOPS só requisitou o exame das peças no dia 21, quase uma semana após a ocorrência.

As contradições são tão graves que comprometem o próprio fundamento da alegação de que os ocupantes da casa reagiram à bala, e dão idéia da natureza da fraude que se montou. A cumplicidade habitual dos diversos órgãos de segurança nem sempre é suficiente para garantir o sucesso de uma farsa. A flagrante descoordenação entre os peritos conduziu a esses resultados.

Que diz o perito Proença?

Havia duas armas de fogo na casa. Os ocupantes usaram aquelas duas armas.

Que diz a perita Sansoni?

Havia cinco armas de fogo na casa. Os ocupantes usaram três dessas armas.

Todo o teor dos laudos técnicos é, assim, irremediavelmente colocado sob suspeição. Mesmo o perito Proença não comenta, em seu laudo, a relação entre a posição em que os corpos foram “encontrados” e a posição em que as armas foram “encontradas”. A única informação a esse respeito é visual, fornecida pelas fotografias números 65, 66 e 68. Nenhum exame foi realizado para determinar, por exemplo, a presença ou ausência de resíduos de pólvora nas mãos de Arroyo e Pomar. Na prática, Proença sustenta sua conclusão de que houve resistência armada apenas com fotografias de marcas de tiros que teriam partido do interior da casa.

## A CASA

Torna-se necessário, neste ponto, descrever o imóvel. Era uma casa térrea bastante frágil, com sala de reduzidas dimensões, dois quartos de nove m<sup>2</sup> cada, o que é bem pouco, um banheiro, cozinha, uma área envidraçada na parte de trás. A porta principal, da sala, dava para um pequeno alpendre em forma de arco, o que o perito chamaria de “área coberta”, e onde existia uma mureta de poucos centímetros de altura. A outra porta, na área envidraçada, ligava o quintal à cozinha. As janelas com venezianas eram três, as restantes eram vitrôs.

Quem estivesse na rua, de frente para a casa, teria à direita um estreito corredor lateral, com portão de madeira, e à esquerda uma passagem para carro que conduzia à garagem. Do mesmo ponto de observação, tinha-se o alpendre e a sala à direita, e os quartos à esquerda.

O jardim na frente da casa era separado da calçada por um muro baixo, de alvenaria, guarnecido por um gradil, e dois portões metálicos (um na direção da porta e outro, maior, na direção da garagem). No fundo, um quintal relativamente amplo (com lavanderia, sanitário, quarto e oficina) dava para um terreno com uma obra em construção.

A reduzida altura do muro, a curta distância que o separava das paredes da casa, o intenso trânsito da rua Pio XI (percorrida por linhas de ônibus), tudo tornava exposta a residência. A altura de um dos muros laterais foi elevada, e instalado um portão de madeira entre o quintal e a passagem de carro, com a idéia de tornar o local mais resguardado de quem olhasse de fora. Havia outros problemas. A passagem era estreita demais e cada entrada ou saída do carro exigia lenta e exaustiva manobra.

## OS TIROS

Quem tiver acesso às fotografias 19 a 22 e 26 a 35 do caso 760876, numeração do Instituto de Criminalística, poderá comprovar a inconsistência do tipo de “prova” de que se valeu o perito Proença. O seu laudo assinala perfurações e vestígios de tiros “de fora para dentro” nos vitrôs do banheiro e da área envidraçada; nas janelas dos quartos; nos vitrôs, nas paredes e na porta da sala de estar – “nesta o objetivo foi arrombá-la para que pudessem adentrar no prédio”, esclarece. Escreve que “maior quantidade de vestígios existia na sala de estar, onde houve troca de tiros entre os agentes de segurança e os ocupantes do prédio”. Aqui se inicia a comédia. Os ocupantes, supostos terroristas profissionais que prontamente teriam pegado em armas para responder ao fogo dos agentes de segurança, não conseguiram senão acertar nas paredes da casa. Vejamos:

*Fotografia 19* — Diz a legenda:

Obtida do interior da sala de estar e destinada a mostrar, em detalhe, vestígios de projéteis de armas de fogo na por-

ta principal da casa. Na folha da porta havia perfurações produzidas de dentro para fora e inúmeras de fora para dentro. Na mureta da área [refere-se ao alpendre] vê-se um vestígio produzido por um projétil procedente do interior da sala.

Quer dizer, os ocupantes da casa teriam atirado através da porta, às cegas. E, para atingir a mureta apenas alguns centímetros acima do solo, devem ter feito especial esforço para *não* alvejar os atacantes.

*Fotografia 27* — Mostra “um vestígio de disparo efetuado do interior da casa, ao lado do ‘vitraux’ e na parede da fachada principal”. É um grande estrago na parede. Que arma o terá produzido, a Winchester, o Taurus ou o OH que Proença não viu?

*Fotografia 29* — Mostra a tábua de madeira compensada utilizada para proteger o vitrô direito da sala, no qual estava encaixada e fixada por arame grosso. Aparecem “vestígios de tiros que traspassaram a tábua nos dois sentidos; vestígios de tiro na parede, logo acima do ‘vitraux’ e procedente do lado do corredor”.

*Fotografia 33* — Mostra, “em detalhe, um vestígio de disparo feito do interior da sala de estar, no metal do ‘vitraux’ direito deste último cômodo”. Tiro surpreendente, este. Quem disparou fez mira na quina do vitrô.

*Fotografia 34* — Seis marcas são mostradas numa parede interna do alpendre, como resultado de “disparos efetuados do interior da sala de estar”.

*Fotografia 35* — Retrata outro surpreendente vestígio, de um disparo que, “efetuado pelo interior da sala de estar”, atravessara “o vão da porta principal antes de atingir a face traseira da parede do arco da área [alpendre]”. Notável: o tiro atingiu a ponta do arco. Não seria apenas uma exibição de má pontaria, mas de completa desorientação de quem atirava. Além disso, o tiro teria atravessado “o vão da porta”, em vez de atravessar a madeira, como na fotografia 19. Pode-se deduzir disso que, mesmo após o arrombamento da porta pelos agentes de segurança, os ocupantes da casa ainda resistiam, não obstante sua falta de pontaria e as armas obsoletas de que dispunham.

Não bastasse tudo isso, a fotografia 10 registra um solitário e intrigante tiro disparado, de dentro para fora, contra o vitrô da cozinha. Por tudo que

se sabe, os projéteis disparados de “dentro para fora” ficaram todos, de modo misterioso, encravados nas paredes da própria casa, conforme evidências colhidas por um repórter da *Folha de S.Paulo*:

Os moradores vizinhos da casa 767 da rua Pío XI relutavam, à tarde, em sair de suas casas para atender algum repórter. O que se notava, dentre as poucas declarações feitas com cautela, era que ninguém pôde ver se houve resposta aos tiros de metralhadoras disparados pelos homens dos órgãos de segurança. Mesmo porque nas fachadas das casas e nos muros de frente e do lado não havia nada que indicasse perfurações – o que se encontrava com certa facilidade eram balas deflagradas de metralhadoras e fuzis.<sup>18</sup>

### AS TESTEMUNHAS

Quem assistiu ao assalto à casa? Devemos transcrever dois depoimentos, de observadores situados do outro lado da rua. Rita da Glória, da casa 764, contou mais tarde que os tiros começaram exatamente às 7 horas.

Vi os homens atirando lá em frente. Eu estava dormindo e acordei sobressaltada. Tinha muitos, não estavam fardados não. De lá me fizeram [sinal] com a mão para eu ir para dentro. Obedeci. Depois não vi mais nada.<sup>19</sup>

A empregada da casa ao lado, Margarida Rodrigues, disse que viu toda a cena a partir do momento em que começou a fuzilaria. Eram disparos feitos sem parar:

Foi uma barulheira que pensei que fossem latas que tinham caído. Vi três homens com metralhadoras em frente, acho

---

<sup>18</sup> *Folha de S.Paulo*, 17/12/1976, p. 8.

<sup>19</sup> *Idem*.

que deveria ter outros ao lado. Não deu para ver direito. Atiravam na porta, sabe? Eles se protegiam no muro. De dentro da casa não ouvi sequer um tiro, mas o barulho era tanto que isso não posso afirmar direito. Fiquei tremendo o dia inteirinho.<sup>20</sup>

Agnes Hernandez morava com sua tia na casa 704, também do outro lado da rua. Viajaria para Santos naquela manhã de 16 de dezembro, se um homem de metralhadora na mão não a fizesse voltar do portão da rua para dentro da casa. “Pensei que era um bandido, um assaltante.” Agnes e dona Nair perceberam perfeitamente que o Volks azul do qual o sujeito saltara estava estacionado em diagonal no meio da rua, bloqueando-a. Mas pouca coisa viram antes que a fuzilaria terminasse e Agnes, impetuosa nos seus 16 anos, saísse novamente à rua para descobrir o que acontecera na casa em frente. Ela presenciou toda a movimentação posterior, misturada a outras pessoas, e chegou a conversar com Antonio Caraballo, do jornal *O Estado de S. Paulo*, sem saber que era um repórter<sup>21</sup>. Agnes Hernandez, que se tornou advogada criminalista, rememorou a cena dez anos depois, em depoimento ao autor.

Era um barulho tão forte... um tiro seqüencial, tudo direto, sem trégua. Sabe um negócio de 20 minutos sem parar? Como a britadeira. Na hora em que acabou eu vi o pé de alguém, calçado numa meia branca. Estava preocupada com o pé do cara, ninguém tirava o cara, e estava me incomodando, dava vontade de chegar lá e puxar. Quando Fleury chegou não deu para continuar ali. Até então eles mandavam sair, mas dava para segurar. Aí ele veio e já foi mandando o pessoal sair de perto.<sup>22</sup>

Somente em 1996 teve-se notícia de uma nova testemunha do episódio: o repórter-fotográfico Pedro Martinelli. Às 4 horas da manhã do dia 16,

---

<sup>20</sup> Idem.

<sup>21</sup> “Tiros, gritos e 20 minutos de pânico”. *O Estado de S. Paulo*, 17/12/1976, p. 17.

<sup>22</sup> Agnes Hernandez, depoimento ao autor, 1986.

Martinelli voltava para casa pela rua Pio XI quando cruzou com o Opala azul claro de Fleury, dotado de antena de rádio na capota, e outros carros que sabia pertencerem à repressão. Martinelli apanhou sua câmera fotográfica em casa e retornou ao local. A rua já estava bloqueada.

Vinha devagar, andando, o dia estava amanhecendo. Aí ouvi o tiroteio, gritos, falatório alto. Eram muitos tiros ao mesmo tempo. Eles começaram a atirar por fora da casa. Uma pessoa, que não sei identificar, veio andando, meio cambaleante, caiu no meio da rua. Entre o portão e o terraço havia um sujeito caído, tive a impressão de que os tiros eram nele. Acho que ele foi executado. Lembro perfeitamente da foto do sujeito caído. Sair baleado de dentro da casa, estava mal. Depois passei em frente. Quando cheguei no jornal já havia um recado de que o material não poderia ser divulgado.<sup>23</sup>

No depoimento pessoal ao autor, Martinelli disse recordar-se de que os dois filmes que usou no local foram revelados por ele mesmo e de que enviou todo o material ao jornal *O Globo*, para o qual trabalhava na época. As fotos, porém, não foram publicadas.

## OS PREPARATIVOS

A gênese do massacre da Lapa teve lugar meses antes, na rua Barão de Mesquita, no Rio de Janeiro, em uma das salas da sinistra unidade militar, o DOI-CODI do I Exército, como veremos em detalhes no capítulo v. A operação propriamente dita começou com a chegada a São Paulo de um pelotão de agentes do DOI-CODI do I Exército, comandados por um major, o “Doutor Luiz”. Mas, nos documentos oficiais apresentados à Justiça Militar, quem assume a operação, por inteiro, é o II Exército, com sede em São Paulo. No dia 10 de dezembro de 1976, o general-de-brigada Carlos Xavier de Miranda, chefe do Estado-Maior do II Exército, envia ao coronel Erasmo Dias, secre-

---

<sup>23</sup> *Playboy*, 1996, Editora Abril.

tário da Segurança Pública, um ofício sem número nos seguintes termos (ver caderno de fotos):

1. Informo a V. Ex<sup>a</sup>. que o comandante do II Exército tomou conhecimento de que estaria havendo reuniões clandestinas na área com o comparecimento de elementos ligados à subversão.
2. Foi montada uma operação de informações e no curso das investigações foram levantadas atividades subversivas de elementos condenados e sobejamente conhecidos por suas atuações junto ao PCDoB, tais como:
  - Pedro Felipe Ventura de Araújo Pomar;
  - Ângelo Arroyo;
  - Aldo da Silva Arantes [...].

À margem do documento, carimbado com as palavras *confidencial* e *pessoal*, Erasmo Dias anota: “Recebi em 10/12/76. Ao DOPS para conhecimento”. No mesmo dia, o delegado Sérgio Fleury baixa uma portaria instaurando “autos de investigação policial, de caráter confidencial, para o devido acompanhamento das diligências que estão em andamento”.

Note-se que uma semana antes do assalto à casa da Lapa o Exército sabia, já, dos nomes de três dos futuros participantes da reunião, mas não dispunha, aparentemente, do endereço. Note-se, também, a patente e o cargo do oficial que assina os documentos do II Exército. É o chefe do Estado-Maior e, portanto, é quem comanda, simultaneamente, o respectivo Centro de Operações de Defesa Interna – ou seja, o CODI do II Exército.

O CODI do II Exército coordenava as atividades dos vários órgãos de segurança existentes em São Paulo e Mato Grosso, vale dizer, os da Polícia Civil (DOPS), da Polícia Militar (P-2), da Aeronáutica (CISA) e da Marinha (Cenimar). Coordenava ainda a atuação do órgão de segurança da própria força, o Destacamento de Operações de Informações, ou DOI. Daí a existência da famigerada sigla, DOI-CODI.

Um novo ofício sem número é enviado no dia 14 de dezembro, no qual o general Xavier de Miranda comunica a Erasmo Dias nada menos do que a data, o horário e o local do ataque (ver caderno de fotos):

1. O Exm<sup>o</sup>. Sr. General Comandante do II Exército incumbiu-me de comunicar a V. Ex<sup>a</sup>. que, dando prosseguimento às investigações mencionadas no Of em referência, o DOI/CODI/II Ex. realizará, no dia 16 do corrente, uma operação urbana visando à detenção de militantes do PCdoB, que se encontram homiziados na casa sita à rua Pio XI, nº 767, bairro da Lapa, nesta cidade.

2. Em consequência, solicito a V. Ex<sup>a</sup>. providências no sentido de que a partir das 6:00 horas do dia 16 Dez 76 seja montado um esquema de segurança, com a finalidade de tranqüilizar os moradores vizinhos da citada residência e os transeuntes, bem como seja o trânsito desviado das proximidades do local onde será realizada a operação.<sup>24</sup>

Não se sabe ao certo em que nível se dava, na época, a colaboração entre o DOI, chefiado pelo tenente-coronel Rufino Ferreira Neves, e o DOPS, dos delegados Romeu Tuma, diretor-geral, e Sérgio Fleury, diretor da Divisão de Ordem Social. O fato é que várias fontes diferentes informam a participação do delegado Fleury na operação. Além disso, o Exército precisava da polícia para conduzir os trâmites legais. Os inquéritos relativos à Lei de Segurança Nacional (LSN) eram atribuição do DOPS. Na borda do papel, Erasmo Dias anota o recebimento em 14/12 e despacha “ao DOPS para as providências”. Assim é que, no mesmo dia 14, Fleury manda incorporar aos autos o novo ofício do II Exército.

No documento seguinte desta correspondência, datado do dia 16, aparece a versão oficial dos fatos, atribuindo duas das mortes a um tiroteio e a terceira a um atropelamento. É um “relatório de operação”, conforme o cabeçalho. A descoberta da casa, informa, teria ocorrido “na noite de 13 de dezembro”, ficando sob vigilância a partir do momento de sua localização, “o que possibilitou observar a saída de diversos militantes, todos conduzidos num auto Ford Corcel, placa DH 3227, que para tanto efetuou várias viagens na noite de ontem, 15, e madrugada de hoje, 16 Dez 76”.

---

<sup>24</sup> Of s/nº, II Exército, 14/12/1976. “Assunto: operação urbana. Ref.: Of s/nº — E/2, de 10 Dez 76.” Documento constante do processo na Auditoria Militar.

Os militantes que desembarcavam, acrescenta o relatório, foram vigiados “até o momento mais propício para a realização das prisões”. Após listar os militantes comunistas presos antes do ataque e informar que João Baptista Franco Drummond, “nessa mesma madrugada, quando tentava evadir-se”, foi “atropelado por um auto não identificado”, o relatório cita os nomes de dois fugitivos e descreve o ataque à casa da rua Pío XI:

f) lograram evadir-se dois integrantes do PCDoB, identificados como sendo: Manoel Jover Teles – filho de Jerônimo Jover e Matilde Teles, nascido aos 18/07/1920, em São Miguel/SP e Ramiro de Deus Bonifácio – filho de João de Deus Bonifácio e Maria Atadia Fernandes, nascido aos 10/12/1911, em Cristina/GO.

g) na manhã de hoje, 16 de dezembro, foi cercada a casa (...) e dada voz de prisão aos elementos que se encontravam em seu interior que reagiram, utilizando-se de armas de fogo; após o tiroteio que se travou, foi possível adentrar na casa constatando-se, então, que dois terroristas estavam mortos, os quais posteriormente foram identificados como sendo: Ângelo Arroyo (“Ademir”) e Pedro Felipe de Araújo Pomar (“Mário”). Nessa mesma ocasião foi detida, no interior do “aparelho”, a militante Maria Trindade (“Mara”).<sup>25</sup>

À parte a conhecida deturpação dos fatos concernentes à ação militar em si, o que mais chama a atenção nesse relatório é a suposta data de descoberta do aparelho, “na noite de 13 de dezembro”. Ora, o mais provável é que os militares tenham chegado a esse endereço já no dia 11, na véspera do primeiro dia de reuniões, quando foram cobertos os *pontos* com os dirigentes do PCDoB que não moravam na casa (*ponto* é o encontro de militantes em data, hora e local previamente combinados). Cabe assinalar, ainda, que Ramiro de Deus Bonifácio, citado na nota do II Exército, não tomou parte da reunião da Lapa e nem mesmo atuava no PCDoB. Trata-se efetivamente de um velho militante comunista, confundido com José Gomes Novaes.

<sup>25</sup> Relatório de operação, II Exército. 16/12/1976. Documento constante do processo na Auditoria Militar.

## IV

# Dilermando, pacificador à moda da casa

*Não posso dizer se há comunistas em qualquer partido político em São Paulo. Apenas garanto que todos os comunistas que detectamos em São Paulo, por meio dos órgãos de segurança do II Exército, foram localizados, presos e julgados.*

General Dilermando Gomes Monteiro,  
comandante do II Exército, em 7/11/1978

História cruel, a História do Brasil. Caxias, o oficial encarregado de reprimir rebeliões populares, ganha nas salas de aula o pitoresco título de “Pacificador”. O cronista Lourenço Diaféria sentiu na pele, certa vez, o quanto é perigoso arranhar a armadura desse mito. “Aquela espada que ergue no ar”, escreveu em agosto de 1977, referindo-se a uma estátua de Caxias, “oxidou-se no coração do povo”. E continuava: “O povo está cansado de espadas e de cavalos. O povo urina nos heróis de pedestal”. Essa crônica custou a Diaféria processo com base na LSN e cinco dias de prisão em cela da PF.

Pois bem, cada época tem o seu Caxias. Não foram poucos os que, nas páginas da grande imprensa, saudaram o general Dilermando Gomes Monteiro, às vésperas de sua despedida ou logo que deixou o comando do II Exército, hoje Comando Militar Sudeste, como o “pacificador de São Paulo”.

O episódio da Lapa não chegara a ser esquecido, mas o que importava mesmo era o fim das perseguições iníquas, dos seqüestros inexplicáveis, dos suicídios em seqüência. Em dezembro de 1978, uma revista semanal dava destaque à movimentação no quadro de oficiais-generais do Exército, enfatizando o “significado muito especial” da passagem de Dilermando à reserva e a um lugar de ministro no Superior Tribunal Militar (STM). É uma apreciação típica das que se fizeram na época:

Em São Paulo, outro reduto oposicionista, o novo governo – de João Figueiredo – pretendia aproveitar o trabalho realizado na área pelo general Dilermando, que assumiu no início de 1976, num clima conturbado por mortes ocorridas dentro das dependências militares – casos Vlado e Fiel Filho – e rapidamente se impôs como homem do diálogo com todos os setores da sociedade civil. Tanto que sua transferência de São Paulo provocou unânimes manifestações de reconhecimento à atuação do comandante.

Qualquer análise do papel desempenhado pelo general Dilermando Gomes Monteiro nos acontecimentos de 16 de dezembro de 1976 deve levar em consideração, obrigatoriamente, o pano de fundo da cena política nacional. Fazia quase um ano que Ednardo D'Ávila fora destituído do comando do II Exército, mas a disputa entre as duas principais correntes militares – de um lado Geisel e Golbery, de outro lado a “linha dura”, a extrema direita liderada pelo ministro do Exército, Sylvio Frota, contrária a qualquer concessão democrática – apenas começara e estava longe ainda de seu desfecho.

(No dia 22 de dezembro de 1976, em almoço com 121 oficiais-generais do Exército, Marinha e Aeronáutica, Geisel e Frota trocariam duros discursos. Geisel afirmou ser extemporâneo tratar da sucessão presidencial naquela época e disse caber somente a ele, Geisel, a condução do processo sucessório. Um e outro repeliram os “arautos da intriga”, os “pescadores de águas turvas e ambiciosos vulgares”. Apesar da aparente sintonia, aprofundava-se a disputa que levaria Frota a tentar um golpe de Estado em outubro de 1977.)

Na época em que ocorreu a chacina, o aparato repressivo permanecia incólume em São Paulo, como se pode depreender de declarações feitas *a posteriori* pelo próprio Dilermando. Não seria de surpreender que a mudança brusca no comando houvesse afetado o humor de oficiais de patente intermediária que, mantidos em seus postos na 2ª Seção (serviço secreto) ou no DOI-CODI, conservassem, na prática, poder suficiente para criar um fato consumado – a chacina – com efeito de provocação, ou até meramente para vender ao general a fábula da resistência armada.

Havia, ainda, a perturbadora influência de Fleury e Erasmo Dias<sup>26</sup>, à qual estariam imunes coronéis e generais, mas não os agentes incumbidos das tarefas sujas de torturar e matar — alguns deles, aliás, cedidos pela Polícia Civil ao DOI-CODI. Em resumo, seria preciso considerar as chances de um novo *desvio*, um *excesso* a mais, desta vez com o fim de desafiar a autoridade do novo comandante — que se veria, então, forçado a coonestar as versões arranjadas por esses rebeldes, para não ficar desmoralizado — ou simplesmente aproveitar-se de determinada ingenuidade de Dilermando. Homem da mais íntima confiança de Geisel, ele estaria assim obrigado a endossar uma prática que iria contra a política “aberturista”. Os fatos, porém, desmentem essas hipóteses.

Todos os documentos do II Exército relacionados com a operação e dados a público são assinados pelo chefe do Estado-Maior, um executor das ordens de Dilermando. Todos os documentos fazem alusão a Dilermando: “o comandante do II Exército tomou conhecimento” etc. No dia do massacre, a nota oficial foi assinada pelo próprio Dilermando, comprometendo-o pessoalmente com os acontecimentos. Não há registro de qualquer demissão ou remanejamento em decorrência do caso. Nenhum indício há, enfim, de que ele desconhecesse a operação ou não aceitasse seus resultados.

### VIBRANDO O CHICOTE

Ao contrário, um fato indica que ele *a priori* tirou proveito da operação para consolidar sua liderança e angariar prestígio junto, mesmo, aos setores que lhe seriam supostamente antipáticos — os “duros”. No dia 14 de dezembro de 1976, antevéspera do ataque, Dilermando pronunciou um discurso para os oficiais que chefiavam as principais unidades do II Exército. Era uma confraternização de Natal, realizada no quartel do 2º Batalhão de Polícia do Exército, e ele preparava-se para, a partir do dia 27, entrar de

---

<sup>26</sup> Em 1987, Erasmo declarou à *Folha de S. Paulo* que no aparelho do PCdoB distribuía-se “sangue e violência da Guerrilha do Araguaia”. Em outubro de 2005, ouvido a propósito do trigésimo aniversário da morte de Vladimir Herzog, Erasmo declarou acreditar no “suicídio” do jornalista, mas externou um novo entendimento sobre a Lapa: “Na sede [sic] do PCdoB, eu acho que a arma maior que tinha lá devia ser um lápis”. In “Erasmo Dias sustenta suicídio até hoje”, *Folha de S. Paulo*, 23/10/2005.

férias e transferir o cargo temporariamente ao general José Fragomeni, que comandava a 2ª Divisão. No discurso, o general fazia uma profecia de morte, como ficaria claro horas depois:

[...] Qualquer um de nós, que praticamos a doutrina de Cristo, também saberá vibrar o chicote contra aqueles que são os vendilhões da pátria e expulsá-los do templo cívico de nossa nação. Não se deve confundir, portanto, amizade, camaradagem e boa vontade com fraqueza ou medo de agir. É preciso não confundir, como muitos fazem, a serenidade com o medo, o bom humor com a falta de agressividade, a alegria com a tibieza, porque o próprio Jesus nos deu um exemplo quando expulsou dos templos aqueles que perturbavam o ambiente com idéias malsãs de fundo materialista. [...] Ainda permanece válido o *se vis pacem para bellum* [“se queres paz, prepara a guerra”]. Ainda temos de estar preparados para enfrentar os ambiciosos, os desejosos do poder que querem infiltração para dominar e subjugar. Enquanto isso permanecer, temos de estar prontos para a luta, para empunhar o chicote. Por isso, estamos unidos em torno de nossos chefes, porque eles sabem o terreno em que estão pisando, conhecem o modo de enfrentar os obstáculos e de vencê-los. Sabem nos levar ao melhor destino.<sup>27</sup>

O discurso pode ser entendido como uma satisfação e também uma advertência àqueles militares eventualmente descontentes com a atuação de Dilermando. Mas, acima de tudo, é uma ameaça à esquerda. O general viera pacificar – a seu modo, “vibrando o chicote”. Os jornais de 17 de dezembro trazem a informação de que ele, após emitir nota oficial sobre o massacre, negou qualquer relação entre o discurso do dia 14 e a ação do dia 16. Porém, é certo que ao fazer sua preleção aos oficiais, no quartel da Polícia do Exército, Dilermando sabia que a casa da rua Pio XI estava sob com-

---

<sup>27</sup> *Jornal do Brasil*, 15/12/1976.

pleto domínio de seus comandados. E já dera ordem para o ataque, com data e hora marcadas.

A Lapa não foi excesso, nem obra dos “bolsões sinceros mas radicais”, expressão utilizada por Geisel para designar a extrema direita fardada. Há quem a entenda, pois, como ápice de uma verdadeira *operação limpeza* decidida pela ditadura e praticada pelos órgãos de segurança com o objetivo de preparar o terreno para a abertura política. Humanidade, democracia e diálogo, sim, mas com a oposição “responsável”, os Tancredos, Ulysses e Montoros, depois de liquidar fisicamente ou encarcerar a oposição proletária, combativa.

Entre 1973 e 1976, a maioria dos integrantes das direções nacionais do PCDOB e do PCB foi assassinada a tiros ou sob tortura. “Existia uma orientação de que não adiantava prender ou processar os dirigentes dessas organizações. Destruindo as pessoas você destruía a doutrina. E isso aconteceu com o PCB”, explica o ex-sargento Marival Chaves. “No decorrer de uma única operação, eles mataram oito da direção do PCB.”

Assim, longe de encarnar um paradoxo por sua relativa proximidade com a Anistia (proclamada em 1979), a chacina da Lapa seria o ato final de um processo de depuração do quadro político, por meio do qual o regime militar evitaria surpresas maiores na passagem do poder para o conservadorismo civil. Enquanto isso, já em 1976 os “bolsões sinceros mas radicais” aterrorizavam o país, praticando uma onda de atentados contra entidades e personalidades democráticas, sem sofrer qualquer punição, conforme observou o jornalista Alberto Dines no dia 21 de dezembro, no jornal *Folha de S. Paulo*, a propósito da operação da rua Pío XI: “Por que esta eficiência não foi acionada a serviço das investigações dos vários atentados terroristas que intranqüilizam a população desde agosto?”.

Uma primeira resposta à pergunta de Dines é que, no meio da tropa arregimentada para a ação da Lapa, certamente havia praticantes dos atentados da extrema direita. Exemplo disso é que, de acordo com Marival Chaves, o “Doutor Luiz”, chefe de operações do DOI-CODI do I Exército e participante da operação de 16 de dezembro na rua Pío XI, permanecia em seu posto em 1981, quando do atentado do Riocentro, notoriamente organizado por aquele órgão de repressão. Uma segunda resposta é que os “bolsões sinceros mas radicais” eram cria do regime militar. Jamais os atentados da

extrema direita seriam investigados, em qualquer época, mesmo após a derrocada da ditadura, em 1984, pois a transição tancredista trazia embutido um acordo para preservar os militares envolvidos na guerra suja contra as organizações de esquerda.

### MITOLOGIA PRÓ-GEISEL

Com a ajuda dos meios de comunicação, o regime militar conseguiu forjar uma mitologia que preservou algumas biografias, a começar por Geisel, o campeão da “distensão lenta, segura e gradual”, o responsável pelo enquadramento dos “bolsões radicais”. Essa manobra de ocultamento, que fez de Geisel, Golbery e os seus uma espécie de heróis civilizados do combate ao comunismo, em contraposição à truculência explícita de Médici, Frota *et caterva*, é rejeitada até no meio militar, ainda que por outros motivos.

Em entrevista ao programa “Roda Viva”, da TV Cultura, em 1996, o ex-ministro e ex-governador do Pará Jarbas Passarinho disse coisas espantosas. Coronel da reserva e um dos autores do Ato Institucional nº 5 (AI-5), Passarinho observou que, embora boa parte das atrocidades contra militantes de esquerda tenham sido cometidas no período Geisel, a mídia costuma jogar nas costas de Médici toda a responsabilidade pelo que o regime militar fez de pior.

Dilermando, o amigo de Geisel que substituiu Ednardo no comando do II Exército, ainda hoje é tratado com simpatia pela imprensa, apesar de seu papel fundamental nas mortes de dezembro de 1976. Fernando Pacheco Jordão, um dos poucos jornalistas a destoar desse oba-oba, assinala em seu livro *Dossiê Herzog*<sup>28</sup> que Dilermando obstruiu a investigação judicial do assassinato de Vladimir Herzog, fornecendo justificativas para que Pedro Mira Grancieri, acusado do crime, não depusesse perante o juiz. O assassino não precisou apresentar-se ao juiz federal, nem fugir. A maior autoridade do Exército em São Paulo encarregou-se de declarar à Justiça, por duas vezes, que Grancieri não poderia comparecer, por se encontrar “em missão no Mato Grosso”.

---

<sup>28</sup> JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog: Prisão, tortura e morte no Brasil*. São Paulo, Global, 1979 (nova edição em 2005).

O general Dilermando Gomes Monteiro foi ouvido pelo autor, por telefone, em 4 de novembro de 1986. A primeira reação do oficial: dizer que não se lembrava mais do caso, de detalhe nenhum, pois perdeu “praticamente metade da memória” – foi operado de dois aneurismas cerebrais. Ação militar desse tipo “era assunto dos órgãos subordinados, feito pelo pessoal do fim da linha”, acrescenta. “Não tenho lembrança e, se tivesse, confesso que não falaria. Pode dizer que me recuso a falar”. Mas concorda em revelar o nome do comandante da operação e o faz imediatamente e sem nenhum esforço de memória. Surge aí a figura do tenente-coronel Rufino Ferreira Neves, que comandava o DOI do II Exército. Esse oficial faleceu em 1986, no Rio de Janeiro.

Ao atender um segundo telefonema, minutos depois, Dilermando termina por fazer algumas considerações. Defende a versão oficial: “Eles reagiram à bala, por isso houve o ataque”. Irrita-se quando afirmo que um jornalista, Nelson Veiga, esteve na casa e não viu armas ao redor dos corpos. “Mas esse homem é um patriota”, ironiza. “Logo, logo vai surgir um Polila nesse caso” – faz alusão ao episódio Baumgarten, em que o acusado foi o general Newton Cruz e a testemunha o bailarino Cláudio Polila. Pergunto a Dilermando se assume, perante a História, a responsabilidade pelo que ocorreu naquela casa. A resposta é cautelosa:

— Eu assumo a responsabilidade de ter dado autorização para a execução da operação.

Pergunto, então, se não admite que aquelas pessoas tenham sido assassinadas.

— Assassinato, não. Eu nunca admiti isso. O que aconteceu ali foi uma coisa normal.

## AS TORTURAS

Os militantes do PCDoB presos na operação, seis ao todo, foram espancados e torturados em São Paulo, nas dependências do DOI do II Exército e no DOPS, e no Rio de Janeiro, no DOI do I Exército. O caso que alcançou maior notoriedade foi o de Aldo Arantes. Sua esposa acionou advogados rapidamente e Aldo foi o primeiro preso a ter seu nome divulgado pelos jornais, ainda no dia 18 de dezembro de 1976. Por ser epilético, os advogados

exigiram que lhe fosse fornecido o medicamento necessário. Depois de quebrada a incomunicabilidade, passaram a denunciar as torturas que vinha sofrendo. Seguiu-se uma troca de notas, em que o comandante do II Exército negava sistematicamente a prática de torturas. No entanto, viu-se obrigado a mandar examinar o preso.

Os laudos, elaborados por um oficial médico e por um legista do IML, são dúbios; disfarçadamente, porém, reconhecem a ocorrência de torturas: relatam que Aldo apresentava duas grandes equimoses (6 cm x 2,5 cm), uma no antebraço direito, outra na panturrilha direita, e uma cicatriz no calcanhar (1 cm x 4 cm). Tais marcas foram dadas como não recentes, datando de oito dias ou mais. Os médicos concluíram que Aldo estava em boas condições físicas. “Embora alegue ter sofrido sevícias por choque elétrico não há sinais de lesões características que confirmem a alegação. Não há sinais de lesões por choque elétrico no tegumento externo”, afirmam.

O parecer, onde se lê também que Aldo “nega ter sido espancado ou ter sofrido qualquer outra agressão física afora o ‘choque elétrico’”, deu ensejo a que o II Exército enviasse ao juiz auditor da 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar uma comunicação de 63 linhas, bastante extensa para os padrões habituais, assinada pelo próprio Dilermando:

1. Em atenção ao ofício nº 86 de 31 de janeiro de 1977 de V. Ex.<sup>a</sup>, este comando informa haver tomado as providências cabíveis para apurar a insidiosa acusação contra órgão subordinado ao II Ex., constante da petição do advogado Dr. Luís Eduardo Greenhalgh, defensor do preso Aldo Silva Arantes [...].
2. Determinei as providências cabíveis para a verificação dos fatos, convocando o Dr. Eliseu Caldas Correia, Ten. Cel. Médico Chefe do SS da 2ª RM e solicitei ao DOPS a indicação de um médico legista para o necessário exame. Por requisição do DOPS compareceu o Dr. Frederico Hoppe, legista de plantão no IML de São Paulo, e ambos examinaram minuciosamente o detido e apresentaram os laudos constantes do anexo. Paralelamente, em presença de várias testemunhas, nas próprias dependências do DOPS, o detido foi interrogado por

oficial superior do II Exército sobre as pretensas sevícias que lhe teriam sido infringidas [sic] no DOI/II Ex. Desse interrogatório segue um resumido relato.

Desconhecendo os termos da petição, limitou-se o inquirido a acusar os elementos que o interrogaram da aplicação de choques elétricos, o que não foi citado por sua própria mãe, na carta dirigida a V. Ex.<sup>a</sup>, nem pelo advogado, em sua petição, demonstrando essa disparidade a insídia e a má fé com que procuram, detido e advogado, tratar um assunto da seriedade do levantado pela petição. A se admitir a acusação de aplicação de choques elétricos, calúnia que nos merece a mais áspera repulsa, sendo o paciente epilético, como vem sendo continuamente afirmado, suas condições patológicas seriam provavelmente diversas, e deixariam marcas evidentes.

O teor dos laudos médicos por si só responde à acusação com formal desmentido, mas para maior firmeza destas informações determinei pesquisa correspondente na área do DOI, recebendo informações que me permitem afirmar não ter havido qualquer mau trato [sic] ao preso quando de sua estada nas dependências do DOI, na data assinalada, 27 de janeiro, como nas demais vezes que ali esteve.

Naquela data, aliás, foi servida ao interrogado alimentação normal e foi-lhe permitido até tomar banho, como se vê de sua própria afirmação no interrogatório procedido no DOPS. [...] É fácil perceber a aleivosia contida no evento, inclusive pela farta difusão promovida através da imprensa, em que se nota o intuito de lançar a opinião pública contra órgãos de segurança – cujo único interesse é a manutenção da paz e da tranquilidade geral – enquanto eles, falsos patriotas, tramam contra a segurança e a soberania de seu país, para depois virem reclamar tratamento e cuidados que nem mereceriam, não fosse nosso extremo zelo em respeitar e fazer respeitar, como vem sendo feito, os direitos elementares e a dignidade da pessoa hu-

mana, que não sabem eles, adeptos militantes de partidos antinacionais e proscritos pela Lei, fazer valer mesmo entre seus filiados e seguidores [...].

Como se vê, o comandante do II Exército externa opiniões sobre a causa das lesões encontradas que nem mesmo os médicos emitiram. Afirmava ainda que o preso pôde “até” (!! ) tomar banho. Quanto à alimentação normal e às condições em que se deu o interrogatório no DOPS, não custa ler o informe do chefe do Estado-Maior ao comandante:

Informo a V. Ex.<sup>a</sup> que, cumprindo as determinações de V. Ex.<sup>a</sup> o cidadão Aldo Arantes, preso no DOPS da Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, foi ouvido ontem naquele Departamento por oficial superior do II Exército, na presença do titular do citado Departamento [Fleury] e mais um Delegado e outro oficial superior, tendo respondido os quesitos formulados com absoluta independência, afirmando nas respostas que, quanto a sevícias que lhe foram infringidas [sic], referia-se a choques elétricos.

Afirmou haver tomado banho nas dependências do DOI no dia 27 de janeiro e que não se lembrava de lhe ter sido servida alimentação normal, mas admitia haver tomado café com pão. Nada mais consta do relato do oficial que o inquiriu, com relação às determinações recebidas.

Pode-se imaginar a “absoluta independência” de que gozou o preso, diante de dois oficiais e dois delegados, ausente o seu advogado. Choque elétrico, ademais, não parecia soar como tortura, não se interessando o encarregado de ouvir o preso nem saber quem teria aplicado as descargas. Acatando a argumentação do II Exército, o juiz Raphael Carneiro Maia decidiu indeferir as reivindicações dos advogados de Aldo: imediata apresentação do preso ao próprio juiz; proibição de remoção do preso para o DOI-CODI; imediata remoção do preso do DOPS para outro local.

Apesar da vitória obtida, o episódio provavelmente infernizou a vida de Dilermando, porque nas entrevistas concedidas a jornais e revistas ele pró-

prio tratava de mencionar o nome de Aldo tão logo o assunto tortura vinha à baila:

Todo indivíduo que é preso se diz torturado. Agora, eu nunca autorizei, nunca permiti. O Aldo Arantes, a meu ver, foi tratado com toda consideração, com todo respeito. O homem é uma criatura de Deus e como tal deve ser tratado.

A verdade é que todos os presos foram torturados, na acepção da palavra, isto é, submetidos sistematicamente a sofrimentos físicos e morais durante um período de mais de 40 dias. Em vários casos, a tortura persistiu mesmo após a quebra da incomunicabilidade – quer dizer, mesmo após o preso avistar-se com advogados e familiares. Privação de alimento e higiene pessoal, reclusão em solitária, ameaças de toda ordem – estes os sofrimentos mais suaves. Os depoimentos reproduzidos a seguir foram extraídos, respectivamente, dos relatos feitos por Aldo Arantes, Haroldo Lima e Wladimir Pomar perante a Justiça Militar.

### TORTURA CHINESA

No dia 27 [de janeiro] fui, novamente, submetido a tortura, durante todo o dia. Amarrado da mesma forma que no dia da tortura anterior [24], recebi fortes e continuadas descargas elétricas, particularmente nos órgãos genitais. Com a aplicação destas descargas elétricas meu corpo se contraía violentamente. Por inúmeras vezes a cadeira caiu no chão e eu bati com a cabeça na parede. As contrações provocavam um constante e forte atrito com a cadeira, causa dos hematomas e feridas constatadas em meu corpo pelo laudo médico. Não contentes com este tipo de tortura, meus algozes resolveram submeter-me ao que chamaram de “Tortura Chinesa”. Deitaram-me nu e encapuçado num colchão, amarraram minhas pernas e braços e prenderam estes ao meu pescoço. Para não deixarem marcas dos choques, colocaram pequenas tiras de gaze nos meus dedos do

pé. Molharam meu corpo com água por várias vezes para que a descarga elétrica tivesse maior efeito. Os choques se sucederam até o fim do dia, sendo que não cheguei sequer a almoçar. Além do rádio ligado em alto volume, para abafar os meus gritos, um torturador segurava fortemente um pano à minha boca, dificultando com isto minha respiração. Durante as descargas elétricas os torturadores faziam galhofa com minha situação de saúde afirmando que os choques iriam fazer-me louco ou curar minha epilepsia.<sup>29</sup>

### CLIMA DE AMEAÇA

Os interrogatórios no DOI transcorreram em clima de aberta ameaça até o dia 5 de janeiro. Nesse dia recebi choques elétricos e golpes generalizados pelo corpo, das 9 horas da manhã às 16h30min, mais ou menos. Ao final, o odor que exalava de meu corpo era tal que fui levado, rapidamente, a um banho de chuveiro.<sup>30</sup>

### GOLPES NA CABEÇA

Na primeira vez em que fui conduzido a esse órgão do II Exército [depois que retornou do Rio de Janeiro], não suportaram o mau cheiro que exalava de meu corpo e de minhas roupas, fazendo-me então lavá-las e tomar um banho. No dia 21 de janeiro pela manhã, justamente no dia seguinte à quebra de minha incomunicabilidade e de tomar conhecimento das mortes violentas de meu pai, de Ângelo Arroyo e de João Baptista Franco Drummond, recebi golpes na cabeça e nas costelas, assim como choques elétricos. Fizeram com que eu permanecesse encapuzado e

---

<sup>29</sup> Aldo Arantes, relato manuscrito à 1ª Auditoria da 2ª CJM, 1977.

<sup>30</sup> Haroldo Lima, relato manuscrito à 1ª Auditoria da 2ª CJM, 1977.

ameaçavam, sobretudo, despir-me, “pendurar-me” e aplicar os choques elétricos em meus órgãos genitais. Afirmaram diversas vezes já haver prendido minha esposa e que a torturariam junto comigo.<sup>31</sup>

### SOCOS E PONTAPÉS

Joaquim Celso de Lima, que no DOPS, durante dois meses, foi submetido a torturas – “pau-de-arara, os choques elétricos, as pancadas com madeira quadrada na sola dos pés” –, também foi espancado no DOI-CODI do II Exército:

Retirado do carro, começou o aperitivo de socos e pontapés. Por baixo do capuz percebia a barra das calças dos torturadores. Eram muitos. Revezavam-se seguidamente. O clima entre eles era de festa. Um rádio estridente, a todo vapor, falava e tocava permanentemente. De tempo em tempo era trocado de sala e tinha a impressão de que todas as salas eram verdadeiros cubículos. Tudo parecia um aperitivo para uma grande janta. Pois nada de perguntas e sim reprimendas e desaforos estúpidos, à moda militar.<sup>32</sup>

Afinal, Dilermando fora enganado a respeito do que se passava nas celas do DOI-CODI, na rua Tutóia, a poucos metros do quartel-general do II Exército, no Ibirapuera? A mais reveladora entrevista sua acerca dessa questão é a que segue, publicada dois anos após o massacre da Lapa. A tese relativa à tortura: permitir, não se permite; mas às vezes o pessoal passa da conta sem que se saiba.

*IstoÉ* – O presidente Geisel, ainda como chefe da Casa Civil, quando foi a Pernambuco constatou e tomou providências quanto à tortura, ou seja, puniu os responsáveis.

---

<sup>31</sup> Wladimir Pomar, relato manuscrito à 1ª Auditoria da 2ª CJM, 1977.

<sup>32</sup> Joaquim Celso de Lima, testemunho em juízo na 1ª Auditoria da 2ª CJM, 1977.

Mas publicamente não admitiu, negou que existisse tortura. Por quê?

*Dilermando Gomes Monteiro* – Deve ter chegado à conclusão de que o que houve escapou à percepção dos responsáveis, que são os comandantes do Exército na área. Em outros aspectos, também aqui em São Paulo eu digo o seguinte: o general comandante do II Exército nunca iria aprovar que se fizesse alguma ação excessiva violenta para se obter uma verdade. Mas na hora de colher essas informações o pessoal passa um pouco da conta e o chefe fica sem tomar conhecimento.

*IstoÉ* – Aconteceu com o Sr.?

*DGM* – Não, porque tomei minhas providências.

*IstoÉ* – A responsabilidade é sempre do comando?

*DGM* – De fato, no Exército nós consideramos sempre isso: o chefe é o responsável por tudo. O comando é responsável por tudo que acontece na sua área. Na hora da avaliação, a gente vê que tem coisas que fogem a um controle superior, porque a rede é muito extensa e o ambiente é muito favorável a certa condescendência com essas atitudes. Nós estávamos defendendo o quê? Nós estávamos defendendo a nossa sociedade, estávamos defendendo nossas famílias, que viviam sendo vítimas de assaltos e seqüestros. Quando nós pegávamos um indivíduo suspeito de estar ligado a essa gente, tínhamos que tirar dele o máximo possível para pegar a turma toda.<sup>33</sup>

Vale reproduzir, aqui, trecho de um memorial partidário, escrito no presídio por Haroldo Lima, em 1979, para protestar contra decisões tomadas pela direção do PCdoB, que deliberara afastar os dirigentes presos, sem dar-lhes direito de defesa, alegando que haviam passado informações aos militares durante o interrogatório:

---

<sup>33</sup> *IstoÉ*, nº 103, de 13/12/1978. Entrevista concedida a Armando Salem e Tão Gomes Pinto.

[...] Começaram a me torturar para dizer onde ficava a gráfica e essa foi a razão pela qual mais me torturaram. Por esse objetivo fui submetido a várias sessões de choques. A certa altura, depois de um intervalo de descanso na cadeira, voltaram a me amarrar e a me calçar com as asfixiantes espumas que preveniam ferimentos. Tudo aprontado pelos meganhas, entra no recinto o grupo dos comandantes da tortura. Lembro-me perfeitamente da voz estrepitosa de um dos mais truculentos: “Temos certeza absoluta de que você sabe onde fica a gráfica. E vamos *extrair* essa informação de você agora”, e grifou a palavra extrair [...].<sup>34</sup>

Coincidem, então, a lógica do general e a lógica do torturador. Ambos, em seu afã de proteger a sociedade, empenhados em tirar do prisioneiro “o máximo possível”. Mas voltemos à entrevista:

*IstoÉ* – Insistindo, general, o Sr. não acha que em São Paulo a ação dos chamados órgãos de repressão e as mortes ocorridas no ambiente do II Exército faziam parte de uma luta interna pelo poder?

*DGM* – Não concordo que as mortes possam ser enquadradas nesse problema. Acredito que o fato das prisões, ou investigações que mais tarde resultariam involuntariamente nessas mortes, pudesse estar dentro do contexto. Mas as mortes não, porque, ao meu ver, foi decisão pessoal de cada um que praticou aquele ato. Foram suicídios. Não sei se por pressões ou não, mas prefiro colocar as mortes do lado deles [...].<sup>35</sup>

Em outras palavras, um general-de-exército, homem da maior experiência, sustenta que três pessoas presas nas celas do DOI-CODI – o tenente José

---

<sup>34</sup> Haroldo Lima. Memorial a respeito de seu afastamento do Comitê Central, 1979.

<sup>35</sup> *IstoÉ*, nº 103, op. cit.

Ferreira de Almeida, o jornalista Vladimir Herzog, o operário Manoel Fiel Filho – suicidaram-se ali sucessivamente. Um após o outro, com poucos meses de intervalo, deram cabo da própria vida... O caso de Almeida é o menos conhecido da sociedade. Ele fora preso em agosto de 1975, em meio a uma leva de 63 oficiais e soldados da Polícia Militar acusados de envolvimento com o PCB. O inquérito encaminhado à 2ª Auditoria fala em “suicídio na prisão”. Os advogados de Almeida, Luís Eduardo Greenhalgh e Márcia Ramos, tiveram acesso ao corpo e constataram os sinais de tortura. Não é demais recordar que a piada do “triplo suicídio” foi desmoralizada pela Justiça Federal, que responsabilizou a União pelas mortes de Herzog e Fiel Filho.

*IstoÉ* – O Sr. desmantelou o chamado DOI-CODI?

*DGM* – Não. O pessoal está lá quase igualzinho.

*IstoÉ* – Mas consta que o Sr. desmantelou...

*DGM* – Desmantelei coisa nenhuma. Conservo ele lá e vou fazer a defesa deles. É uma gente abnegada, que trabalha. Mas todo mundo tem que trabalhar sob uma orientação, e esta orientação é que varia...

*IstoÉ* – O Sr. reduziu o número de efetivos?

*DGM* – Se reduzi, foi um número assim como de cinco ou seis pessoas, em função de deficiências naturais. Porque eu parto do princípio de que num quartel-general, onde serve general, comandante de Exército, só pode servir gente sem problemas. Se o camarada tem uma alteração mais ou menos séria, mando ele embora [...].<sup>36</sup>

Nesta última resposta, Dilermando insinua que afastou psicopatas. E é só. O “moderado” não queria ir além. O cardeal de São Paulo, D. Paulo Evaristo Arns, de cujo testemunho Dilermando sempre procurou socorrer-se para negar a ocorrência de torturas e maus-tratos a presos políticos (“Pergunte ao Cardeal”, disse à revista *Vêja* em 1979 e repetiu para o autor, sete

---

<sup>36</sup> Idem.

anos depois), demarca em parte os limites do general, em depoimento exclusivo prestado ao autor em novembro de 1986.

A primeira coisa foi que o fato se deu na ausência do comandante. O Dilermando se afastou e aquilo trouxe uma suspeita muito grande de que não havia acabado o tempo do terror. Perguntei a ele por que havia se retirado naquele mês e ele não me deu a resposta [Uma inexactidão. D. Paulo provavelmente refere-se aqui não ao ataque à casa, mas à prática de torturas. Dilermando saiu de férias em 27 de dezembro, conforme já relatado].

Quando ele me convidou a officiar missa pela passagem de 31 de março [de 1977], eu lhe respondi: “Não, não é possível pelo fato da Lapa. Aquilo podia ter sido feito de uma maneira democrática”.

Fiquei sabendo do caso através do cônsul de um país muito importante. Ele soube com antecedência, mas quando chegou a mim não deu tempo para prevenir que as pessoas fossem mortas.

Dilermando fora colocado aqui como pacificador no lugar de Ednardo. Era uma pessoa muito respeitada, comparada com as outras – devia ser o próprio chefe da Casa Civil de Geisel. Teve uma influência tranqüilizadora. Mas também o Dilermando não nos deu provas de que tinha afastado os instrumentos de tortura, porque pedimos uma vez para visitar o quartel e ele me respondeu que não era possível. Eu o convidei várias vezes para visitar nossas Comunidades Eclesiais de Base[CEBs] e ele nunca aceitou.

Depois nós tivemos uma discussão muito forte por causa desse caso, embora eu nunca tivesse rompido o relacionamento. Era importante deixar as portas abertas, manter o diálogo. Ele queria ser o chefe de Polícia do Montoro. Ele chegava a me chamar de madrugada, a fazer confidências de madrugada – porque ele tinha um verdadeiro pavor do Erasmo Dias, do que o Erasmo pudesse fazer. Eu dizia a

ele sobre isso: “O senhor não deve temer um súdito seu”. Era contraditório, e a gente tinha que jogar com isso. Certa ocasião ele salvou um grupo de estudantes das mãos do Erasmo.

### SUSPEIÇÃO SÓ A PEDIDO

O processo contra os dirigentes do PCdOB presos na Lapa foi duas vezes a julgamento no STM, na segunda oportunidade em decorrência dos embargos infringentes interpostos pela defesa – uma nova apelação. Corria o ano de 1979. Dilermando, já então ministro do STM, declarou-se impedido de atuar, mas somente depois que, no início da sessão, o advogado Luís Eduardo Greenhalgh sugeriu sua suspeição. No final da sessão, Greenhalgh foi chamado ao gabinete do almirante Júlio de Sá Bierrenbach, um dos ministros do STM.

— Dr. Greenhalgh, é verdade que os réus foram torturados?

— Vi com meus próprios olhos, almirante.

— Mas o Dilermando me disse que ninguém foi torturado. Quem está falando a verdade, o senhor ou o Dilermando?

— Eu não minto, Almirante.

— Então o Dilermando mentiu para mim.

Retornando à entrevista:

*ISTOÉ* – General, naquele episódio do estouro do aparelho do PCdOB o Sr. agiu politicamente ou militarmente? Aquilo não foi uma satisfação aos que criticavam o Sr. dizendo que era “bonzinho com as esquerdas”?

*DGM* – Gostaria que esse episódio ficasse bem frisado para uma afirmação pública. Não foi uma ação política, nem para responder a nada. Aquilo foi uma ação que veio se desenvolvendo com meses de antecedência, e nós acompanhávamos o movimento daquela gente que estava se reunindo com uma finalidade que nós consideramos subversiva. Aquilo foi acompanhado por mais de cinco meses de antecedência. Nós des-

cobrimos que naquele dia iria haver uma reunião em tal lugar, com a presença de tais e tais elementos, e aí fomos um pouco embromados, porque constava para nós que o João Amazonas estaria presente e o mesmo estava na Albânia, mas para nós ele estaria presente naquela reunião. Então aquilo foi uma ação exclusivamente de fundo, eu não digo militar, mas de combate à subversão. Por casualidade, eles se reuniram numa época em que o problema político, esse a que você se referiu, estava também em tela. Como agora, uma ação qualquer que se passasse hoje ou amanhã, iriam dizer que teria conotação com a eleição, e poderia não ter.<sup>37</sup>

A escassez forçada de documentos oficiais e a situação de fato que permite aos militares ignorar interpelações judiciais e que os desobriga, na prática, de prestar informações relevantes – tais são as dificuldades, em episódios da história recente, para se definir precisamente o papel e as responsabilidades de cada personagem. Contudo, há provas e evidências suficientes para implicar Dilermando nos crimes que se seguiram a 15 de dezembro de 1976. O contrário seria admitir que Geisel colocou um néscio na chefia de uma das mais estratégicas forças terrestres do país.

Igualmente, custa acreditar que uma ação desse porte não tenha sido comunicada ao presidente da República com a antecedência devida. Sob o nome de batismo de distensão, a abertura política progredia lentamente e um acontecimento como esse requeria cálculo prévio de seu impacto político. É impensável que Geisel não fosse cientificado, a tempo, dos objetivos da operação militar e de seus riscos. Parafraseando Dilermando, pode-se dizer, quase com certeza, que o general-presidente “autorizou a execução da operação”.

### POSE DE DEMOCRATA

A “linha dura” do Exército, ligada ao ex-ministro Sylvio Frota, sabe perfeitamente que com Dilermando a repressão apenas tornou-se mais seletiva,

---

<sup>37</sup> Idem.

como se depreende do relato a seguir, publicado pelo jornalista Carlos Alberto Sardenberg na revista *IstoÉ*, em 1979:

No dia 15 de março Ednardo [D'Ávila, ex-comandante do II Exército] esteve na posse de Figueiredo. Feliz com o abraço que ganhou do presidente, não abriu a boca. Um oficial que com ele trabalhara em São Paulo foi, todavia, bem explícito. Observou:

— Morrer gente morreu em tudo quanto foi DOI-CODI. Por que só puniram o general Ednardo?

Observei-lhe então que, depois da posse do general Dilermando Gomes Monteiro no II Exército, ninguém mais morreu nos cárceres da repressão em São Paulo. E o oficial retrucou na hora:

— Morreu sim, morreu aquele pessoal do PCdoB, naquela cadeia [sic] da Lapa.

Devolvi a questão:

— Mas não foi num tiroteio que houve [sic] as mortes?

E ele:

— E você acredita?

Hoje Ednardo e seus fiéis continuam em silêncio. Mas, na intimidade, ficam muito bravos ao verem [sic] “todo mundo posando de democrata”.<sup>38</sup>

## O “DOUTOR MARCOS” FAZ A FESTA

Outros generais, além de Dilermando, estão implicados na tortura dos dirigentes comunistas. Os generais José Pinto Rabelo, que havia assumido no dia 1º de dezembro o comando do I Exército, e Ademar da Costa Machado, seu chefe de Estado-Maior e, portanto, chefe do CODI, foram os responsáveis maiores por dez dias de torturas sofridas pelos presos da Lapa nas dependências do DOI carioca. Como a operação de ataque e captura fora executada em

---

<sup>38</sup> *IstoÉ*, 5/9/1979.

São Paulo, o noticiário nem sequer citou os nomes daqueles oficiais como relacionados com o caso. Já se disse, porém, que o golpe contra a direção do PCDOB partira do Rio de Janeiro. Fosse por isso, fosse em razão da morte de João Baptista Franco Drummond no DOI-CODI do II Exército, ou por qualquer outra conveniência dos órgãos de repressão, no dia 17 de dezembro os presos da Lapa foram embarcados em segredo para o Rio de Janeiro num avião militar, lá permanecendo até o dia 27, quando retornaram a São Paulo. Nesse período foram submetidos a todo tipo de tortura, sob as ordens do “Doutor Marcos” e com a anuência dos comandantes militares da área.

A aparição inicial do Doutor Marcos parece datar do dia 17, horas antes da remoção para o Rio de Janeiro:

Penso que já se iniciava a madrugada do dia 17 quando alguém, precedido de grande movimentação, entrou na sala em que estava, retirou o capuz do meu rosto, cuidando de apertar meus olhos para que não o visse, e perguntou-me o nome. Neguei a minha verdadeira identidade, como vinha fazendo até então, pois não sabia sequer se fora preso por entidade legal ou se seqüestrado por alguma organização terrorista clandestina. Ouço então a seguinte declaração enfática: “Você é Haroldo Borges Rodrigues Lima, da Comissão Executiva do Comitê Central do Partido Comunista do Brasil. Diga sim ou não”.

Confirmei meu nome, ao que ouvi: “Eu sou o Doutor Marcos. Guarde este nome, pois haveremos de conversar bastante e em alto nível”. O Doutor Marcos pareceu surpreso com a minha camisa ensopada de sangue, e providenciou o primeiro curativo para a minha cabeça.

O dia 17 vinha raiando, quando me levaram a um aeroporto.<sup>39</sup>

A permanência no Rio de Janeiro revelou o que o Doutor Marcos entendia por “alto nível”. Os presos foram trancafiados numa espécie de caixa de

---

<sup>39</sup> Haroldo Lima, relato manuscrito à 1ª Auditoria da 2ª CJM, 1977.

torturas, denominada “geladeira”, descrita por Wladimir Pomar e Aldo Arantes em seus relatos na Justiça Militar:

Ao chegar às dependências do que supunha ser o DOI-I Exército, colocaram-me totalmente despido num cubículo vedado, onde fazia um barulho agudo e constante, capaz de atordoar qualquer um. Queria a todo custo que eu ficasse em pé no centro do cubículo, sendo que essas ordens eram dadas por um sistema de fonia [sic] e minha situação dentro da cela era controlada por um olho mágico ou circuito interno de tevê. Como eu estivesse com uma crise de labirintite, fato que me causou vômitos e me impedia de permanecer em pé ou mesmo deitado, acabaram deixando-me deitado no chão da cela.

Horas depois, porém, começaram os interrogatórios. Eles duraram os dez dias que passei no Rio de Janeiro e acredito que se prolongavam, cada dia, por 18 ou 20 horas. O clima de ameaça era permanente. Eu ouvia pelo sistema de fonia [sic] gritos de pessoas que estariam sendo torturadas, além de improperios de baixo calão dirigidos contra Elza Monnerat. Diversas vezes por dia um funcionário entrava e saía carregando o que, pelo som, parecia serem correntes. Não faziam nenhum esforço para dissimular que ocorriam torturas.<sup>40</sup>

A “geladeira” é um cubículo totalmente fechado, sem janelas, entrando oxigênio por orifícios existentes nas paredes de eucatex; esta cela se encontra dentro de outra de concreto. Os movimentos do torturado são controlados através de um circuito interno de televisão ou coisa parecida. Um sistema de som serve para emitir estridentes ruídos e para a comunicação com o preso. Ali permaneci por cinco ou seis dias nu, algemado de mãos para trás, de capuz, sem

---

<sup>40</sup> Wladimir Pomar. Documento de próprio punho anexado ao processo.

comer ou dormir e fazendo as necessidades fisiológicas dentro da cela. Durante dia e noite, sons os mais estridentes eram emitidos com o objetivo de, segundo afirmação deles, desestruturar minha personalidade. Além dos sons diabólicos, alguns dos quais pareciam penetrar no cérebro como um saca-rolhas, eram emitidos gritos com palavras de baixo calão dirigidas à companheira Elza de Lima Monnerat. De vez em quando abriam a porta e jogavam-me baldes d'água e jarras de água gelada. Nestas condições não se podia ter noção do tempo.<sup>41</sup>

A conversação em “alto nível” consistia, portanto, de violenta e sistemática tentativa de desmoralização dos prisioneiros. Elza Monnerat contava, por ocasião das torturas, 63 anos de idade. Ela fez o seguinte depoimento:

Depois a levaram [a Elza Monnerat] para uma cadeira onde foi amarrada e lhe disseram que se tratava da cadeira do dragão e lhe deram, ao que se lembra, um choque, durante o interrogatório; quando estava na cela algemada e despida, eles lhe bateram muito na cabeça com um saco contendo umas bolinhas e lhe disseram: “vai ficar maluquinha, maluquinha”; outra vez ainda, quando estava com as mãos atadas para trás e despida, apareceram lá três que ficaram dançando e cantando dando voltas na interrogada e batendo-lhe na cabeça.<sup>42</sup>

Choques elétricos também foram empregados, como indicado no depoimento de Haroldo Lima:

Como em meu poder foi apreendida uma lista de aproximadamente oito pontos de rua que teria naqueles dias, pe-

---

<sup>41</sup> Aldo Arantes. Documento de próprio punho anexado ao processo.

<sup>42</sup> Elza Monnerat. Depoimento constante do processo na Justiça Militar.

diram-me para decifrá-la. Não o fazendo, fui inteiramente amarrado à própria cadeira em que me encontrava, calçado por diversas peças de espuma de *nylon*, e submetido ao primeiro e demorado tratamento de choque elétrico, inclusive nos órgãos genitais e [no] ânus. Daí por diante, a tortura pelo choque elétrico e as pancadarias foram constantes. [...] Os sons de uma ordem unida, os acordes de uma corneta e o símbolo do Cruzeiro do Sul gravado em mais de um local, símbolo usado pelo Exército Brasileiro, foram os únicos indícios que pude perceber do sinistro local em que estive, no Rio de Janeiro.<sup>43</sup>

O Doutor Marcos não se furtou a um comentário ferino sobre a capacidade profissional de seus colegas paulistas:

— Com a gente é diferente, viu? Nós não somos como aqueles amadores lá de São Paulo.

Talvez fosse uma alusão à morte de Drummond. O fato é que nas celas do DOI-CODI do I Exército sucederam-se violências por dez dias e noites. O Doutor Marcos fazia sua festa. A um dos presos mostrou manchetes de jornais sobre a chacina da Lapa. A outro, disse simplesmente:

— Nossa vitória está nas ruas.

Verdade seja dita, o general Dilermando é acessível à imprensa. No dia 7 de novembro de 1978, pouco antes de se despedir de São Paulo, ele falou novamente aos jornalistas:

— Se disserem que houve violência no DOI durante minha administração, absolutamente eu nego. N-e-g-o<sup>44</sup>.

\*\*\*

Munidos de uma carta do juiz-auditor, os advogados Luís Eduardo Greenhalgh e Marcelo Cerqueira entram nas dependências do DOPS e cami-

---

<sup>43</sup> Memorial de Haroldo Lima.

<sup>44</sup> *Jornal do Brasil*, 8/11/1978.

nham até a sala do delegado Sérgio Fleury, responsável, mediante orientação expressa do comandante do II Exército, pela guarda dos presos. Corre o mês de janeiro de 1977.

— Doutor Fleury, queremos nos entrevistar com Aldo Arantes.

O delegado-chefe da Divisão de Ordem Social examina o documento fornecido pelo juiz-auditor. A ordem é clara: os advogados estão autorizados a visitar o preso.

— Não vai dar, ele está sendo interrogado.

A negativa não tem fundamento: é ilegal. O advogado tem a prerrogativa de assistir seu cliente e falar com ele a qualquer tempo.

— O senhor vai nos desculpar, mas queremos vê-lo. É direito nosso.

Fleury volta a negar, Greenhalgh insiste. Tensão no interior do velho prédio da Sorocabana. O “pingue-pongue” prossegue e se torna áspero. De repente, a explosão de Fleury:

— Porra, olha o que é que eu faço com essa droga! [e rasga a carta do juiz...] Quem manda aqui sou eu. Não vai ver preso nenhum e pronto!

Greenhalgh abaixa-se, estica o braço até a cesta de lixo.

— Que é que você está fazendo?

É a vez de Fleury receber o troco.

— Estou apanhando esses papéis, para que o juiz saiba como ele é desrespeitado aqui!

Greenhalgh grita, ameaça denunciar o gesto do delegado, e Fleury resolve apresentar Aldo. O subalterno que recebe a ordem de buscar o preso ainda resiste.

— Pô, chefe, vai afinar?

— Traz ele aqui.

Aldo aparece, praticamente carregado por dois policiais. As marcas de tortura, praticadas na véspera no DOI, são visíveis. À saída do DOPS, Fleury “cumprimenta” Greenhalgh.

— Tome cuidado comigo, porque se encontrar você na rua eu lhe dou um tiro. Mas aprecio um sujeito da sua coragem.<sup>45</sup>

Estende a mão para o advogado, mas não há retribuição.

---

<sup>45</sup> Depoimento de Luís Eduardo Greenhalgh ao autor, 1986.

## PROVOCAÇÕES NO DOPS

Os obstáculos à livre ação da defesa cedo despontaram nesse caso. Primeiro o ocultamento dos nomes dos presos, depois o prazo de incomunicabilidade imposto pela LSN, em seguida a pressão sobre os advogados para impedir ou dificultar a conversação privada com os presos. Antes de se avistar com seus clientes, os advogados eram submetidos a uma “sessão de paciência”, que poderia durar duas, três ou mais horas e incluía provocações variadas da parte de investigadores e delegados.

O conhecido advogado Mário Simas, defensor de Elza Monnerat, fez marcante descrição de um encontro com Fleury, na sala deste:

Fleury, em mangas de camisa, sentado à sua imponente mesa; ao seu lado, em pé, um investigador; refestelado em suntuosa poltrona forrada de vermelho, outro investigador pousava os pés numa caixa para que um engraxate lhe polisse os sapatos...<sup>46</sup>

Na mesma sala estava a advogada Márcia Ramos, certa vez, “quando abriram a porta com um cano de arma, um gesto despropositado, grosseiro”. Os delegados procuravam também atemorizar os advogados aludindo a detalhes da vida particular de cada um. “Você viajou para a Europa em 1971”, disse o delegado Alcides Singilo, numa dessas ocasiões, a Márcia Ramos. E a intimidação não se limitava ao prédio do DOPS. “A gente saía, eles quase pisavam no nosso calcanhar”, recorda a advogada<sup>47</sup>.

Outra preocupação dos policiais era saber quem passara a procuração para defesa dos presos e onde se encontravam tais pessoas. Fleury chegou a dizer a Greenhalgh, referindo-se a Maria Auxiliadora Arantes, esposa de Aldo, e Rachel Pomar, esposa de Wladimir, que o advogado estava “escondendo mulher de preso”.

No dia 3 de fevereiro, os advogados Greenhalgh, Cerqueira e Márcia Ramos e a mãe de Aldo, Maria de Lourdes Arantes, estiveram novamente no DOPS.

---

<sup>46</sup> SIMAS, Mário. *Gritos de Justiça: Brasil 1963-1979*. São Paulo, FTD, 1986.

<sup>47</sup> Márcia Ramos, depoimento ao autor, 1986.

Quando se encontravam em companhia do detento receberam a inesperada visita de um cavalheiro portando máquina fotográfica dotada de *flash*. O fotógrafo era acompanhado de um séquito de investigadores que pediram ao preso e advogados que se aproximassem para possibilitar uma fotografia. Como houve recusa, os investigadores, em clima de comédia, tentavam demover os peticionários da recusa e estimulavam o fotógrafo à obtenção da foto.

Os suplicantes dirigiram-se ao Dr. Alcides Singilo, para reclamar do vexame a que estavam sendo submetidos e para patentear que se desinteressavam por qualquer cobertura fotográfica.

A autoridade policial manifestou a estranheza pela recusa dos peticionários, como se esses não visassem também obstar o procedimento de uma pantomima lesiva à dignidade da classe que representam.

Entre outras humoradas explicações, o sr. Delegado afirmava que a imprensa era ousada e atrevida, sendo difícil contê-la.

O trecho anterior é parte de longa denúncia dirigida à Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A farsa montada no DOPS seria uma represália às notícias de tortura que os jornais publicavam e que irritavam Fleury, de quem Singilo era auxiliar, porque na verdade a repartição que dirigiam vinha servindo de mero depósito para os presos da Lapa.

Seguramente Joaquim Celso de Lima foi torturado ali e Elza Monnerat agredida e ameaçada por policiais militares também naquelas dependências. Todos os presos da Lapa, de uma forma ou de outra, receberam tratamento desumano e cruel no DOPS. Mas os interrogatórios sistemáticos tinham lugar no DOI-CODI e Fleury lamentava-se de não poder conduzir, ele mesmo, a “investigação”.

O artifício de confiar os presos à Polícia Civil rendeu dividendos ao II Exército. O DOI-CODI requisitava-os quando bem entendesse, na prática em dias alternados, e a repercussão negativa das denúncias de tortura era debitada na conta do DOPS. No processo judicial há documentos que compro-

vam esse procedimento. Por exemplo, quando o DOI-CODI solicita a Fleury, em ofício 004/E/2, a apresentação de Haroldo Lima, o delegado atende ao pedido com o ofício 19/77 O.S., encaminhado “ao Coronel Comandante do DOI-CODI/II Exército”. Um certo Osvaldo Maciel assina pelo DOI: “Recebi em 6/1/77”.

\*\*\*

A diplomacia norte-americana procurou interferir no tratamento aos presos da Lapa. Não se sabe em que medida o conseguiu. Mas é certo que o gesto do cônsul-geral Chapin, de procurar D. Paulo Evaristo Arns, não foi o único neste sentido. Em pelo menos duas ocasiões os torturadores do DOI-CODI queixaram-se de pressões dos Estados Unidos, quem sabe administradas pelo presidente eleito Jimmy Carter, que viria a implantar a chamada “política de direitos humanos”. Descontando-se eventuais pendores humanitários dos cônsules, o mais provável é que o Departamento de Estado estivesse zelando para evitar danos à imagem distensionista do governo brasileiro, que sobreviriam naturalmente no caso de novas mortes sob tortura. Não houve qualquer declaração pública dos diplomatas ou do Departamento de Estado em defesa dos presos da Lapa ou de uma investigação das circunstâncias da chacina.

Os acontecimentos de 16 de dezembro de 1976 repercutiram intensamente em Portugal, onde se vivia uma época de plena liberdade política. Durante todo o mês de janeiro de 1977, registraram-se diversas manifestações de repúdio à ação do II Exército. A Assembléia da República aprovou moção de protesto. Um manifesto assinado por 40 mil pessoas, e encaminhado por uma comissão de parlamentares, não chegou às mãos do embaixador brasileiro, o general Carlos Alberto Fontoura, ex-chefe do Serviço Nacional de Informações (SNI), que se recusou a recebê-lo. Foram enviados ao governo brasileiro milhares de cartões-postais ilustrados com fotos dos militantes presos. Comícios reuniram milhares de pessoas em Lisboa e no Porto.

A Anistia Internacional também mobilizou suas atenções para o Brasil. A solidariedade vinda de vários países europeus estendeu-se ao período de cumprimento das penas ditas pela Justiça Militar. Em novembro de 1977,

por exemplo, uma carta partiu da longínqua Viborg, na Dinamarca, endereçada à advogada Márcia Ramos de Souza. O signatário, Poul Erik Jensen, pedia informações sobre as condições de aprisionamento de Aldo Arantes: “Meu interesse não tem fundo político, mas apenas razões humanitárias. Gostaria de saber onde Arantes está encarcerado e se você sabe algo sobre seu estado”, explicava Jensen (“*My interest has no political background, but only humanitarian motives. I should like to know where Mr. Arantes is prisioned and if you know anything about his conditions*”).

# V

## Quebra-cabeças

*Ontem à tarde informava-se no DOPS que eram 11 e não 15 as pessoas reunidas na casa quando o DOI agiu. Das 11, três morreram, seis teriam sido presas e duas conseguido fugir.*

*Jornal do Brasil, 18/12/1976*

A partir da queda da Lapa, os dirigentes do PCDOB que escapam ao massacre defrontam-se com dois desafios imediatos. Primeiro, rearticular as estruturas do partido – isoladas umas das outras – nas duras condições de clandestinidade e sem contar com a quase totalidade do Comitê Central, pois os membros do CC que não foram assassinados ou presos encontram-se, em sua maior parte, no exterior. Segundo, elucidar o quebra-cabeça – descobrir como o Exército pôde chegar a uma reunião do núcleo dirigente central do partido, sem que houvesse notícias de prisões recentes que tivessem criado essa possibilidade.

Antes de tudo, é preciso saber quem *caiu* no dia 16. O noticiário dos jornais fala em fugitivos, mas as versões divulgadas não parecem confiáveis. A relação de dirigentes presos é publicada apenas no dia 25. Manoel Jover Teles, que dirigentes em São Paulo e no exterior sabiam ter participado da reunião, não consta da lista. Não há informação alguma a respeito de seu paradeiro. José Gomes Novaes, porém, logo aparece e avisa que está bem e conectado ao partido. Ainda em dezembro, por intermédio de outros militantes, ele entra em contato com Sérgio Miranda de Matos Brito, membro remanescente da Comissão Nacional de Organização (da qual faziam parte Pedro Pomar e Haroldo Lima). É de Novaes, em depoimento pessoal ao autor, o seguinte relato dos acontecimentos do dia 16:

De manhã cedo saímos eu e o Jover. Num determinado momento a Elza Monnerat, a guia que entrava e saía com o pessoal, disse a seguinte frase:

— Parece que estamos sendo seguidos. Vocês se preparem para descer imediatamente na hora em que o carro parar. Nessa hora o Jover tomou assim um susto, fez:

— Oopa...

O carro parou numa esquina. Desci, entrei na rua, dobrei a outra esquina e saí em outra rua, andei uns dois quarteirões e saí na avenida Rebouças. Fui para o centro da cidade, andei um pouco por ali, entrei num cinema e assisti a dois ou três filmes daqueles de *kung-fu*, até dar o horário de eu viajar. Na rodoviária senti algo meio estranho, mas não tinha a mínima idéia do que havia acontecido. A fila para pegar as bagagens no depósito da rodoviária era enorme, entrei na fila, e paralelo à fila um oficial do Exército fardado, em pé. Fiquei com certa cisma, mas não sabia o que tinha acontecido na Lapa. Só vim a saber quando cheguei na Bahia, no outro dia, porque os jornais já haviam estampado o que ocorreu. Aí quase caio de costas, ter de encarar os jornais dizerem que estouraram o *aparelho* da Lapa, prenderam uma série de companheiros e assassinaram outros.

A partir daí tentei articular o partido. Fui para Salvador, eu tinha uma forma de entrar em contato com o Comitê Regional, o que fiz imediatamente e tomamos algumas definições. Levamos uns 15 dias para articular uma pessoa do CC [Sérgio Miranda]. Então amarramos todo um esquema, nos encontramos, fizemos um balanço do que ocorrera e chegamos à estaca zero: não tínhamos a menor idéia do porquê. E tentamos articular o partido do ponto de vista nacional, que foi totalmente desbaratado. Levamos mais de um ano para articular São Paulo<sup>48</sup>.

Restava saber o que sucedera a Jover. Experimentado militante, Jover pertencera ao antigo PCB, dele se afastando somente em 1967, quando foi

---

<sup>48</sup> José Gomes Novaes, depoimento ao autor, 1986.

expulso por divergir da linha política majoritária. Em 1968 foi um dos fundadores do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), mas ingressou logo em seguida no PCdoB. Passara a maior parte de seus tempos de militância no Rio de Janeiro, quer como secretário político do Partidão, na então Guanabara, no início dos anos 1950, quer como secretário político do Comitê Regional do PCdoB, cargo que ainda ocupava no fatídico ano de 1976. Era conhecido também no Rio Grande do Sul. Operário das minas de carvão de São Jerônimo, líder sindical destacado, foi eleito suplente de deputado estadual, chegando a ocupar, por curto período, uma cadeira na Assembléia Legislativa, em 1947.

Sua condição de operário intelectualizado e a rápida ascensão na hierarquia do PCB, na qual figurava como membro da Comissão Executiva, conferiram a Jover certo prestígio. Frequentou a “escola de quadros” de Moscou em 1955-57, integrando ainda a delegação brasileira ao 20º Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 1956, famoso pelas denúncias feitas por Krushev contra Stalin.

Esse histórico bastaria para que se temesse pela vida de Jover caso ele viesse a ser preso, situação que parecia iminente já um ano antes da queda da Lapa, pois o DOI-CODI do 1 Exército havia logrado dismantelar o Comitê Regional do PCdoB no Rio de Janeiro. Em junho de 1975, caíra Delzir Antonio Mathias; em agosto, José Maria Cavalcante; em setembro, Armando Teixeira Frutuoso, todos dirigentes regionais do partido e membros, também, do Comitê Central. Nelson Levy, também da direção carioca, escapara por pouco de uma cilada e resolvera fugir para São Paulo, onde passou todo o ano de 1976 na clandestinidade e desligado do partido.

No início de 1976 estavam cortados todos os meios de ligação entre Jover, de um lado, e os demais quadros e organismos de base do partido no Rio de Janeiro. Por isso, após os acontecimentos de dezembro daquele ano, na medida em que os meses se passavam e Jover não reaparecia, crescia a impressão de que ele fora liquidado pelos órgãos de segurança. A rádio Tirana, da Albânia, país com o qual o PCdoB sempre manteve fortes ligações, chegou a dá-lo como morto. Havia, no entanto, quem pensasse diferente.

## PRIMEIRAS INQUIETAÇÕES

O torturador tenta obter de Wladimir Pomar a confirmação de nomes de participantes da reunião de 15 de dezembro. Entre uma pancada e outra, o torturador exhibe um passaporte. O nome que consta no documento é convenientemente coberto. A fotografia, contudo, é de Jover – e parece recente. “Mas ele estava assim, não é?”, como que afirma o torturador à guisa de esclarecimento, para acrescentar, fazendo um gesto de meia-lua em torno do rosto: “Ele usava uma barba assim?”.

Jover apresentou-se na reunião com uma barba redonda, bem aparada, e Wladimir subitamente descobriu nas palavras do torturador o que havia de diferente na fisionomia de Jover que tanto lhe chamara a atenção, sem que ele identificasse o motivo até aquele momento. O incidente, ocorrido em 16 de dezembro, seria daí para a frente uma fonte de inquietação, especialmente quando, encerrado o longo período de incomunicabilidade de Wladimir (37 dias), ele constatou que Jover não estava entre os demais presos. E como explicar que o passaporte estivesse em poder da repressão?

No presídio do Hipódromo, para onde foram levados em fevereiro de 1977, uma vez encerrada a fase de interrogatórios, Aldo Arantes, Haroldo Lima e Wladimir passam a trocar informações e recolher dados que possam esclarecer o massacre da Lapa. Numa dessas conversas, Aldo conta o que lhe dissera o Doutor Marcos, aparentemente o principal analista do Exército a atuar no caso. “Você devia fazer como o Jover, Aldo, e escrever os seus romances”, ironizara o torturador. Ora, o único livro já publicado por Jover – *O movimento sindical no Brasil*, de 1962<sup>49</sup> – é um estudo que nada tem de literário no sentido estrito do termo, mas ele de fato confidenciara nos anos anteriores, a umas poucas pessoas do núcleo histórico do partido e aos militantes mais próximos, que vinha escrevendo romances. O próprio Aldo desconhecia isso. Cabia perguntar de que modo o Exército teve acesso a uma informação que só existiria em um círculo muito restrito. Ou antes: por que a menção a Jover? O despropósito de tal comentário intrigava mais do que o fato de o torturador possuir a informação.

---

<sup>49</sup> Esta obra foi reeditada em 1981 pela Livraria Editora Ciências Humanas, de São Paulo.

O depoimento de Joaquim Celso de Lima, o motorista, consolidou as suspeitas. No presídio, Joaquim narrou detalhadamente a perseguição sofrida em sua última viagem, em que conduziu Jover e Novaes, na manhã do dia 16. De acordo com esse relato, o carro utilizado no esquema do DOI chamou a atenção de Joaquim *deliberadamente*, com manobras desnecessárias, e isso nem bem ele havia saído da residência da rua Pio XI. Não obstante, paradoxalmente, o Corcel foi “fechado” a grande distância dali, no bairro de Pinheiros. Isso aconteceu, contudo, apenas depois que o carro parou para que os dois passageiros descessem, na esquina da rua Pinheiros com a rua Maria Carolina. Porém, esse ponto de breve parada e o ponto da avenida Faria Lima em que o Corcel foi afinal bloqueado — na altura da alameda Gabriel Monteiro da Silva — não estão distantes um do outro mais do que alguns quarteirões.

O Exército dispunha nessa operação, sabe-se hoje, de 30 automóveis e 50 agentes. Pergunta-se então por que a captura do carro do Comitê Central foi adiada por tanto tempo, se, efetuada já no Alto da Lapa, teria resultados supostamente melhores — uma vez que mais dois membros do CC cairiam prisioneiros. Em razão da amplitude da operação, é difícil de acreditar, também, que Jover e Novaes lograssem escapar a pé. A não ser que a própria repressão assim o desejasse.

Quando Joaquim falou, ainda, da comunicação por rádio entre a equipe que o prendera e (deduz-se) a tropa que cercava a casa, o quebra-cabeça ganhou uma nova peça: o Exército só dera início ao ataque e à invasão após conceder a “fuga” de Jover. Juntando tudo, foi possível entender por qual razão fizeram insistentes sinais ao motorista Joaquim, algo como *estamos te seguindo*. O carro precisava ser capturado, e a casa invadida, mas antes disso era imperioso garantir a liberdade do colaborador. É bem verdade que houve um instante em que Joaquim julgou ter enganado os perseguidores (e foi nesse instante que ele parou o carro), mas poucos metros adiante seria cercado em plena rua e arrancado do Corcel. Quer dizer: foi-lhe concedido tempo sob medida para desembarcar os passageiros, não mais.

Em tais circunstâncias, Novaes teria sido premiado por acompanhar Jover nessa derradeira viagem. O Exército deixar que houvesse um único fugitivo seria facilitar demais qualquer investigação posterior do caso. Essa seria a explicação mais plausível para o fato de que Novaes tenha escapado sem

complicações. Quanto a Elza, que preferiu permanecer no carro, com a idéia de retornar ao aparelho e avisar os companheiros, é razoável supor que também escaparia da prisão se tivesse desembarcado com Jover e Novaes.

### ACORDO COM A REPRESSÃO

Em suma, Wladimir passou a defender a hipótese de que Jover, para preservar a vida, fizera um acordo com a repressão. Ele teria sido preso sem que o partido soubesse. Dera aos militares informações detalhadas sobre os procedimentos usuais nas reuniões do Comitê Central. E, pior ainda, concordara em cobrir os *pontos* que o levariam à reunião de dezembro sob vigiância, permitindo ao Exército seguir o carro que o conduziu ao local do aparelho, que ele próprio, Jover, desconhecia.

Contra essa hipótese pesava o fato de não haver nenhum precedente notório de um acordo semelhante entre militares e eventuais delatores. Implicaria dizer, também, que Jover era um ator, capaz de conviver quatro dias com seus companheiros sem demonstrar maior perturbação e sem avisar do risco mortal que corriam. Mas as características da operação de desmantelamento do CC foram, de qualquer modo, igualmente inusitadas: planejamento minucioso, prisões efetuadas paulatinamente, ataque à casa somente após o final da reunião.

Com o tempo, a convicção de que se tratava de um caso de alta traição foi reforçada por outras informações. Entre elas, o relato que Sérgio Miranda fez de seu encontro com Jover no Rio de Janeiro, provavelmente, estima ele, entre 18 e 25 de novembro de 1976. Foi Miranda quem comunicou a Jover o local em que o dirigente carioca seria apanhado, já em São Paulo, para participar das reuniões de dezembro da Comissão Executiva e do CC. Jover havia faltado a dois *pontos* consecutivos antes de avistar-se com Miranda. Nas precárias condições em que ele se achava, era uma temeridade e fugia totalmente às normas de segurança cobrir um terceiro *ponto*. Foi o que ocorreu, contudo.

Miranda achou Jover um pouco nervoso. Andando com ele pela rua, propôs quebrar à direita quando chegaram a uma esquina, e ouviu uma negativa. “Não, meu pessoal está aí”, alegou Jover, aludindo à norma de que, na clandestinidade, nenhum militante deve deixar-se identificar por

outros sem razão (nesse caso, Miranda ficaria *queimado* junto a um ou mais companheiros que estivessem dando proteção a Jover). Miranda entregou-lhe dinheiro e o ponto a que deveria comparecer em São Paulo. “Mas é a alameda tal?”, insistiu Jover a respeito do endereço. Encerrada a conversação, Miranda retornou a São Paulo. Diz ter absoluta certeza de que não foi seguido.

Quem mandou cobrir o *ponto* extra com o desgarrado dirigente da seção carioca do partido? De acordo com Miranda, ele recebeu orientação de Pedro Pomar para isso, “e que fosse o mais breve possível”. Existia, acrescentou, um arraigado clima de animosidade contra Jover. Tanto Pomar como Amazonas estariam exigindo que deixasse o Rio de Janeiro havia tempo, determinação que não era cumprida.

Quanto a esse detalhe, Wladimir, filho de Pomar e seu confidente, sustenta versão bem diversa. No presídio, ele ouviu de Haroldo Lima, membro da Comissão Nacional de Organização (CO), que o *ponto* extra fora coberto à revelia da CO, por inspiração de Amazonas. Daí por que Miranda teria recebido de Pomar uma dura repreensão, tanto mais merecida em vista da imprudência de sair diretamente da rodoviária para uma reunião da CO. Além disso, o próprio Wladimir ouvira do pai uma denúncia de aliciamento: “O Amazonas está contemporizando com o Jover [quanto à permanência deste no Rio de Janeiro] para ver se consegue a adesão dele [às posições políticas de Amazonas, particularmente no tocante à Guerrilha do Araguaia]”. Miranda confirmou a bronca de Pomar, mas a atribuiu à irritação deste com a atitude de Jover, que teria reclamado que o CC não mandara gente aos dois *pontos* anteriores e que não lhe enviava dinheiro.

Por que Jover faltara seguidamente a dois *pontos*? A quem estaria referindo-se como seu “pessoal” se, quando do encontro com Miranda, já não dispunha de mais ninguém que lhe desse cobertura? Nenhuma dessas evidências favorecia sua posição. Mas, até 1979, Wladimir comprara uma briga sem muitos adeptos ao acusar Jover – de quem não se tinha certeza se estava vivo ou morto. Era o ano da Anistia no Brasil. No decorrer da VII Conferência Nacional do PCdoB, realizada na Albânia, Amazonas fazia declarações indicando, como fator interno da queda da Lapa, o “liberalismo” de Pomar, a quem apontou como responsável pelo aluguel da casa da rua

Pio XI. A *Folha de S. Paulo* publicava ampla entrevista com o ex-deputado federal Diógenes Arruda Câmara, dirigente do PCDOB cujo retorno ao país precedeu em um mês o de Amazonas. Ao responder a uma pergunta sobre a chacina, Arruda não poderia ser mais claro:

O golpe de 1976 foi grande. Pedro Pomar, ex-deputado por São Paulo, era conhecido no país inteiro. Quatro membros do Comitê Central foram presos. Um deles está “desaparecido”. Certamente foi morto<sup>50</sup>.

### A REAPARIÇÃO DE JOVER

Tal era o quadro, quando veio de Porto Alegre a surpreendente notícia de que Jover estava vivo e inteiro. Fora encontrado por um antigo dirigente do PCB, Elói Martins, que o conhecia desde a década de 1940. O ex-membro da Executiva do CC exercia uma atividade absolutamente normal, trabalhando no balcão da loja de presentes de sua esposa, na rua Riachuelo, em pleno centro da capital gaúcha. Passados quase três anos dos acontecimentos de São Paulo, ele não procurara entrar em contato com o partido. Também se afastara de qualquer militância sindical ou política.

O impacto da descoberta levou Amazonas a sustar as acusações de liberalismo que vinha fazendo a Pomar e a reformular *ex-abrupto* sua teoria explicativa do desastre de 1976. A reviravolta é descrita por José Gomes Novaes, àquela altura ainda membro do CC. Novaes fora informado do paradeiro de Jover durante o velório de Arruda, que falecera em 25 de novembro de 1979, na manhã seguinte à chegada de Amazonas ao Brasil.

No outro dia nós tivemos uma reunião – João Amazonas, José Duarte, Elza Monnerat e eu – para avaliar o que tinha ocorrido. O João pediu que a gente fizesse uma exposição, eu fiz. Então surgiu, da parte do João, a seguinte colocação: “Eu já tenho uma idéia do que ocorreu na queda da Lapa”.

---

<sup>50</sup> Diógenes Arruda. Entrevista à *Folha de S. Paulo*, 24/11/1979.

Passou a trabalhar uma hipótese de liberalismo. Disse que o companheiro Pedro Pomar tinha sido visto pegando um ônibus de dia em São Paulo, o que não era permitido – e que tinha ido visitar a sua esposa doente no hospital. E deu a mostrar que tentaria incriminar essa pessoa pelo que ocorreu. Nesse momento questionei, achava que era uma colocação grave demais para se fazer sem ter convicção.<sup>51</sup>

Depois de fazer algumas perguntas a Novaes, José Duarte observou que Wladimir dissera, na prisão, ser Jover o responsável pela queda da Lapa.

Também achei muito pesada essa afirmação e tornei a questionar. “É muito grave esse tipo de acusação, sem se ter consciência das coisas.” E resolvi abrir que sabia onde estava Jover, comunicando que nós tínhamos sabido recentemente que ele se encontrava aqui no Brasil, no Rio Grande do Sul. Então o João disse o seguinte: “Bem, a partir daí a coisa muda de figura”. Ele imediatamente mudou a linha de raciocínio que vinha fazendo.<sup>52</sup>

Tarefa imprescindível naquele momento: ouvir do próprio ex-dirigente suspeito de delação suas explicações para o prolongado desaparecimento. Em meio à luta interna desencadeada em torno da justiça ou não da Guerrilha do Araguaia, luta interna que acabaria, em poucos meses, rachando ao meio o partido, foram tomadas as primeiras providências. Prossegue Novaes:

A partir de então, montou-se uma comissão de inquérito para apurar o que ocorreu e essa comissão não só ouviu todo o pessoal que esteve na Lapa, como procurou tam-

---

<sup>51</sup> José Gomes Novaes, depoimento ao autor.

<sup>52</sup> Idem.

bém entrar em contato com Jover. Propôs que ele viesse conversar conosco, ele não aceitou, porém mandou uma carta na qual fazia sua avaliação.<sup>53</sup>

O partido poderia forçar a circunstância de um contato pessoal entre seus dirigentes e Jover, mas não o fez. Talvez porque continuasse clandestino na época – a Anistia, em agosto de 1979, além de excessivamente restrita, não foi acompanhada da legalização dos PCs – ou talvez porque, como alega o ex-membro do CC Ozeas Duarte, diante da possibilidade de total rompimento do diálogo com o acusado, a direção optasse por uma negociação cuidadosa, que terminaria por resultar na carta, ou relatório, a que se referiu Novaes.

Otto Alcides Ohlweiler, veterano dirigente comunista, era o elo entre a direção do PCdoB e Elói Martins, este o “descobridor” de Jover. Eleito deputado estadual no Rio Grande do Sul, em 1947, pela legenda do PCB, junto com Dionélio Machado e Antonio Pinheiro Machado Neto, Ohlweiler pediu licença para prestar concurso na universidade, permitindo a Jover, então suplente, assumir a vaga na Assembléia.

Ohlweiler garantiu, em depoimento ao autor, que a primeira solicitação encaminhada ao ex-membro da Executiva, por intermédio de Martins, foi de que se encontrasse expressamente com Amazonas. Diante da rejeição do pedido inicial, não se propôs a Jover nenhuma conversa pessoal com qualquer outro dirigente: “Ele recusou-se peremptoriamente a encontrar-se com Amazonas. Descrevi o fato, encaminhando o relato ao Amazonas, e de volta veio o pedido de que eu explorasse a possibilidade de Jover fazer um relatório. O que ele aceitou”<sup>54</sup>.

A carta cumpriu um curioso itinerário até chegar a São Paulo. Recolhida diretamente das mãos de seu autor por Martins, entregue a Ohlweiler, passada a Maria Trindade – a mesmíssima Maria Trindade que escapara viva ao massacre da rua Pío XI – e então por esta encaminhada a Amazonas. E, por histórica ironia, a carta foi lida por Amazonas, para os dirigentes do partido,

---

<sup>53</sup> Idem.

<sup>54</sup> Otto Alcides Ohlweiler, depoimento ao autor, 1986.

na última reunião do Comitê Central antes da cisão que resultaria na chamada Esquerda do PCdoB ou Dissidência do PCdoB. A data desta reunião é incerta, sabendo-se apenas que aconteceu nos primeiros meses de 1980.

### O “RELATÓRIO”

Não tivemos acesso a esse importante documento, porque o PCdoB recusa-se a divulgá-lo. É possível, contudo, comparar versões de pessoas que participaram daquela reunião do CC e que puderam conhecer o texto original – a existência de cópias é desconhecida. No essencial, todas as versões, colhidas em depoimento pessoal ao autor, são bem próximas umas das outras. A de Ozeas Duarte, membro do CC em 1980:

O Jover no relatório tenta explicar a razão pela qual ele passou cerca de três meses sem contato com o CC, meses imediatamente anteriores à chacina da Lapa. Ele faltou a vários encontros e não explicou claramente o porquê. Em segundo lugar ele relata uma série de ocorrências que vêm até a queda da Lapa, envolvendo a pessoa dele; depois, como ficou a situação dele; e a posição política dele em relação ao partido naquele momento em que faz seu relatório.

Ele diz que, antes da queda da Lapa (não me lembro bem a data em que isso teria acontecido), saiu da casa onde morava clandestinamente no Rio de Janeiro, pela manhã bem cedinho, para comprar leite em uma padaria. Quando vinha de volta, viu de longe vários carros de polícia na frente da casa, carros com chapa branca. A primeira coisa que causou estranheza é esse registro, porque a polícia normalmente não agia com chapa branca. Além disso causou estranheza o fato de ele ter identificado de tão longe esses carros, a cor da chapa, ainda mais que se sabia que o Jover tinha problemas de visão, de miopia.

Vendo os carros na frente da casa, ele então tratou de fugir. Fugiu e foi morar alguns dias numa pensão no Rio de Janeiro, pensando no que fazer. Depois resolveu ir para Por-

to Alegre, apoiar-se na família. Passou algum tempo no Rio Grande do Sul e depois voltou para o Rio de Janeiro e foi morar numa pensão. Esse período, entre a ida da polícia à casa dele e a volta para o Rio de Janeiro, teria sido exatamente o período em que ficou sem contato com o partido. Ele justifica com esses fatos a ausência dele aos encontros. Que aconteceu depois disso? A Comissão de Organização do CC tinha um local de encontro alternativo ao local normal com o Jover, e resolveu, no final de novembro, acionar esse local. Mandou uma pessoa, membro do CC e da CO [Sérgio Miranda], a esse encontro, e lá Jover foi rearticulado com o partido e recebeu as indicações para entrar na reunião da Lapa. Deu algumas explicações para o desaparecimento dele, disse alguma coisa que nada tinha a ver com o que diz no relatório. Deu uma explicação qualquer e disse que não teve problema, “comigo está tudo bem”. Isso foi relatado na reunião do CC que avaliou o relatório, pela pessoa que foi a esse encontro: ele disse que estava tudo bem. A partir daí, ele compareceu à reunião e saiu da reunião. Ele diz que participou do debate normalmente. Que não informou ao pleno do CC nem à pessoa que o contactou no Rio de Janeiro o que havia acontecido – esse fato de a polícia ir à casa dele, todas essas peripécias por que passou – porque era um problema “muito delicado”. Então ele informou apenas o Pomar e o Arroyo, por coincidência os dois camaradas mortos na chacina. E não é porque somente os dois seriam membros da Executiva, porque o Haroldo Lima era da Executiva, estava na reunião e não foi informado pelo Jover dos acontecimentos.

Então o terceiro fato que causou estranheza: um acontecimento tão grave como aquele, um membro da Executiva ter a sua casa invadida pela polícia, desaparecido durante alguns meses, recontata, diz que nada aconteceu, vem para uma reunião, não informa tampouco aos membros da Executiva formalmente e ainda diz que informou apenas o Po-

mar e o Arroyo, justamente as pessoas que foram mortas? Ele diz que saiu da reunião normalmente; na saída, a pessoa que o conduziu detectou que o carro estaria sendo seguido e mandou que ele sáísse; ele saiu, foi para um bar, tomou uma cerveja, sem muita preocupação – não achava que era grave. Resolveu voltar para o Rio de Janeiro, mas não ir diretamente. Foi para Campinas, ficou um dia no hotel. No dia seguinte, lendo os jornais, soube dos acontecimentos. Depois de Campinas tomou um avião para o Rio de Janeiro. Causou estranheza também o fato de tomar avião, porque é sabido que transporte aéreo era o menos seguro para o deslocamento de pessoas visadas como ele.<sup>55</sup>

Dinéas Aguiar, secretário-geral do PCdOB em 1986, membro do CC desde 1966, cita uma data precisa: para ele, a carta é um relatório minucioso, circunstanciado, de tudo que Jover fez desde o dia 3 de outubro de 1976, quando teria saído de sua casa para comprar pão e, ao voltar, encontrado o lugar cercado pela polícia<sup>56</sup>.

José Gomes Novaes recorda-se de críticas feitas por Jover:

Não procurou o partido porque na Lapa havia pedido desligamento, e estava cansado, doente, tudo o que tinha a fazer para a classe operária já fizera e agora se considerava um cidadão aposentado. Para o partido nada mais tinha a dar, porque era um partido de João Amazonas, que tinha como base desfrutar o dinheiro vindo do estrangeiro com suas “meninhas”, ativistas e coisas desse tipo.<sup>57</sup>

Se a crítica nominal ao líder do PCdOB é mencionada unicamente por Novaes, é certo, de qualquer forma, haver um trecho conceitual, na carta, em que são assumidas posições tidas como anticomunistas. Assim, por exem-

<sup>55</sup> Ozeas Duarte, depoimento ao autor, 1986.

<sup>56</sup> Dinéas Aguiar, depoimento ao autor, 1986.

<sup>57</sup> José Gomes Novaes, depoimento ao autor.

plo, Jover acusa a direção do PCdoB de se alinhar internacionalmente de acordo com seus interesses de financiamento. Acusação absurda, nota Ozeas, pois, por esse prisma, seria muito mais interessante manter-se aliado à poderosa China Popular do que juntar-se à pequena Albânia.

Na verdade, a carta teve o valor de uma “peça de auto-incriminação”, no entender de Nelson Levy, que assistiu à reunião em que foi lida. Como um dos dirigentes que se opunham à ala amazonista, Levy imaginou mesmo, na ocasião, que o documento era forjado – ou seja, um expediente a mais na luta interna, na medida em que o homem acusado de trair fora o secretário político de um Comitê Regional que tomara posição hostil à Guerrilha do Araguaia, o do Rio de Janeiro. Tão inconsistente era o texto, que Levy colocou em dúvida a própria autenticidade da carta. Na votação que sucedeu à leitura, Jover foi expulso do PCdoB com os votos de todos os dirigentes presentes – inclusive os da oposição, como Ozeas e Novaes – menos Levy, que preferiu a abstenção. Curiosamente, nesta data a expulsão não teve como causa a traição, mas razões de ordem ideológica, o derrotismo e as opiniões retrógradas expressas no texto.

O partido somente viria a expulsar Jover como traidor, formalmente, em fevereiro de 1983, durante o 6º Congresso, que aprovou o relatório apresentado pela comissão que investigara o caso. A Resolução nº 4 é seca e incisiva:

O Congresso do Partido Comunista do Brasil (6º), depois de examinar o relatório apresentado pela comissão encarregada de apurar as causas da queda da Lapa em dezembro de 1976, decide aprovar esse relatório e confirmar a expulsão de Manoel Jover Teles das fileiras do partido, como traidor e colaborador direto dos órgãos de repressão. Foi ele que forneceu os dados e indicações do local e da reunião do Comitê Central, em meados de dezembro de 1976, participando do esquema montado pelo I e II Exército para prender e assassinar dirigentes do partido. O relatório deve descer a todos os organismos partidários, com as respectivas conclusões, a fim de estimular a vigilância de classe no partido.<sup>58</sup>

---

<sup>58</sup> *A Classe Operária*, nº 153, 1983.

---

## O ENVOLVIMENTO DE BRILHANTE USTRA

Em agosto de 1985, a deputada federal Bete Mendes reconheceu em Montevideú, na figura do adido militar, coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, o oficial que a torturara 15 anos antes, nas salas da Operação Bandeirantes (Oban). A denúncia obteve intensa repercussão política e lançou luz sobre outras façanhas do “Capitão Tibiriçá”. A revista *IstoÉ* revelou que Ustra envolveu-se diretamente na chacina da Lapa, na condição de chefe da Seção de Operações do Centro de Informações do Exército (CIE). Então tenente-coronel, Ustra “esteve pessoalmente em São Paulo, em 1976, acompanhando a vasta operação montada pelo II Exército contra a cúpula do PCdob”. A revista também informa:

Embora a direção do Partido Comunista do Brasil credite a queda do aparelho a uma infiltração dos órgãos de informação, Ustra assegurou em conversas particulares que a reunião foi descoberta graças ao trabalho de vigilância exercido por seus homens sobre Elza Monnerat.<sup>59</sup>

Esta última informação deu origem a uma indignada resposta de Elza, imputando a Jover a descoberta da casa. A revista, em nota ao pé da carta, endossa a acusação:

De fato, o coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, ao comentar a operação da Lapa, além de dizer que a sra. Elza Monnerat fora seguida, insinuou que tivera informações também de pessoas ligadas ao Comitê Central do PCdob.<sup>60</sup>

Surgia assim uma nova confirmação de que houve traição, embora não se possa afirmar que Ustra tenha citado nominalmente o traidor. Aos que jul-

---

<sup>59</sup> *IstoÉ*, n° 452.

<sup>60</sup> *IstoÉ*, n° 454.

gam fantasiosa toda essa história, vale ler as linhas que seguem, de autoria de Ustra, publicadas no sórdido livro *Rompendo o silêncio*<sup>61</sup> (p. 165):

Quando ocorria uma “derrubada” geral era normal que os remanescentes procurassem a proteção de seus camaradas que militavam em Organizações congêneres. Outro motivo que nos forçava a deixar alguns militantes em liberdade era nosso infiltrado que, em princípio, não deveria ser preso, pois caso somente ele permanecesse em liberdade as suspeitas logo recairiam sobre sua pessoa.

Procurado pelo autor, Ustra deu a seguinte resposta-padrão, em contato telefônico:

— Não posso, não devo e não quero falar.

Meses depois, lançaria seu livro, que não traz referências explícitas ao episódio da Lapa.

### CURIÓ ENTREGA JOVER

O primeiro militar a admitir publicamente que a reunião da Lapa caíra por delação de Jover foi o tenente-coronel Sebastião de Moura, apelidado Curió, em abril de 1992. Em meio a extensa reportagem, o *Jornal do Brasil* publicou uma curiosa declaração de Curió, que teria participado do massacre da rua Pio XI, na condição de oficial lotado no CIE: “Ele [Jover] mora no sul e não recebe qualquer auxílio financeiro do Exército. Temos muitos companheiros desassistidos, um com câncer, que também não recebem ajuda”. De acordo com a reportagem de Ronaldo Brasiliense, Jover “era, na realidade, um espião do Exército e informou ao CIE o local da reunião da cúpula do PCdoB”<sup>62</sup>.

Nova confirmação do nome de Jover vai aparecer em reportagem da *Folha de S.Paulo*, publicada em julho de 1996. O ex-sargento Marival

---

<sup>61</sup> USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *Rompendo o silêncio*. Brasília, Editerra, 1987.

<sup>62</sup> BRASILIENSE, Ronaldo e MITCHEL, José. “Exército tinha agente dentro do PCdoB”. *Jornal do Brasil*, 5/4/1992, p. 16-17.

Chaves revelou à repórter Ana Maria Landim o nome e o apelido do informante: VIP, ou *very important person*. “Ouvi o nome do infiltrado, Jover Teles, e seu codinome, VIP”<sup>63</sup>. Além disso, o general Leônidas Pires Gonçalves “disse à *Folha* que agentes do DOI prenderam ‘um membro da alta cúpula’ do PCdoB e que foi ele quem informou sobre a reunião”<sup>64</sup>. Leônidas, que chefiou o DOI-CODI do I Exército de 5 de abril de 1974 a 1º de dezembro de 1976, teria sido o autor do apelido dado a Jover, conforme relatou em outro depoimento:

Nós tínhamos sempre o que chamamos de sistema planetário, que o pessoal, de brincadeira, chamava bolotário, por causa das bolinhas com os nomes. E a gente fazia [sic] como é que eles se conectavam. E de repente começou a aparecer uma figura que todo mundo se conectava com ele e eu de brincadeira disse assim: “Esse cara deve ser muito importante”. Eu não sabia o nome, nem sei hoje. “Bota aí VIP para ele”. Esse homem foi quem nos disse da reunião.<sup>65</sup>

Deve-se assinalar que a operação da Lapa foi planejada no I Exército ainda ao tempo em que o general Reynaldo Mello de Almeida o comandava e Leônidas chefiava seu Estado-Maior (e, concomitantemente, o DOI-CODI). Quando Leônidas deixou o I Exército, em 1º de dezembro desse mesmo ano, a operação que liquidaria o PCdoB estava praticamente montada e acertada com o II Exército.

Sabe-se hoje que Jover foi preso no Rio de Janeiro, onde morava, cerca de três meses antes da reunião da Lapa, sem que o partido soubesse. Segundo o general Leônidas, Jover “expunha-se em demasia”. Torturado ou submetido a chantagem, dispôs-se a colaborar com a repressão: tornou-se um *infiltrado* e retornou às suas atividades como se nada tivesse acontecido. Uma vez convocado a participar da reunião, por Sérgio Miranda, contato

<sup>63</sup> LANDIM, Ana Maria. “Morte de 3 do PCdoB terá indenização”. *Folha de S.Paulo*, 13/7/1996, p. 11.

<sup>64</sup> Idem, idem.

<sup>65</sup> ARAÚJO, Maria C. S.; SOARES, Gláucio, A. D. e CASTRO, Celso. *Os Anos de Chumbo: A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

do Comitê Central do PCdoB, Jover comunicou o fato a seu *controlador*, um militar do DOI-CODI carioca. Também informou quantos dias duraria e, provavelmente, quem estaria presente.

De posse dessas informações, foi fácil ao Exército montar a operação contra o PCdoB. O ex-sargento Marival Chaves acredita que a repressão deu-se ao luxo de marcar um local de encontro com Jover, em São Paulo, antes do *ponto* que ele teria com o PCdoB. Em outras palavras: Jover teria viajado do Rio de Janeiro para São Paulo sozinho. Uma equipe de operações do DOI-CODI do 1 Exército deslocou-se para São Paulo, com cerca de 15 homens em vários carros, e enviou o controlador de Jover ao seu encontro.

Depois, bastou seguir Jover, com seu consentimento, até o *ponto* da rua Batatais, onde um carro do partido o apanhou, na noite do dia 11 de dezembro, e então seguir o carro até a casa onde ocorreria a reunião do Comitê Central. Foi assim que a repressão chegou à rua Pio XI. “Uma vez localizada a casa, montou-se um cinturão de vigilância em torno, com agentes postados na rua e no topo de prédios. Vi saindo do DOI teleobjetivas, todo um aparato foi montado”, descreve o ex-sargento, que não tomou parte no cerco. A repressão passou a acompanhar e fotografar a chegada dos demais participantes da reunião. Joaquim, o motorista, foi fotografado fazendo compras na feira. Daí para a frente, foi tudo uma “questão de técnica”: capturar, estourar, matar.

## VI

# Conversação com o traidor

*Lamento, chefe, não haver correspondido à sua expectativa.*

Jover Teles, final de conversação, 11/10/1986.

Sejam quais forem os detalhes, o que se passou na rua Pio XI na manhã de 16 de dezembro de 1976 não deve ser designado senão como um crime de sangue contra dois homens desarmados. Também a morte de um terceiro homem, horas antes, ocorreu nas dependências do DOI-CODI do II Exército, não por atropelamento em via pública. São fatos sobre os quais não resta dúvida.

Mais difícil é reconstituir a conexão que conduziu o Exército à casa da Lapa. De início, está documentado que o Exército sabia da reunião com folgada antecedência, dispunha de nomes de pessoas que dela participariam, conhecia prazos, horários e procedimentos de entrada e saída dos militantes – tudo o que uma simples delação de vizinhos não alcançaria. Não: o Exército tomou conhecimento da reunião, montou a operação e chegou ao local por meio de informações prévias de um dirigente comunista.

A informação, publicada já em 1987, de que foi Jover Teles o dirigente que colaborou com a repressão<sup>66</sup> está agora confirmada por diversas fontes militares. Tortura, coação moral ou ambas as coisas combinadas – nada justifica o comportamento de Jover. Mais do que delator, ele serviu conscientemente de isca, agiu como peça da engrenagem fatal armada na rua Pio XI, virou policial.

Mas a responsabilidade maior por esse crime, é fundamental compreender, cabe ao regime ditatorial, o general Ernesto Geisel à frente, ao Exército

---

<sup>66</sup> Na primeira edição deste livro, publicada pela editora Busca Vida, de São Paulo.

e, em particular, a alguns oficiais da ativa de elevada patente, entre eles os generais Dilermando Gomes Monteiro, Carlos Xavier de Miranda e Leônidas Pires Gonçalves, este último o mandante confesso do acordo de masmorra que permitiu a descoberta do local da reunião do Comitê Central do PCDoB. Outros cúmplices foram os “operacionais”, como os tenente-coronéis Rufino Ferreira Neves, então comandante do DOI-CODI do II Exército, e Carlos Alberto Brilhante Ustra, do CIE.

O massacre de dezembro de 1976, a par de ser o último grande crime político executado por orientação expressa dos militares no poder, encerra trágicas lições para o movimento democrático e popular e para as organizações revolucionárias. Examinar detidamente os fatos que deram origem ao desastre é, portanto, tarefa histórica da qual não se pode fugir. O itinerário doloroso de um homem transformado em instrumento de carrascos interessa-nos apenas na medida em que, conhecendo seus passos, poderemos entender como o Exército logrou desfechar o golpe de morte no PCDoB.

\*\*\*

“Faz um favor, traga-me alguns livros para eu ler. Mas nada de política – alguns romances.” Nelson Levy, a quem Armando Frutuoso fez o pedido, cita a passagem como exemplo do estado de ânimo de alguns dos quadros mais antigos do partido, no período de maior ferocidade da ditadura militar. A clandestinidade desgastara Frutuoso e Jover. A mulher do primeiro abominava os seus compromissos políticos e ameaçara denunciá-lo à polícia. O segundo amargava a distância que o separava da família e maldizia um suposto descaso da direção nacional do PCDoB para com o Comitê Regional do Rio de Janeiro. Em 1975, “Jover voltou deprimidíssimo de uma reunião da Comissão Executiva em que o Amazonas teria aberto uma mala cheia de dinheiro e dado uma ninharia para o CR do Rio de Janeiro”, conta Levy.

Na medida em que os laços internos do partido eram seccionados pela ação dos órgãos de segurança, aumentava o sentimento de impotência e inação desses dirigentes. É o caso típico de Jover, que tinha acesso a Levy por mediação de Frutuoso. Preso este, rompeu-se a ligação que restava e na prática Jover passou a ser o secretário político de coisa nenhuma – o partido

se desintegrara à sua volta. Havia ainda, é verdade, sua participação na Executiva do CC. Mas também aqui suas funções eram indefinidas, mesmo porque a situação no Rio de Janeiro era das mais graves.

A progressiva desmoralização a que estavam expostos, sem que conseguissem reagir a ela, é uma das possíveis explicações para sua capitulação diante do inimigo. Terá sido Jover um engodo impingido a gerações de revolucionários, um novo Cabo Anselmo? “O Jover era um *infiltrado* como o Cabo Anselmo, ou como o Jota, que delatou e levou à morte praticamente duas dezenas de ativistas da ALN”, raciocina o ex-sargento Marival Chaves. “Só que, pelas circunstâncias, dois meses depois de iniciado o processo de infiltração houve essa reunião da cúpula do PCdoB, que ele foi obrigado a delatar, e resultou naquilo que nós conhecemos”.

Explicando melhor: ao contrário dos tristemente famosos infiltrados citados pelo ex-sargento, que desempenharam o papel de agentes da repressão durante um longo período, sem que as organizações de esquerda a que pertenciam soubessem disso, Jover não precisou atuar por muito tempo. Se é verdade que foi capturado em agosto ou setembro de 1976, rapidamente sua conversão rendeu dividendos ao Exército, com a ação da Lapa.

É possível que o tenham chantageado, ameaçando matar sua amiga “Titia” ou fazer refém sua família em Porto Alegre. Ou ele puramente fraquejou sob tortura. Mas na rua Pio XI, em quatro dias de convivência com vários companheiros em uma casa apertada, ninguém notou nele lesões ou sinais de violência. Jover tornou-se, já, um agente do Exército.

### VELEIDADES LITERÁRIAS

O historiador Jacob Gorender conheceu Manoel Jover Teles em 1946, numa reunião da direção nacional do PCB (então na legalidade), na rua da Glória, no Rio de Janeiro. Suplente da direção nacional, aos 26 anos o líder sindical gaúcho “era apresentado como um quadro operário de grande futuro”, afirma Gorender em depoimento pessoal ao autor. Logo Jover ingressaria na Executiva Nacional do PCB.

“O PCB tinha raízes operárias e muitos quadros operários, isso é inegável”, observa Gorender, que afasta a idéia de fraude, no sentido de fama imerecida. “Ele tinha um lastro que vinha de muitos anos, era realizador,

era trabalhador de fato”, diz com a autoridade de quem manteve com Jover um estreito “relacionamento operativo” de 1949 a 1951. Gorender, o encarregado da propaganda do partido no então Distrito Federal, e Jover, o secretário político, entendiam-se sempre satisfatoriamente.

Tinha um pouco do fanfarrão espanhol, aquela pompa, certa pose, era verboso. Era bem mais intelectualizado do que os outros operários que conheci e tinha veleidades literárias. O *Movimento Sindical* é uma fonte, mostra um certo descortínio dele <sup>67</sup>,

diz Gorender referindo-se ao livro escrito por Jover e editado pela primeira vez em 1962. Teria ocorrido um episódio curioso concernente às pretensões suas nesse campo, de acordo com versão de Gorender. O crítico literário Otto Maria Carpeaux convertera-se à solidariedade com a esquerda após o golpe militar e solicitou ao PCB informações a respeito da situação política nacional. Incumbido de contatar Carpeaux, Jover teria levado para o encontro um romance que vinha escrevendo, constrangendo o crítico com a leitura do texto. A versão é contestada por pessoas que estiveram ligadas ao ex-líder sindical em anos posteriores.

Jover esteve na União Soviética entre 1955 e 1957, fazendo cursos. Integrou a delegação do PCB ao 20º Congresso do Partido Comunista da URSS, chefiada por Maurício Grabois. Quando os militares tomaram o poder, em 1964, era membro da Comissão Executiva do PCB. “Ele tinha inclinações stalinistas e o 5º Congresso do PCB o reelegeu”, declara Gorender. Mas desde cedo, acrescenta, Jover foi crítico da linha imposta na época ao partido por Luís Carlos Prestes, passando a formar com um grupo que, embora não aderindo ao PCdoB, criado pelos dissidentes de 1962, se opunha à linha dita revisionista e à proclamação do caminho pacífico para o socialismo. Carlos Marighella, Joaquim Câmara Ferreira, Mário Alves, Apolonio Carvalho, Miguel Batista e o próprio Gorender eram os nomes mais conhecidos desse grupo.

---

<sup>67</sup> Jacob Gorender, depoimento ao autor, 1986.

Marighella e Câmara, influenciados pela experiência cubana, fundaram a Ação Libertadora Nacional (ALN). Os demais decidiram “criar um novo partido” e assim surgiu, em 1968, o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). O papel desempenhado por Jover neste instante é desconcertante, a julgar pela descrição de Gorender.

Parece-nos que em 1967 ele já estava integrado ao PCdoB, mas nunca nos disse isso. Em abril do ano seguinte ele tomou parte da fundação do PCBR, provavelmente com o intuito de cooptar militantes e quadros para o PCdoB. Havia mais uns três ou quatro na mesma situação, entre os quais o Frutuoso. Nós já sabíamos que esse grupo iria cindir, mas não tínhamos provas. E foi o que aconteceu depois.<sup>68</sup>

Parte do recém-fundado partido, liderada por Jover, funde-se ao PCdoB e o documento “O reencontro histórico”, de sua autoria, é publicado no *Jornal do Brasil*. O PCBR replicaria com um texto de Mário Alves.

## 11 DE OUTUBRO DE 1986

*(Tarde de sábado, 11 de outubro de 1986)*

— O seu Antonio está?

O prédio, na avenida Júlio de Castilhos, é residencial, e, como tal, uma exceção nesse curto e largo corredor de trânsito entre o Mercado e a Rodoviária, zona tipicamente comercial e de repartições públicas. Um lugar feio e poluído de Porto Alegre. O autor sobe dois lances de escada, pára em frente ao apartamento 22, onde mora Antonio, toca a campainha. A filha atende.

— Tu é lá de Cerquilho?

— Não, de São Paulo.

Por um descuido da família, desconfiada mas cortês, é convidado a entrar no domicílio de dimensões e mobília modestas. Antonio, já avisado da presença do estranho, permanece em seu quarto. Na sala, a filha e a esposa

---

<sup>68</sup> Idem.

inquirem o inesperado visitante que, esclarece, escreve um livro sobre o PCdoB; quer ouvir a respeito o dono da casa; é jornalista.

Cria-se um certo mal-estar e perplexidade. A filha volta ao pai, com certeza conferenciam, é preciso ver como sair desta. Por fim, Antonio deixa o aposento, faz a higiene no banheiro, vem até a sala. Troca um cumprimento seco sem pronunciar palavra. Senta na poltrona desocupada, separada da que ocupa o autor por uma mesinha baixa sobre a qual repousa uma miniatura de revólver montada em peça de madeira, inconfundível lembrança do tempo em que a filha trabalhava em uma fábrica de armas. Antonio tem os cabelos brancos, é alto, usa óculos de lentes grossas. Antonio é Manoel Jover Teles.

Localizá-lo exigiu tempo e esforço. Vive afastado de qualquer círculo político e em regime de semiclandestinidade, sem razão aparente para isso que não o receio de represálias. A impressão que resta, da conversa mantida, é a de se estar diante de um homem incapaz de mostrar o menor arrependimento ou a mais ínfima disposição de colaborar para que seja descoberta a verdade e entendidos os mecanismos que o Exército montou para encontrar, executar e prender dirigentes do PCdoB em dezembro de 1976.

Por outro lado, é indiscutível tratar-se de um ator, ator às vezes patético, mas em geral senhor de si, nada desequilibrado, perfeitamente lúcido aos 66 anos. Ao longo da entrevista, gravada sem que soubesse, alternou momentos de indignação e rispidez com outros em que pareceu suave, até cândido. Aventurou-se a interpretações dialéticas e a uma primária análise histórica do regime republicano. Alegou repetidamente a doença como causa de seu afastamento. E, mais do que tudo, negou-se a dar qualquer informação concreta no tocante a seus atos antes e durante a reunião da Lapa e depois, como suposto fugitivo dos órgãos de segurança.

Filha e esposa assistiram a toda a conversa e nela interferiram várias vezes. “Ele está de cabelo branco aí, coração *baleado*, uma série de fatores físicos que não condizem com esse tipo de coisa. Então no mais é uma vida tranquila, tchê, só isso”, diria a filha, procurando justificar o alheamento à “política”. À saída do autor, ele lamentou não poder colaborar.

O autor tentou avistar-se com Jover novamente, em fevereiro de 1987. Perda de tempo: desaparecera.

\*\*\*

Gostaria de conversar com o senhor. Estou escrevendo um livro sobre o PCdOB e gostaria de sua atenção.

— Livro?

É, um livro.

— Mas por que eu?

Porque o senhor teve uma participação conhecida, não?

— Isto é passado.

Mas o passado não se apaga, não é?

— Hum?

O passado não se apaga de uma hora para outra, o senhor não acha?

— Para mim acabou.

Mas o senhor foi militante durante tantos anos...

— Mas é o seguinte, meu jovem. Eu realmente fui militante muitos anos, mas depois resolvi tratar da minha vida, porque fui ficando velho e verifiquei que além de tudo ia ficar numa situação muito difícil. Então resolvi tratar da minha vida e faz 10, 12 anos que estou tratando da minha vida, doente inclusive, compreende, e nada mais. [Pausa] De maneira que não sou mais a figura indicada, digamos assim.

Mas existe um episódio que seria importante o senhor explicar. Pode ajudar a compreender melhor esse episódio. O senhor deve saber qual é...

— Mas quem é o senhor, afinal de contas?

*Sou jornalista, meu nome é Marcos Soares<sup>69</sup>, tenho carteira de jornalista — se o senhor quiser ver posso lhe mostrar — e estou preparando um livro sobre o PCdOB. Não sou do PCdOB, quero esclarecer logo. O senhor sabe que o partido passou por dificuldades esses anos todos, vários militantes foram assassinados e...*

— Tanto de um lado como de outro.

Como assim?

— Tanto do PCdOB como do outro, PCB.

Ah, o PCB, o senhor foi militante do PCB antes de entrar no PCdOB. Seria importante o senhor falar. O senhor esteve naquele episódio da Lapa, muito

---

<sup>69</sup> O autor deste livro efetivamente usava, na época, para todos os fins legais, o nome de Marcos Soares.

controvertido, então há uma série de coisas ligadas a ele que sem a sua palavra é difícil explicar.

— A respeito desse assunto, desse problema específico, há uns cinco anos a direção do PCDOB me pediu um relatório, o que é que eu queria dizer sobre esse assunto. Esse relatório foi encaminhado. Está na mão deles. Quer dizer, além daquilo nada mais eu tenho a dizer.

Agora, o senhor sabe perfeitamente que eles não fornecem o relatório.

— Se eles não fornecem não cabe a mim violar nada.

Mas se o senhor já se retirou...

— Esse relatório foi escrito, assinado por mim, a respeito do que eu sei, qual é a minha avaliação sobre o que sucedeu. Esse relatório é bastante longo. Está na mão deles. De maneira que você se dirigindo a eles...

Eles não fornecem.

— No caso de que eles não queiram fornecer, significa que há interesse da parte deles em não fornecer. Se há interesse, não cabe a mim violar esse interesse. Estou à margem de tudo, não é?, não cabe a mim dizer nem sim nem não a respeito de qualquer assunto ligado a essa organização, a não ser que eles queiram. Compreende?

Mas veja, o senhor foi até expulso do partido em razão disso.

— Eu sei disso. Mas não me cabe, não me cabe. Esta é a questão da discussão, sei quais as razões, sei quais são as alegações, tudo infundado, mas não me cabe. Pronto, não quero nem discutir esse assunto!

Seu relatório foi considerado insatisfatório. Do ponto de vista histórico, o senhor sabe que se não falar as acusações vão sempre lhe pesar, não?

— Estou com a consciência tranqüila. E por isso não tenho... problema nenhum de consciência. Minha consciência está perfeitamente tranqüila. O que sucedeu, segundo meu ponto de vista, está escrito totalmente no relatório que mandei, a pedido deles. Então a minha parte, o que tenho a dizer, é isso.

O senhor não foi preso em nenhum momento antes de dezembro de 1976?

— Nem depois. Procure esse relatório lá com eles que é o que tenho a dizer sobre o assunto. Nada mais [como quem encerra a conversa]. Tá bom?

#### UM VETERANO FORA DE QUALQUER JOGADA

E o senhor não se dispõe a falar mais do que isso?

— Não, eu não quero nem saber. Estou vivendo meus últimos anos de vida doente, compreende, doente. Não quero saber mais de nada. Quero paz, quero paz. A contribuição que tinha que dar eu dei, e agora quem quiser que siga o caminho que bem entender. Porque o meu é o seguinte: terminei o relatório dizendo o seguinte: não é mais um caminho, é um fim. Estou fora de qualquer jogada.

Sei que vocês me recebem aqui com muita apreensão, muita hostilidade...

— De maneira nenhuma! Qual é a hostilidade?

Fui bem recebido, mas sinto que há muita apreensão...

— Apreensão nenhuma, estou tranqüilo. Eu sou um ve-te-ra-no! [reparte bem as sílabas, frisando a palavra]

Perfeitamente. O senhor é um veterano e o senhor sabe que naquela casa, na Lapa, morreram duas pessoas...

— Eu sei disso!

Sabe que morreu outra pessoa sob tortura. São coisas que fazem parte da História e que é preciso esclarecer.

— Não, está certo, eu sei, mas estou dizendo o seguinte – por favor [repreende a esposa, que tenta pôr fim à entrevista] –, a explicação que tinha que dar eu dei por escrito. Está na mão deles.

Eles não cedem.

— Se eles não lhe dão essa explicação, então naturalmente eles, por esta ou aquela razão, não estão querendo dar. Não estou querendo entrar nessa jogada, para desmanchar qualquer razão ou não-razão que eles tenham. Estou fora.

Mas, por exemplo, sei de pessoas que leram a carta e dizem que na carta o senhor afirma ter pedido desligamento do partido na reunião da Lapa. E as pessoas que estavam presentes à reunião e que sobreviveram dizem que o senhor não pediu desligamento lá.

— Ninguém leu essa carta direito, compreende? Na verdade na carta não peço desligamento de coisa nenhuma.

A carta, segundo essas pessoas que leram, diz que o senhor pediu desligamento na reunião da Lapa.

— Procure o relatório.

O senhor se desligou quando do partido? Em que ano?

— O problema é o seguinte: depois dos acontecimentos a que você se

refere, eu fui tratar da minha vida. Naturalmente procurei ficar numa situação em que não fossem me encontrar, e só fui surgir à tona posteriormente. Tenho um problema de coração, câncer na próstata, e estou tratando da minha vida agora. De maneira que estou querendo paz. Estou fora de toda e qualquer atividade política nesses últimos 10, 11 anos. E quanto ao fato em si, repito, há cinco anos me pediram um relatório sobre o que eu sabia. Um farto relatório foi enviado. Jamais afirmo nesse relatório que na tal de reunião da Lapa eu teria pedido demissão, qualquer coisa.

O senhor não diz isso?

— De jeito nenhum. E o relatório está na mão deles. Se quiserem publicar o relatório publiquem, não há problema nenhum, façam o que bem entenderem. Agora, a última palavra está com eles. Estou fora.

O senhor conseguiu fugir, e mais um outro, o Novaes. Por que o senhor não entrou mais em contato com o partido depois disso?

— [Pausa.] Tá explicado tudo isso no relatório.

Eles não cedem esse relatório. A acusação que pesa contra o senhor vai continuar pairando.

— Eu lamento. A acusação pairando, da parte deles leva a que fiquem ofuscados e impedidos de aprofundar as reais causas do sucedido, o que pode redundar amanhã ou depois em novos prejuízos para eles. Porque eles descartam. “Está resolvido o assunto”, compreende? E o assunto não está resolvido. Realmente qualquer acusação contra mim é infundada, inverídica etc. O que mostra que as fontes que causaram todos aqueles problemas são outras.

Na sua opinião, o que aconteceu?

— Eu não vou aqui...

Mas por que o senhor não fala?

— Já disse que não, desde que mandei o relatório eu disse: é a última palavra que dou sobre esse assunto. E acabou.

Mas na verdade está me sonhando uma informação. O senhor deu essa informação a eles...

— Mas é deles...

O senhor foi expulso, não tem nada com eles!

— Meu nome desapareceu. Não quero mais saber. Estou tratando da minha vida.

VAMOS ENCERRAR ESSE ASSUNTO

*Quer dizer, depois do que aconteceu na Lapa nunca mais o senhor entrou em contato. E não pediu desligamento do partido formalmente.*

— Oficial, não.

Mas por que o senhor não tomou a iniciativa de procurar alguém?

— Não quero, não me interessa.

Durante a reunião, o senhor atuou normalmente.

— Não nessa, atuei durante 30 anos.

*Isso é que eu gostaria que explicasse. Se durante a reunião sua participação foi ativa, de repente acontece, o senhor foge – e aí, o que o levou a desistir de repente?*

— Perda de confiança total.

Em função de quê?

— Em função do sucedido. Em função do sucedido, fiquei assim: “já não sei mais onde estou metido”. Então o melhor é eu tratar da minha vida.

O senhor abandonou todos esses anos de militância de uma hora para outra?

— Sim. Para mim é uma página encerrada isso. Se é uma página encerrada não tem mais nada, pronto.

[O autor se dirige à filha de Jover, que mencionara sua falta de saúde:]  
*Entendo seu ponto de vista. Acontece que nesse episódio três pessoas perderam a vida. E ele tinha uma participação ativa: era do Comitê Central, dirigia esse partido. Ele teve um grau de responsabilidade, não pode apagar isso.*

— Vamos encerrar esse assunto aqui [rísido]. Responsabilidade de quê?

Naquele momento o senhor tinha responsabilidade como direção do partido, fazia parte da Comissão Executiva.

— Deixei de ser direção. Quanto ao fato em si não tenho responsabilidade nenhuma. Não fui eu que preparei aquilo, não fui eu que organizei aquilo. Fui como todos, que não organizaram o negócio. E o resto está no relatório que mandei a eles e acabou o negócio. Não aceito responsabilidade de coisa nenhuma. Lamento que esse pessoal esteja pensando assim.

Mas não só eles...

— Eles pensando assim ficam ofuscados e impedidos de aprofundar e encontrar as verdadeiras causas. Quem tem maior interesse em aprofundar a questão, para ir, digamos assim, às verdadeiras causas daquilo que sucedeu

– quem podia ter esse interesse? Exatamente eles.

Não só eles pensam assim. Todas as organizações de esquerda concordam com a avaliação que eles fizeram. Acham que o senhor entregou a reunião.

— Lamento. Lamento.

Como é que o Exército conseguiu descobrir? O senhor deve ter uma opinião formada a respeito.

— Eu não sei, eu não sei. Exatamente aí é que entrou a desconfiança toda. [Em tom dramático, quase choroso:] Aí eu não sei não!, como foi eu não sei. Ah, se eu soubesse! Não sei nada. No relatório dou a minha opinião. Quais caminhos inclusive eles poderiam seguir para verificar a realidade das coisas, as causas. É preciso examinar quem alugou a casa, quem são os fiadores, enfim, uma série de fatores. Agora, eles descartam a coisa simplesmente achando o seguinte: o fulano é o responsável. Lamento, porque isso impede a eles de aprofundar as verdadeiras causas e talvez as causas continuem no meio deles, o que poderá causar novas dificuldades adiante. Mas é um problema deles. Se não acreditam na versão que dei, lamento.

Por que, quando o senhor resolveu desligar-se, não comunicou isso ao partido?

— Quando eu saí não tinha a quem comunicar. Comunicar a quem?

Não pode descrever pelo menos sua fuga, depois que deixou o carro?

— Não, tudo está descrito no relatório. Passo por passo está lá.

Não vão me dar o relatório.

— Pois é. Se eles não vão dar, também não vou dar nada [quase perdendo a calma]. Significa que não querem dar. Se não quiserem, eu também não estou aqui a fim de abrir coisa nenhuma. Se quiserem podem até publicar o relatório. Não me importo.

### SUSPEITAS AQUI E ACOLÁ

Se quisessem seria ótimo. Não querem.

— E como o problema não é mais meu, é deles, estou fora.

*Desculpe, acho que o problema continua seu na medida em que pesa uma acusação e o senhor não se defende.*

— A minha defesa está feita. Diante de quem tenho que fazer, a defesa está feita.

Sim, mas o que aconteceu lá não é um patrimônio do PCdoB, propriedade deles.

— É essencialmente deles.

Não, faz parte da História.

— É essencialmente deles. Se faz parte da História, eles têm um documento assinado por mim. Nada melhor.

Mas o que custa para o senhor descrever a fuga?

— Se algum dia surgir qualquer problema até eu posso publicar esse documento ainda. Quem sabe?

Que tipo de problema?

— Não sei. Não sei. Vamos ver o que acontece. Sou um homem que aprendi na minha vida a ter muita paciência. Vamos ver o que acontece para agir depois [pausa]. Também poderia dizer: também tenho minhas suspeitas, aqui e acolá etc. Mas não é o caso para mim. Enquanto não tomarem medidas nisso não me interessa também.

Quer dizer, suspeita de algumas pessoas da direção?

— É, isso são problemas, não é? Isso basta.

Prefere não citar nomes?

— É, não se pode. Procure esse relatório, ali está a versão que dou dos fatos. Que é a versão que eu podia ter dado. Aquela que é a real, do meu ponto de vista e, digamos assim, do ângulo de que eu participei do troço.

O senhor preferiu então afastar-se de toda atividade.

— Não tenho nem condições de saúde. Já na ocasião tinha aquele negócio na próstata. O coração, estou batendo pino a toda hora. Mas, pode-se dizer, não é a causa básica essa.

Qual seria? Foi o episódio da Lapa?

— O episódio da Lapa trouxe alguns outros elementos. O grande problema é que enquanto a esquerda estiver seguindo os caminhos ditados do exterior – não ditados abertamente, assim de maneira grosseira, mas inspirados –, todos os ramos dela, não conseguirá jamais uma identidade com o povo brasileiro, com os problemas da psicologia brasileira, e dificilmente conseguirá enraizar-se. O processo evolutivo não se dá em função de um aprofundamento da realidade circundante, que leve às conclusões adequadas e a um procedimento mas apenas a uma transposição dogmática, mecanicista etc. de coisas que naturalmente deram certo em outros lugares,

não é isso?, mas que não são o caso nosso. São problemas que já vinham há muitos anos. E no episódio da Lapa então se juntaram todos esses fatores, além desse processo introduziu um novo elemento, que já lhe disse em síntese: onde é que estou metido? que é que está acontecendo? Não sei como foi feito isto, quem fez, quem trouxe, como é o negócio, está entendendo? E de repente...

Onde o senhor estava no segundo semestre de 1976? Em agosto, setembro, outubro, novembro?

— Segundo semestre de 76?

Setenta e seis.

— Agosto de 76?

É, agosto, setembro de 76.

— [Pausa.] Rio de Janeiro. Faça de conta o seguinte. Faça de conta não: isso é sério. Qualquer coisa que se deseje saber a respeito dessa acusação que me fazem, eles têm o relatório circunstanciado. E estão por mim liberados a fazer do relatório o que bem entenderem. E me nego a adiantar a quem quer que seja qualquer coisa além daquilo que está no relatório.

Quer dizer que nega terminantemente que tenha sido preso antes da Lapa? O senhor não foi preso em momento algum?

— [A esposa acha bom encerrar.] Não temos que temer coisa nenhuma. Sou um homem com a consciência tranqüila. Quando você chega a uma determinada conclusão, sobre um fato qualquer, você fecha o assunto. Se esta conclusão estiver certa, tudo bem. Se estiver errada, pode-se sofrer depois as conseqüências.

### DE SÍSTOLE E DIÁSTOLE

O PCDOB procurou-o e o senhor se recusou a falar pessoalmente com eles. Por quê?

— Estou dizendo a você o que disse a eles. Qualquer conversa no sentido de eu voltar, não. No próprio relatório deixo claro isso. Nós vamos conversar para divergir? Não tinha condições de saúde nem para isso. Naquela época eu estava contra uma série de coisas. Conversar para divergir... Não, porque não me interessa mais! Pronto, acabou. Sei que não farão nada. Não vão chegar a parte alguma. Ainda agora estou acompanhando.

Na carta havia acusações muito duras ao João Amazonas.

— Não, não faça acusações. Me pediram uma versão do acontecimento em si, até onde podia dar, evidentemente, porque meu negócio vai até ali, dali em diante não sei, não tenho nada com isso.

Quando o senhor soube que o expulsaram?

— Alguém me falou, não me lembro quem. Alguém me falou. Apenas o seguinte, por uma questão de princípio – sempre fui um homem de princípios, não é? Tenho quase 40 anos de militância – estabeleci o princípio “assunto encerrado, página virada”. O que tinha a dizer foi dito por escrito.

Sendo homem de princípios, militante tão antigo, não entendo por que abandonou tudo de um momento para o outro.

— Não é de um momento para o outro. Há um processo de acumulação quantitativa. Um homem não chega a uma determinada conclusão repentinamente: há todo um processo. Num determinado momento sucedeu algo que permitiu que um processo de acumulação quantitativa desse um salto qualitativo. Foi isso. Então há até uma explicação filosófica.

Mas o senhor abandonou toda a luta.

— Cheguei à conclusão de que esse troço que está aí não vai além das pernas. Mas naquela época, dez anos atrás?

— [Exaspera-se.] Eu já não tinha condições de saúde. E eles sabem disso. Eu ficava tonto, caía. A contribuição que tinha que dar já dei. Não tenho mais contribuição nenhuma a dar, e felicidades. Que sigam em frente, agora tenho minha casa. Lamento, não por mim, que já estou velho. Lamento porque eles continuam com o micróbio da doença dentro do corpo. Enquanto a situação evoluir em termos de Sarney, tudo bem. Mas nós sabemos que a evolução política se dá por ciclos: e no caso do Brasil vem se desenvolvendo através de períodos de centralização, que são sucedidos por períodos de descentralização, que são sucedidos por períodos de centralização novamente – diástole, sístole, não é? Velha República – centralização; 30 – descentralização; 37 – centralização novamente; 45 e não sei o que mais – centralização. Agora, descentralização. A descentralização inevitavelmente será substituída por um novo período de centralização. Sob a centralização, eles tendo descartado isso de maneira tão simplista, “fulano é o responsável”... continuam com o micróbio no meio, e quando chegar a outra centralização é que vão lamentar.

O senhor estava no Rio de Janeiro quando Frutuoso foi preso?

— Com certeza.

Chegou a conhecê-lo?

— Conheço. Um velho militante.

*Está bem...* [o autor faz menção de retirar-se.]

— Se quiser me dar uma ajuda é o seguinte. O senhor divulga que fulano de tal está com o nome tal, e eu entrarei de novo numa fria. O senhor não ganhará nada com isso.

Não vou fazer isso. O que eu gostaria de ver explicado e não está claro é por que o senhor se recusou a contatar o partido após a Lapa. Procuram-no anos depois e o senhor prefere mandar uma carta...

— A própria carta, se você ler, se eles lhe mostrarem, diz o porquê. “Já que vocês querem uma versão minha, perfeitamente, é obrigação minha.” Dei por escrito.

O senhor não tem uma cópia?

— [Agita-se.] Existe, escondida nalgum lugar, que não é Porto Alegre, uma cópia dela. Que eu não revelo.

## A VOLTA À POLÍTICA

Os anos 1990 trouxeram nova reviravolta na vida de Jover. Não foram apenas as declarações do tenente-coronel Curió, implicando-o de maneira cabal como colaborador do Exército. Muitas mudanças ocorreram com ele. Jover enviuvou, reassumiu sua identidade, abandonando o nome falso de Antonio Lima, voltou a casar, embora já tivesse mais de 70 anos, e retornou ao lugarejo onde foi criado no Rio Grande do Sul, uma pitoresca cidade de nome Arroio dos Ratos.

Em 1996, Jover, que tomou parte da direção nacional de três importantes partidos de esquerda (PCB, PCBR e PCdoB), acrescentou uma nova sigla ao seu patrimônio político, filiando-se ao PPB (Partido Progressista Brasileiro) de Paulo Maluf, partido substituto do antigo PDS (Partido da Democracia Social), o qual por sua vez sucedeu à Arena (Aliança Renovadora Nacional), expressão parlamentar dos golpistas de 1964. Uma vez no PPB, Jover lançou-se na campanha eleitoral, disputando uma vaga de vereador em Arroio dos Ratos, onde é conhecido pelo apelido de Manolo. Questionado por

jornalistas, deu a todos uma resposta-padrão: no interior do país, as siglas partidárias teriam reduzida importância, o que conta é a honestidade e a dignidade das pessoas<sup>70</sup>.

A revelação do facínora Curió levou à descoberta de que, algum tempo depois da Lapa, o infiltrado recebeu uma compensação, ainda que modesta, por seus préstimos à ditadura: empregos, para si e para a filha, na fábrica de armas Amadeo Rossi. O repórter José Mitchell relata que Jover foi empregado da Rossi de 1978 a 1992. São conhecidas as relações dos fabricantes de armas com o Exército, a quem cabe fiscalizá-las e autorizar-lhes o funcionamento.

Confrontado com o depoimento de Curió, primeiro militar a citar com todas as letras o nome do traidor, Jover negou tudo, sem convencer. Desde então, o ex-dirigente comunista é objeto de reportagens de publicações nacionais e da região. Nas entrevistas, sua principal linha de resistência é a mesma adotada na conversa com este autor: “Pensei no meu futuro e de minha família. Fui tratar da minha velhice. Foi isto o que ocorreu. Não houve traição”, resumiu para Mitchell, a quem disse estar escrevendo um livro sobre o episódio.

A par disso, ele tem procurado assumir uma condição de filósofo no ostracismo. “Hoje sou um livre-pensador, analisando todas as idéias e posições políticas. E sem sectarismo, como havia naquela época entre nós”, confidenciou a Mitchell em 1992. Mas, falando ao mesmo repórter, fez uma profissão de fé no socialismo.

Está havendo uma depuração entre os partidos de esquerda, hoje a predominância é do capitalismo, do neoliberalismo. Mas, numa visão histórica, futuramente voltarão os partidos marxistas. Porque as contradições e as injustiças das sociedades continuam.

Não deixa de ser curioso ver Jover flagrado por jornalistas em vigorosa campanha eleitoral, aos 76 anos de idade, quando dez anos antes queixava-se para este autor de seus problemas de saúde no coração e na próstata.

---

<sup>70</sup> SOUZA, Carlos Alberto de. “Ex-líder comunista é candidato do PPB”. *Folha de S.Paulo*, 6/8/1996.

## VII

### Rio, 1975

*Nosso trabalho é amplo. Preocupamo-nos com a nação, com a família; em nome das instituições, vamos até às prisões; mas é a manutenção da nossa paz que procuramos.*

General Reynaldo Mello de Almeida,  
comandante do 1 Exército, em 31/8/1976

Delzir Antonio Mathias não esqueceria do 1º de junho de 1975, dia em que pretendia comprar uma garrafa de vinho para comemorar com sua mulher, em Niterói, o aniversário que ele faria no dia 3. Recorda com exatidão que foi capturado, numa rua do subúrbio de Piedade, às 11h20min. Olhar para o relógio seria o último gesto livre antes que os agentes do Destacamento de Operações de Informações do 1 Exército se lançassem em cima dele. Mas àquela altura já sabia que nada iria festejar com a companheira, pois ele lhe telefonara antes, e a voz de pavor da sogra, ao atender, bastou para que percebesse a campana e cancelasse a ida a Niterói.

Sua prisão, a última de uma leva de mais de 20 que o DOI-CODI realizara naqueles dias, fora a primeira de várias quedas de dirigentes do PCdoB que ocorreriam no espaço de três meses, no Rio de Janeiro. As circunstâncias em que se produziu a captura – e as que a precederam – são bem características dos métodos de investigação aplicados na época pelo DOI-CODI do 1 Exército, que privilegiavam o levantamento científico, por assim dizer, de pistas que pudessem levar aos homens procurados. O que não implicava dispensar a tortura, ao contrário, buscava melhorar os seus resultados, a começar pelo preciosismo das perguntas feitas aos presos, bem mais detalhistas. Apostava-se em linhas de investigação que conduzissem aos militantes mais graúdos, por morosas que fossem. Mapeavam bairros e controlavam os lugares por onde tal ou qual sujeito deveria passar. Fotografavam os militantes seguidos em seus sucessivos contatos, como fizeram inclusive com Delzir. A prisão

ocorria quando, supostamente, terminava o levantamento desses contatos. Era a “rede”, diziam os militares. Ou o “bolotário” gostosamente citado pelo general Leônidas Pires.

Delzir garante que conseguiu frustrar duas tentativas anteriores de captura, uma na Baixada Fluminense, outra em Jacarepaguá, nos três meses que antecederam sua queda. Em seu derradeiro encontro com Armando Frutuoso comunicou-lhe uma dessas ocorrências. “É psicológico”, replicou Frutuoso, creditando à imaginação do companheiro as cenas de perseguição que este protagonizara na condição de fugitivo. Nos últimos tempos Delzir vinha mudando constantemente de endereço, para que não o localizassem. Como o pegaram?

A repressão conhecia o trajeto que eu fazia e chegou ao requinte de colocar um “mendigo” sob a marquise de um bar. Esperavam-me em três locais diferentes. Quando me prenderam escutei mandarem, pelo rádio, desativar esquemas semelhantes em dois lugares, e havia muita gente deles onde me prenderam.<sup>71</sup>

Utilizando um eficiente sistema de suborno de carcereiros, no período em que esteve recolhido no Departamento de Polícia Política e Social (DPPS), ele fez com que comparecessem à sua cela os vários companheiros presos na mesma época, para avaliar condutas e obter informações. O esforço não resultou na descoberta, ou confissão, de qualquer delação que tivesse permitido aos órgãos de segurança encontrá-lo.

### AS PRISÕES DE 1972-76

O contraste com os antigos métodos é imediatamente notado no número de prisões, menor em 1975, porque mais seletivas. Delzir conta que, de maio a junho de 1972, a repressão efetuou uma razia sem igual contra o PCdoB no Rio de Janeiro, prendendo cerca de 300 pessoas. Muitos dos

---

<sup>71</sup> Delzir Mathias, depoimento ao autor, 1986.

detidos eram estudantes ligados à União da Juventude Patriótica (UJP), organização clandestina parapartidária, o *braço político* do PCDOB no movimento estudantil. Mas a truculência da vasta operação rendeu poucos ganhos, porque a maioria dos que foram parar na cadeia não dispunha de informações relevantes ou nem mesmo tinha vínculos efetivos, de militância, com o partido.

No ano seguinte as perdas seriam mais sérias. Lincoln Bicalho Roque, encarregado da denominada seção de organização do Comitê Regional, membro também do Comitê Central, foi assassinado sob tortura em março de 1973, no DOI-CODI do 1 Exército. Um dos mais jovens componentes do CC, Lincoln, morto aos 27 anos, teve comportamento exemplar diante dos torturadores, nada revelando sobre o partido. Sua morte “em tiroteio” foi anunciada no dia 21 de maio, em “nota oficial” dos “órgãos de segurança” (sic). Delzir e Nelson Levy assumiram, então, as funções antes exercidas por Lincoln.

Entender por que a repressão concentrava seus golpes contra as estruturas cariocas do partido exige uma avaliação do papel por elas desempenhado nos anos anteriores. O PCDOB sempre foi expressivo no Rio de Janeiro e lá foram recrutados, em sua maioria, os militantes enviados ao Araguaia. Natural, assim, que a repressão apresentasse lá maior aperfeiçoamento – e que a trama da operação da Lapa, em São Paulo, fosse urdida no 1 Exército. Os órgãos de segurança compreenderam desde cedo a importância estratégica do Rio de Janeiro no suprimento de efetivos para a Guerrilha e, mais tarde, nas ligações com a direção nacional em São Paulo.

Por volta de 1972-73, este partido invisível, mas de quem a repressão sempre esteve perigosamente perto, era formado por um contingente de mais ou menos 200 militantes no Rio de Janeiro, segundo estimam Delzir e Levy. Se o dado for correto, o número é considerável. Do ponto de vista organizativo, porém, as dificuldades se acentuaram desde então. As reuniões dos organismos partidários tornaram-se mais espaçadas e, no caso do Comitê Regional, deixaram de ocorrer possivelmente em 1974, resumidos os encontros partidários a contatos individuais.

A ação implacável, ilegal, bestial dos órgãos de segurança produziu efeitos devastadores na memória do partido, devidos não apenas à eliminação física de militantes, mas também ao forçoso desaparecimento de fontes es-

critas e ao desconhecimento da identidade de pessoas que às vezes sumiam ou se dispersavam. A clandestinidade apagou os traços de certos membros do CR. A composição do CR, em 1974-75, era possivelmente a seguinte:

Armando Frutuoso, secretário de organização  
Delzir Mathias, da seção de organização  
Elson Ramos Júnior  
Helena Boaventura Sobrinho (“Hilda” ou “Titia”)  
José Maria Cavalcante  
Manoel Jover Teles, secretário político  
Nelson Levy, da seção de organização  
“Doca”  
“Oto”

Não foi possível descobrir a identidade dos dois últimos, nem a de um outro dirigente do qual se sabe apenas que era um alfaiate. Quanto a “Hilda”, ou “Titia”, sabe-se que morava na casa de Jover, o traidor, e que foi presa no segundo semestre de 1976. É fundamental conhecer-se o núcleo central do PCDOB do Rio de Janeiro, porque se presume que o Exército tenha localizado Jover por meio de algum dos integrantes desse núcleo. Armando Frutuoso, especialmente, era tido como o responsável pela localização de Jover pelos órgãos de repressão. No entanto, foi outro o caminho.

### A CAPTURA DE FRUTUOSO

Seis dias de tortura no DOI-CODI espalharam sinais e cicatrizes por todo o corpo de Delzir Mathias, deixando-o em estado de coma por 15 dias, de um total de 45 dias passados, por ironia, no Hospital Filinto Müller, da Secretaria da Segurança Pública<sup>72</sup>. Após receber alta, esteve no DPDS durante cerca de duas semanas, retornando então ao DOI, onde não voltou a ser torturado. No DOI encontrava-se já José Maria Cavalcante, capturado em

---

<sup>72</sup> Filinto Müller, chefe da polícia política do Estado Novo, tornou-se tristemente célebre por seus métodos violentos.

agosto. No dia 30 ou 31 de agosto, uma equipe de agentes vai à solitária ocupada por José Maria.

— Seu filho-da-puta, se ele não estiver lá nós vamos te dar porrada!

José Maria informara aos militares o local em que se encontraria com Frutuoso, em Madureira. Os agentes levam-no ao local. Retornam. Um deles se dirige a Delzir:

— Prendemos seu chefe. Prendemos o Frutuoso. Agora você pode falar. Não precisa esconder mais nada.

Delzir desconfiou, pediu para ver o companheiro, não permitiram. Teve certeza, porém, ao reconhecer a voz de Frutuoso durante um interrogatório. Frutuoso contava a história cronológica de sua militância.

O incrível é que a prisão de José Maria fora noticiada, e assim mesmo Frutuoso compareceu ao ponto. “Prisão especial para jornalista”, dizia a nota publicada em *O Globo* de 27 de agosto.

Só após ouvir o promotor é que o juiz José Garcia de Freitas, da 2ª Auditoria da Aeronáutica, decidirá se o jornalista José Maria Cavalcante tem direito a prisão especial. José Maria foi preso no início do mês, acusado pela 2ª Auditoria de atividades contrárias à segurança nacional, segundo informações do DOPS, onde se encontra. O advogado Celso Araújo alega que ele tem direito a prisão especial [por ser jornalista profissional].<sup>73</sup>

Frutuoso seguramente não leu isto, nem foi avisado por ninguém, o que apenas comprova o estado de total desintegração do partido naquele momento, no Rio de Janeiro.

## A HISTÓRIA DE LAURINDA

Nelson Levy lhe apresentara pessoas ligadas ao PC, depois pessoas ligadas ao PCdoB, de sorte que com o tempo ela cedeu sua casa para reuniões clan-

---

<sup>73</sup> *O Globo*, 27/8/1975, segundo clichê, p. 14.

destinas e tornou-se uma espécie de meio-termo entre simpatizante e militante, conforme definição própria. Quando começou a servir de ponte entre Frutuoso e Levy, transmitindo de um para o outro a confirmação de *pontos* previamente codificados, tinha consciência dos riscos que corria. Mas esse sistema de contatos telefônicos durou bastante tempo sem que surgisse qualquer problema.

De modo que Laurinda de Miranda Barbosa, funcionária da Secretaria Municipal da Educação do Rio de Janeiro, ex-cunhada de Levy, estranhou quando, no dia 1º de setembro, não recebeu o telefonema combinado. “Nelson ligava, marcava o ponto de encontro, depois Frutuoso ligava. Numa terça-feira, Frutuoso tinha de telefonar à noite, mas isso não aconteceu. Ligou na manhã do dia seguinte, cerca de 8 horas, a voz dele estava extremamente estranha”.

— O senhor está doente? Que está acontecendo com o senhor?

— Não, estou resfriado.

Em seguida, também por telefone, Laurinda previne Levy.

— Cuidado. A voz soou esquisita.

— Não deve ser nada. Não se preocupe.

Prossegue Laurinda:

Fui trabalhar. Voltei para casa, estava jantando com minha filha quando tocaram a campainha. A empregada atendeu e dois homens empurraram a porta com os pés. A empregada desceu pelo elevador de serviço, avisou o porteiro. Tocou o telefone e minha filha Kátia, de 19 anos, conseguiu atender. Era o Nelson.<sup>74</sup>

Moravam na rua das Laranjeiras e Levy telefonara dali mesmo, de um orelhão em frente ao prédio. Frutuoso não compareceu ao encontro e Levy queria saber de Laurinda se ele deixara algum recado. Aparentemente, Frutuoso não entregou o *ponto* com Levy. Kátia salvou Levy:

— Estão prendendo a mamãe.

<sup>74</sup> Laurinda Barbosa, depoimento ao autor, 1986.

Laurinda e Kátia foram encapuzadas e conduzidas ao DOI-CODI. “Queriam que eu informasse onde estava o Nelson e eu disse que não sabia. Queria dar-lhe um tempo para fugir”, relata. No dia seguinte libertaram sua filha. Mas os agentes instalaram-se na casa de Laurinda por quatro dias e uma irmã sua, e duas sobrinhas, permaneceram em prisão domiciliar no local. No DOI-CODI, Laurinda foi submetida à “geladeira”. Fizeram-na ligar para a repartição em que trabalhava e gravaram a conversa, como haviam gravado o diálogo entre ela e Frutuoso. Perguntaram-lhe sobre Levy, sobre o paradeiro de amigos dele, sobre a guerrilha. Esteve uma semana incomunicável. Ficou outros três dias numa cela do DPPS na rua da Relação. Solta em seguida, não respondeu a processo. Durante um mês recebeu cartas e telefonemas ameaçadores. “Eles estavam desesperados porque não conseguiam pegar o Nelson.”

### AGONIA E MORTE DE FRUTUOSO

Três relatos distintos, de pessoas que até então não se conheciam umas às outras, mas estiveram encarceradas no DOI-CODI do I Exército na mesma data, dão conta da agonia de Armando Frutuoso e dos indícios de sua morte, noticiada pela rádio BBC de Londres em fins de 1975. Delzir ouviu seus gritos. “Pedia água, batia com alguma coisa numa porta ou parede, um tempo enorme.” Certo dia, movimentação, o ruído de uma cama de lona arrastada. Em frente à cela de Delzir, o comentário:

— Aquele filho-da-puta morreu...

Os fatos narrados por Laurinda são coincidentes. “Através de um vidro me mostraram um senhor sendo torturado, tive a impressão de que era o Frutuoso. Machucado demais, o rosto disforme”. Em outra ocasião escutou o pedido de água e procurou saber do carcereiro por que não o atendiam.

— Não vão dar água. Ele levou uma *trombada*. Ele vai morrer.

O único preso que esteve pessoalmente com Frutuoso no DOI-CODI foi Gildásio Westin Cosenza, militante do PCdoB encarcerado no dia 4 de setembro. Foram interrogados juntos e Gildásio o viu várias vezes, “todo arre-bentado”. Chegaram a trocar palavras. Gildásio foi torturado sem capuz. Porque vira Frutuoso preso e moribundo, os dias de Gildásio estavam contados – e aos torturadores não preocupava que ele lhes conhecesse o rosto. Anunciaram à testemunha incômoda que não sairia dali com vida. “Esse aí

viu o Armando. Pode arrancar o capuz dele”, ordenou certa vez um dos torturadores. “Não nos davam água nem comida”, afirma Gildásio em depoimento pessoal ao autor. A explicação era simples:

— Não vamos gastar água e comida com *presunto*.

Gildásio escapou por um triz. Alguém viu o nome riscado numa das paredes da “geladeira” e passou adiante a notícia, depois transmitida à família, que recorreu ao general Rodrigo Octávio, ministro do STM. O general telefonou ele próprio para o 1 Exército e exigiu a apresentação do preso.

### O MISTÉRIO DE HILDA

Processado e absolvido, Delzir Antonio Mathias saiu da prisão em fevereiro de 1976. No mesmo processo foi absolvido o réu revel Armando Frutuoso, o que motivou irônica carta de Delzir ao STM. Nelson Levy, único membro do CR que mantinha uma vida legal a despeito das circunstâncias, saiu direto da rua das Laranjeiras para a clandestinidade e desde então não manteve contato com a organização até 1977, quando rearticulou-se, na França, com membros do Comitê Central.

O CR do Rio de Janeiro fora desmantelado e os órgãos de segurança, que deixaram Levy escapar diante do nariz de seus agentes na desastrosa operação de 2 de setembro de 1975, dedicaram-se à tarefa prioritária de localizar o primeiro homem da estrutura regional do PCDoB, Manoel Jover Teles.

Ora, não o encontrariam se dependessem de Frutuoso, que morrera já em setembro, enquanto em julho do ano seguinte Jover participaria normalmente de uma reunião da direção nacional, sem que ocorresse qualquer prejuízo ao partido. Até metade de 1976, portanto, não puseram as mãos em Jover e não tem cabimento, assim, relacionar diretamente a sua queda com a de Frutuoso.

Uma forma de se chegar a Jover seria talvez a prisão de “Oto”, rodoviário de profissão, militante veterano e amigo do secretário político do CR. Outra alternativa seria a prisão de Helena Boaventura Sobrinho, “Hilda”, única mulher do CR, uma representante da velha guarda partidária, íntima amiga de Jover. Moravam juntos e ela sempre rejeitou com veemência a acusação de traição que pesa sobre ele. “Hilda” foi presa no segundo semestre de 1976. Se antes ou depois da prisão de Jover, é um mistério não resolvido.

## VIII

# Leônidas, o chefe do DOI-CODI

*Guerra suja nesse país nunca houve. Nós sempre os enfrentamos da maneira mais denodada e mais corajosa. Aqui não morreram os 30.000 que se diz que morreram na Argentina. O número de mortos foi até econômico.*

General Leônidas Pires, chefe do DOI-CODI do I Exército (1974-76)

Se a justiça quiser investigar a autoria dos crimes cometidos no DOI-CODI do I Exército em 1975-76, em especial o assassinato de Armando Teixeira Frutuoso, é possível desde já fornecer-lhe os nomes dos principais responsáveis – por ação ou por omissão. Como vimos, comandava o I Exército, hoje Comando Militar do Leste, o general-de-exército Reynaldo Mello de Almeida. Chefiava o Estado-Maior o então general-de-brigada Leônidas Pires Gonçalves, que acumulava o comando do CODI, ao qual se subordinava o DOI.

Somente no final de 1976 é que Reynaldo, nomeado ministro do Superior Tribunal Militar (STM), e Leônidas, indicado estagiário da Escola Superior de Guerra (ESG), foram substituídos respectivamente pelos generais José Pinto Rabelo e Ademar da Costa Machado.

Leônidas é um herói da repressão, poupado que foi pelos meios de comunicação, tido como oficial civilizado, cultor da profissionalização do Exército. Chegou ao final do regime militar sem que tivesse seu nome maculado por denúncias de envolvimento com torturas ou assassinatos. Em depoimento publicado no livro *Os Anos de Chumbo: A memória militar sobre a repressão*<sup>75</sup>, Leônidas assume seu envolvimento com a máquina repressiva e explica sua ligação com outro totem do regime, Reynaldo Mello de Almeida:

Assumimos no mesmo dia. Bati um recorde: com três dias de promovido a general, assumi a função. Geralmente leva

---

<sup>75</sup> ARAÚJO, Maria C. S.; SOARES, Gláucio, A. D. e CASTRO, Celso. *Os Anos de Chumbo: A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará, 1994.

um mês. [...] Porque o general Reynaldo é um homem muito ligado a mim, trabalhamos a vida toda juntos. [...] Era uma atribuição funcional. O dono do DOI-CODI é o chefe do Estado-Maior. [...] O DOI é um órgão de operações. O CODI é um órgão maior, um órgão de análise, de missões conjuntas e maior hierarquia. Agora, quem realmente executa as missões é o DOI, cujo comandante era um coronel ou tenente-coronel. [...] Depois de uns três ou quatro meses, fizemos daquilo uma escola. Funcionava como um relógio. Quem não estivesse em missão externa, estava tendo aula técnica sobre os trabalhos que devia realizar. [...] Desafio alguém a me dizer que durante esse período de dois anos e dez meses houve torturas. Desafio alguém a jogar na cara do general Reynaldo ou na minha atos de tortura. [...] Nós, por exemplo, não fazíamos uma prisão sem uma análise profunda das conseqüências do nosso interesse, que era neutralizar a subversão. Não sei se vocês conhecem o que nós chamávamos, de brincadeira, de “bolotário”. Havia um mapa de homens com suas atividades, marcadas por aquelas bolotinhas, e, quando olhávamos, tínhamos a impressão de que estávamos diante de uma cadeia nuclear. Porque fulano de tal se liga com fulano, que se liga com... Então, fazíamos uma análise completa, direitinho e tal. Na prisão da cúpula comunista em São Paulo, quem pegou o primeiro elemento fomos nós, do Rio. E fomos nós que soubemos onde ia haver a reunião. E aí São Paulo prendeu. Porque nós operamos muito do ponto de vista de área: quando passa à área do outro, mandamos as informações e o outro cumpre a missão. Mas aquilo foi descoberto aqui no Rio.

[...] Nunca vi tendência maior para a delação do que em um comunista. Comunista é um delator nato! Fala tudo! Depois, para se justificar, diz que foi torturado. Pode deixar gravado. Agora, vou dizer uma coisa: a técnica de interrogatório é muito inteligente. Isso foi experiência do serviço inglês, do serviço alemão, do serviço judaico. Vai,

vai, de repente o sujeito espirra tudo. As perguntas eram tão objetivas que ele não podia deixar de dizer.

[...] Posso assegurar o seguinte: durante o período em que o general Reynaldo foi comandante – dois anos e dez meses – e eu fui chefe do Estado-Maior, a função do DOI-CODI foi preservar o Brasil das atuações subversivas. Com grande profissionalismo, sem nenhum ato de que possamos nos envergonhar. Eu nunca vi por parte do general Reynaldo – da minha parte, posso declarar o mesmo – qualquer política ou atuação que inspirasse violência, que inspirasse tortura. Não tinha nada disso. Fazíamos tudo muito tecnicamente. E tecnicamente significa não atacar os princípios de humanidade. Claro que tínhamos que fazer interrogatórios longos, como todo mundo faz.

[...] As prisões no DOI-CODI durante o período do Reynaldo e meu eram temporárias. Os presos ficavam lá só enquanto havia o interrogatório. Depois, tomavam o destino de acordo com a punição que recebiam. [...] Nós tínhamos a responsabilidade por todo o DOI-CODI, e eu posso assegurar o seguinte: nunca alguém recebeu a menor restrição física. Porque eu fazia inspeções até às 2 horas da manhã. Chegava lá às 2 horas da manhã. Os presos usavam macacão, porque as atitudes dessas pessoas eram surpreendentes. [...] Um resolveu se matar batendo com a cabeça na parede. Então, botamos som e televisão dentro das celas. [...] <sup>76</sup>

Assim, de acordo com as cândidas explicações de Leônidas, a “geladeira” foi introduzida com o fim de preservar a integridade física dos presos.

[...] Porque, não tenham a menor dúvida, os subversivos, com raríssimas exceções, eram desequilibrados. Eram psicológica-

---

<sup>76</sup> IDEM, IDEM..

mente desequilibrados, por questões familiares, por questões fisiológicas. E as mulheres são de uma violência incrível. E outra coisa: elas não perdoam. Os nossos agentes sempre tinham muito cuidado para tratar com as mulheres. Mais cuidado do que com os homens. Eram brabas, sabe? [...] Mas guerra suja nesse país nunca houve. Nós sempre os enfrentamos da maneira mais denodada e mais corajosa. Aqui não morreram os 30.000 que se diz que morreram na Argentina. Nós nunca perdemos uma guerra. Portanto, não admito que ninguém, nem a sociedade, nem o governo brasileiro, queira punir as Forças Armadas como tem sido demonstrado nos últimos anos [...]. E o número de mortos foi até econômico, do ponto de vista de um país que tem essa população toda. [...] Eu nunca fui do sistema de informações. Quando fui ser chefe do Estado-Maior do Reynaldo, *pour cause*, entrei naquilo. Então, só posso me referir a esse período [...]. Dizem que somos torturadores, matadores, quando não é verdade. Apenas cumprimos uma missão, de maneira austera. Há uma frase que é minha, e que gosto de repetir: o soldado é o cidadão uniformizado para o exercício cívico da violência.<sup>77</sup>

Não se concebe que Leônidas, superior hierárquico direto de um órgão que tamanha importância assumiu no combate à esquerda, desconhecesse o que se passava entre suas paredes. Pelo contrário, cabia ao CODI coordenar a ação dos diversos órgãos de segurança em sua área respectiva (no caso, a do I Exército) e particularmente a ação do DOI, por ser um destacamento da mesma corporação, o Exército. Também o general Reynaldo, tido como um democrata, referia-se à necessidade de efetuar prisões de militantes de esquerda – logo, não só tinha conhecimento de que elas ocorriam, como inegavelmente as autorizava.

“Eu era o chefe do DOI e o Reynaldo o comandante”, assumiu Leônidas para a repórter Ana Maria Mandim, da *Folha de S. Paulo*. “O Reynaldo saiu em novembro. Nós já tínhamos passado os dados para o II Exército. Por isso

---

<sup>77</sup> Idem.

é que eu nem pude acompanhar”, diz sobre a Lapa. Se é verdade o que Leônidas afirma a seguir, então ele tem de responder, sem atenuantes, pelo assassinato e desaparecimento de Frutuoso: “Você estabelece as suas normas, suas regras. Por exemplo, de acordo com o Reynaldo e comigo, ninguém era preso sem submeter à nossa decisão e depois de ver a vantagem e a desvantagem da prisão de alguém”.

### “PETULÂNCIA”

No dia 23 de julho de 1996, telefonei para Leônidas e tentei marcar uma entrevista. O general atendeu, mas recusou-se a comentar a Lapa. Deu-se, então, o seguinte diálogo:

— Tudo que eu tinha a falar está no livro *Os Anos de Chumbo*. Não quero responder. Não me lembro de detalhe nenhum, faz muito tempo.

Percebi que Leônidas cortaria a conversa. Disse, então:

— O senhor sempre declarou que não houve tortura no DOI do 1 Exército.

— Eu desafio alguém a provar o contrário. É uma petulância sua!

— O preso Armando Teixeira Frutuoso morreu no DOI do Rio de Janeiro em setembro de 1975.

— É você que está dizendo!

Dito isto aos berros, o general bateu o telefone.

Nos episódios em que o nome do torturador Brillhante Ustra veio à tona, Leônidas, que se tornou ministro do Exército do governo Sarney (1985-1990), não se limitou à mera defesa do coronel segundo as conveniências políticas da corporação. Antes, fez a Ustra elogios incondicionais. Quando a deputada federal Bete Mendes reconheceu Ustra como um de seus torturadores na Oban (ver capítulo v), Leônidas lançou uma nota “reservada” para os militares do Exército, homenageando todos aqueles que “atuaram patrioticamente contra os subversivos e terroristas”, o que destoou até mesmo das medrosas medidas punitivas anunciadas por Sarney (que aliás não se concretizaram). Ao saudar “o êxito alcançado, muitas vezes com o risco da própria vida”, Leônidas fez a defesa prévia do oficial torturador<sup>78</sup>.

---

<sup>78</sup> O livro de Ustra *Rompendo o Silêncio* reproduz, à guisa de apresentação, a saudação de Leônidas.

Quando, nos primeiros meses de 1987, Ustra lançou o livro *Rompendo o silêncio* e fez declarações públicas a respeito, não apenas não recebeu punições, previstas no regulamento do Exército, como, desta vez, Leônidas o elogiou em comentários feitos aos jornalistas. O Centro de Comunicação Social da corporação também o defendeu. Em março de 1987, outro notório torturador, o coronel Nilton Cerqueira, envolvido no atentado ao Riocentro (1981) e assassino de Carlos Lamarca, foi promovido a general-de-brigada. Seu padrinho na cerimônia de entrega de espadas: Leônidas.

### “DETALHES”

O general não tem uma explicação convincente para o súbito ingresso de Jover Teles nas fileiras dos órgãos de repressão. Ele afirma que nem sequer o conheceu: “Nunca fiz contato com ele, nem com nenhum subversivo. Um general não fazia interrogatório de subversivo, não é? Esses detalhes não chegam ao general”, disse à repórter Ana Maria Mandim. “General ficar em contato com subversivo fica um pouco sem propósito. Chega ao general a decisão: prenda! Nunca fui ver subversivo, achava que aquilo não era minha tarefa.” Curiosamente, porém, Leônidas lembrava-se de que “esse rapaz”, ou seja, Jover Teles, aliás VIP, “tinha uma filha que estudava em Porto Alegre”.

No depoimento à repórter, Leônidas dá sua versão do caso. Assegura que Jover não foi delatado, que seu interrogatório durou aproximadamente uma semana e que “é provável” que ele tenha recebido dinheiro para colaborar com o Exército. O general diz ter aprendido “muita coisa com os generais da repressão na Colômbia”, a saber, que é possível corromper o inimigo com dinheiro.

Conversei com Reynaldo e decidimos prender esse homem. Ninguém o delatou, foi uma descoberta técnica. Sabiam até o endereço dele, sabiam tudo. Ficamos seguindo mais de um mês para ver quem se contactava com ele. A vigilância era dia e noite. E ele teve uma debilidade de comportamento, começou a se expor demais. Muita gente de nível alto ia nessa casa, falava com esse cidadão. Ficou confiante

demais, começou a fazer ligações, deixava gente ir lá. Esse homem foi preso, começaram a interrogar. Aí foi indo, foi indo, foi indo, um belo dia... Acho que durou uma semana. Um belo dia, o Romeu me disse: “Olha, general, ele já disse tudo o que nós queríamos dele. Ele disse que vai haver uma reunião assim, assim, assim”. Um detalhe curioso ficou na minha cabeça. Eles chamavam o lugar de a casa do banheiro verde.

A reunião não houve na primeira vez que ele marcou, postergaram a reunião. Por isso é que eu nem pude acompanhar. Já estava me dirigindo à Escola Superior de Guerra. Acho que ele recebeu dinheiro para isso. Eu fui adido militar na Colômbia e aprendi muita coisa com os generais da repressão porque eles compravam muitos terroristas. E é capaz que isso tenha acontecido com esse cara, pode ser que ele tenha recebido dinheiro, mas isso eu não posso assegurar. Mas é provável, porque eu propunha sempre, quando tinha chance, oferecer dinheiro.<sup>79</sup>

O general omite, portanto, os termos exatos do acordo de masmorra entre o DOI-CODI do 1 Exército e Jover. Dá a entender que Jover simplesmente deu uma informação, quando o papel por ele desempenhado foi bem mais complexo. Dá a entender que houve um interrogatório “científico”, quando o método usual no DOI-CODI do 1 Exército era a tortura mais brutal. Leônidas segue a cartilha de seu antigo chefe, o general-de-exército Reynaldo: tudo é permitido, a pretexto da “manutenção da nossa paz”.

---

<sup>79</sup> MANDIM, Ana Maria. “Morte de 3 do PCdoB terá indenização”. *Folha de S.Paulo*, 13/7/1996.

# IX

## Na corte militar

*A democracia está aparelhada para sua defesa, sem violência, pois o emprego desta seria o crime contra o crime. Tudo pode humanizar-se, quando a tolerância não compromete a própria razão de ser da Justiça Militar.*

General Reynaldo Mello de Almeida,  
em 10/12/1976, ao tomar posse no STM

Os seis presos da Lapa, mais Solange Lima (a esposa de Haroldo, acusada de usar documentos falsos), foram a julgamento nos dias 29 e 30 de junho de 1977, na 1ª Auditoria da 2ª Circunscrição Judiciária Militar, em São Paulo. Os quatro membros do Comitê Central do PCdoB (Aldo Arantes, Elza Monnerat, Haroldo Lima, Wladimir Pomar) foram condenados a cinco anos de prisão, com base na Lei de Segurança Nacional, pelo crime de “reorganização de partido clandestino”, e tiveram seus direitos políticos suspensos por dez anos. Joaquim Celso de Lima, o motorista, foi condenado a três anos de prisão, com direitos políticos suspensos por cinco anos. Maria Trindade, a caseira, e Solange Lima foram absolvidas.

No mesmo processo, a 1ª Auditoria condenou a cinco anos de prisão, à revelia, João Amazonas, José Renato Rabelo, Manoel Jover Teles, Péricles Santos de Souza, Ronald Cavalcante de Freitas e Ramiro de Deus Bonifácio. Ramiro, um antigo militante comunista, foi processado e condenado como se fosse José Gomes Novaes. Os réus revéis Diógenes Arruda Câmara, Dinéas Aguiar, Sérgio Miranda de Matos Brito e Maurício Grabois (morto no Araguaia em 1973) foram absolvidos.

O Conselho Permanente de Justiça da 1ª Auditoria recusou-se também a declarar extinta a punibilidade de Armando Frutuoso. O nome deste dirigente surgiu várias vezes nos depoimentos e sempre se fez menção ao seu assassinato. Porém, a sentença afirmava como impraticável a extinção da punibilidade, “pois esses subversivos [os réus que assim depuseram] preten-

dem também subverter a lei”, ou seja, o Código de Processo Penal Militar, que exige a apresentação de certidão de óbito.

Entre as provas arregimentadas contra Frutuoso, os juízes da 1ª Auditoria incluíram até mesmo um texto feito em homenagem ao veterano comunista, relatando seu assassinato, uma “ode que lhe dedicaram e está publicada no jornaleco *A Classe Operária*, de fevereiro de 1976”. Frutuoso é qualificado pelos julgadores como “criminoso irrecuperável”. Assim, um homem que estava morto havia quase dois anos, assassinado nas masmorras do DOI-CODI do 1 Exército, foi condenado a cinco anos de prisão.

Oito dos 18 réus, para os quais o procurador militar queria o enquadramento também em ações de “guerra revolucionária armada”, foram absolvidos dessa acusação. O presidente do Conselho Permanente de Justiça que atuou no julgamento, tenente-coronel Laurindo Ribeiro, foi voto vencido: queria ver Maria Trindade e Solange Lima condenadas a dois anos de prisão.

### APELAÇÃO AO STM

Defesa e acusação apelaram ao STM. O procurador militar satisfizera-se com a sentença, mas viu-se obrigado a recorrer por força de um dispositivo da LSN, uma vez que parte dos denunciados fora absolvida. Já os advogados requeriam a redução das penas, e, em certos casos, o reconhecimento da “exceção de litispendência”, pois vários deles foram julgados e condenados em processos anteriores, sob acusações semelhantes.

Em 16 de junho de 1978 o STM decidiu, por maioria de votos, reduzir as penas: para quatro anos de prisão a pena imposta a Aldo Arantes, para três anos as penas aplicadas a Elza Monnerat, Haroldo Lima e Wladimir Pomar e para dois anos a pena de Joaquim Celso de Lima. Manteve a suspensão dos direitos políticos de todos pelos prazos anteriormente determinados, bem como todas as absolvições decididas em primeira instância.

O julgamento da apelação registrou muitos votos discrepantes. Seis dos 15 ministros do STM votaram pela cassação das penas acessórias de suspensão dos direitos políticos: o relator Gualter Godinho, os generais Augusto Fragoso e Rodrigo Octávio Jordão Ramos, os brigadeiros Délio Jardim de Mattos e Deoclécio Lima de Siqueira, o almirante Júlio de Sá Bierrenbach.

Do lado dos “duros”, porém, cinco ministros votaram pela manutenção das penas de prisão determinadas em primeira instância: os generais Carlos Alberto Cabral e Reynaldo Mello de Almeida, o brigadeiro Fábio Cintra, os civis Jacy Guimarães Pinheiro e Ruy de Lima Pessoa.

Exemplar o voto vencido do general Rodrigo Octávio, que o redigiu em separado. Rodrigo Octávio deliberou acolher, para os réus Elza Monnerat e Haroldo Lima, a exceção de litispendência argüida pela defesa. Queria reformar a sentença de primeira instância e *absolver* Joaquim Celso de Lima, reduzir a pena de Aldo Arantes de cinco para três anos de prisão, cassar as penas acessórias de suspensão dos direitos políticos. Finalmente, propôs a extração das peças do processo em que são citadas torturas e sevícias sofridas pelos réus, para averiguação da procedência das denúncias: “Tais fatos, se verdadeiros, constituiriam crimes previstos nos artigos 129 do Código Penal Comum e 209 do Código Penal Militar, necessitando, pois, serem devidamente apurados”.

### Mal-ajambradas desculpas

Em vista de todos os antecedentes, o julgamento na 1ª Auditoria não poderia ser isento de problemas. Num clima de expectativa, foi reforçado o esquema de segurança do prédio da avenida Brigadeiro Luiz Antonio, a cargo da Polícia do Exército (PE). Poucas vezes na história da Justiça Militar foram levados a julgamento tantos dirigentes comunistas presentes e não-revéis, e com tamanha prova documental. O juiz-auditor anunciou com antecedência que só permitiria a entrada de jornalistas e de parentes dos réus.

Transportados em camburão, os réus desceram sob escolta da Polícia Militar, com o trânsito interditado. Iniciados os trabalhos, deixou transtornados os membros do Conselho de Justiça a exigência do advogado Luís Eduardo Greenhalgh de que fossem lidas as cartas manuscritas de seus clientes, anexadas ao processo, nas quais se denunciava a ilegalidade das prisões e as torturas a que foram submetidos os réus.

Em suas alegações finais, o advogado fizera referência às “omissões, às inverdades, às mal-ajambradas desculpas elaboradas pelos chefetes do DOPS”, chamando a atenção para as circunstâncias em que tinham se deram as mortes de 16 de dezembro de 1976 e para o fato de que todos os acusados

presos foram torturados, em São Paulo e no Rio de Janeiro, “antes, durante e depois de oficializadas as prisões”.

Mais tarde, nas razões de apelação encaminhadas ao STM, Greenhalgh examinou em minúcias as considerações da sentença. O documento ressalta a inatenção da 1ª Auditoria às dúvidas levantadas pelos réus quanto à versão oficial da morte dos três dirigentes do PCdOB, pois os juízes não se manifestaram a respeito nem no plenário, nem no corpo da sentença.

O tom raivoso em que a sentença foi lavrada mereceu, também, apreciação detida do advogado. Greenhalgh listou os termos com que o juiz adjetivou os réus, suas organizações políticas ou as pessoas sob sua influência: “paranóicos ou idiotas”, “aflitos criminosos políticos”, “criminoso profissional irrecuperável”, “quadrilha”, “escravo do comunismo internacional”, “bando”, “subversivos de triste memória”, entre outros.

### GUERRILHA IGNORADA

A impossibilidade de o governo militar de Geisel reconhecer os fatos relativos à guerrilha travada entre 1972 e 1974 no sul do Pará perturbou, sem dúvida, os juízes da 1ª Auditoria. O procurador militar pediu, ao denunciar os acusados, que vários deles fossem enquadrados no artigo 25 da LSN, por prática de guerra revolucionária.

Embora fossem frágeis as provas referentes a responsabilidades individuais, havia suficientes evidências do envolvimento decisivo da organização PCdOB na deflagração do movimento guerrilheiro. Mas isso não impediu que a sentença classificasse a atividade do partido na região do Araguaia como mero trabalho preparatório.

[...] E tanto isso é verdade que na Auditoria da 8ª CJM, que seria o Juízo competente, por força do princípio do *Forum delicti commisi*, não foi protocolado nenhum inquérito ou intentada qualquer ação penal para processar e julgar os possíveis “guerrilheiros” [...]

Pelo exposto, o tal “movimento guerrilheiro” não passou de *bravata de aflitos criminosos políticos* ou de hábil e torpe

propaganda partidária, no sentido de criar “mártires” ou “heróis do povo”, objetivando comunicar aos paranóicos ou idiotas, úteis ou não, a inverdade de que o “PCdOB” teria iniciado a tomada do poder, através da luta armada, pois se tivesse havido mesmo esse movimento teria sido instaurado o competente inquérito, com a apuração sumária dos fatos e colheita de provas sérias, tais como a prisão de “patriotas” em flagrante delito, apreensões de armas, inquirições de testemunhas, elaborações de laudos etc. [...]

As aspas são do original. Não se sabe se a sentença é uma manifestação de ignorância absoluta dos fatos do Araguaia ou se revela perspicácia servil diante do silêncio governamental. De qualquer modo, ao tomar posse, em março de 1975, Geisel fizera menção a “bases de guerrilheiros” no Araguaia que teriam sido “reduzidas”, isto é, destruídas. Ao falar na eventualidade da prisão de “patriotas”, o irônico juiz talvez não soubesse que o Exército preferia executar os guerrilheiros presos.

É óbvio que o entendimento do Conselho Permanente de Justiça favoreceu os réus, nesse aspecto, por serem descartadas penas ainda maiores. Assim, enquanto o procurador militar pede a condenação do réu revel Maurício Grabois por ter sido, entre outros “delitos”, “comandante de guerrilha da área do Araguaia”, a sentença prefere dar ênfase ao fato de que o acusado se encontrava em local incerto e não sabido.

## X

# O saldo político da tragédia

*Os corpos do ex-deputado federal Pedro Pomar, de Angelo Arroyo e João Baptista Franco Drummond estão, desde ontem à noite, à disposição de seus familiares no IML.*

*Jornal da Tarde, 18/12/1976*

A única organização clandestina de certa importância a manter-se em atividade, no decorrer de 1976, era o Partido Comunista do Brasil. A reunião de dezembro do Comitê Central seria a segunda do ano. O CC reuniria-se em julho, na mesma casa da Lapa. Houve também, entre janeiro e dezembro, um certo número de reuniões da Comissão Executiva e da Comissão Nacional de Organização. O jornal partidário *A Classe Operária* circulava todo mês. No entanto, essa atividade, por mínima que fosse, continha enormes riscos. Uma descrição sumária da vida partidária, como essa, pode, ademais, produzir uma impressão de força incompatível com a realidade.

Qual era a real situação do PCdoB em 1976? Na expressão de um ex-militante, o partido se assemelhava a um “mosaico” de organizações regionais, precariamente interligadas. Nos anos anteriores, o Exército por pouco não o destroçara por completo. À queda dos comitês regionais do Espírito Santo e da Bahia, em 1972, seguiu-se a prisão dos dirigentes de São Paulo, em 1973; do Ceará, em 1974; e do Rio de Janeiro, em 1975.

A incorporação de expressivos contingentes da Ação Popular Marxista-Leninista, intensificada a partir de 1974, forneceu novos quadros e militantes e recompôs as estruturas de uma organização que perdera cerca de 70 homens e mulheres nas matas do Araguaia. O Comitê Regional da Bahia, um dos poucos a atuar organizadamente em 1976, fora remontado graças à entrada de quadros da AP.

Muitos dos dirigentes do PCdoB eleitos em sua VI Conferência, em 1966, tombaram assassinados pela repressão. Entre setembro de 1972 e março de

1973, foram executados sob tortura Carlos Nicolau Danielli, Lincoln Bicalho Roque, Lincoln Oest e Luiz Guilhardini, todos membros do CC<sup>80</sup>. No Araguaia morreram José Humberto Bronca, Maurício Grabois e Paulo Rodrigues. Um antigo dirigente, José Duarte, preso em 1972, voltaria à militância somente em 1977, quando libertado.

Em fevereiro de 1976, uma *Carta-circular* da Comissão Nacional de Organização registrava que de junho a setembro de 1975 “caíram nas garras dos órgãos repressivos dirigidos pelo Exército dezenas de excelentes camaradas, inclusive velhos membros do Comitê Central”. Um deles, Armando Frutuoso, como vimos, assassinado sob tortura. Vários outros dirigentes que integravam ou viriam a integrar o CC passaram pelos cárceres do regime no período que vai de 1966 a 1976. Uma reconstituição parcial da relação de 21 membros do CC eleitos em 1966 permite entender a gravidade das perdas infligidas ao partido:

#### TITULARES

Ângelo Arroyo (seria assassinado na Lapa)

Carlos Nicolau Danielli (assassinado em 1972)

Dinéas Aguiar

Elza Monnerat (seria presa na Lapa)

João Amazonas

José Duarte (preso de 1972 a 1977)

José Maria Cavalcante (preso em 1975)

Lincoln Oest (assassinado em 1972)

Luiz Guilhardini (assassinado em 1972)

Luiz Vergatti (preso em 1972)

Maurício Grabois (morto no Araguaia)

Pedro Pomar (seria assassinado na Lapa)

#### SUPLENTES

José Humberto Bronca (morto no Araguaia)

Lincoln Bicalho Roque (assassinado em 1973)

Paulo Rodrigues (morto no Araguaia)

---

<sup>80</sup> POMAR, Wladimir. *Araguaia, o partido e a guerrilha*. São Paulo, Brasil Debates, 1980, p. 41.

Roberto Martins (preso em 1972)  
Wladimir Pomar (seria preso na Lapa)

Nos anos seguintes à VI Conferência houve sucessivas cooptações – escolha de novos membros do CC pelo próprio CC. As mais importantes em 1968, quando da adesão de parte do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), e 1974, quando da fusão com a AP. A entrada organizada de um número ponderável de militantes oriundos de outros partidos exigia naturalmente que a direção do PCDOB assimilasse os quadros recém-chegados. Assim, do primeiro grupo viriam a integrar o CC Armando Teixeira Frutuoso, Manoel Jover Teles e outros. No segundo grupo estavam Aldo Arantes, Haroldo Lima, João Baptista Franco Drummond, José Gomes Novaes, José Renato Rabelo, Péricles Santos de Souza, Ronald Cavalcante de Freitas.

A circular de fevereiro de 1976 pretendia advertir o partido no sentido de se adotarem novas e mais eficazes medidas de segurança. No entanto, a direção como um todo não levou em consideração propostas feitas no âmbito do CC de transferência para o exterior dos dirigentes mais antigos e conhecidos, único meio seguro de preservá-los. No início de 1976, somente dois membros do CC encontravam-se no exterior de forma permanente. Um deles, Diógenes Arruda Câmara, estava na França, para onde viajou depois de cumprir pena. Ex-deputado federal por São Paulo em 1947-50, um dos principais dirigentes do antigo PCB, Arruda não aderiu logo ao PCDOB e por isso demorou alguns anos até ser incluído na direção deste partido. Como José Duarte e outros presos na década de 1970, Arruda foi brutalmente torturado antes de ser julgado. O outro, Dinéas Aguiar, estava na Argentina como elemento de ligação com a Albânia, que já dispunha de uma embaixada naquele país.

É verdade que, por questão de segurança, o CC não mais reunia de uma só vez todos os seus membros. Isso envolveria a movimentação de gente demais, exigiria ampla estrutura (para acomodar e alimentar essas pessoas) e exporia aos golpes do inimigo o conjunto da direção do partido. Mas as reuniões, mesmo reduzidas, ofereciam perigo. O Exército, uma vez liquidadas as organizações que promoveram a guerrilha urbana, vinha se dedicando à tarefa de aniquilar o partido que empreendera a Guerrilha do Araguaia. A direção do PCDOB aparentemente subestimou os riscos de continuar a



Eleito pela legenda do PSP com mais de 135 mil votos, Pomar discursa na tribuna da Câmara Federal, em 1947.



Acima: Pomar (à esquerda) com Prestes (no centro), Amarílio Vasconcelos (ao microfone) e outros líderes do PCB, em 1945, durante comício. Na foto abaixo, Amazonas (de pé) e Pomar (ao centro) em conferência sobre Cuba, em 1962.





Acima: Pomar aos 32 anos, em 1945. Ao lado: com Maurício Graboís, em março de 1947, em viagem a São Paulo (o DOPS colou os números na fotografia, encontrada em seus arquivos).



*Arquivo da família Drummond*

João Baptista Franco Drummond, o mais jovem dos participantes da reunião do PCdoB na Lapa: "atropelado" pelo DOI-CODI aos 34 anos.



*Arquivo da família Drummond*

Drummond com a esposa, Maria Ester. Data não definida



*Arquivo da família Arroyo*

Ângelol Arroyo (primeiro à esquerda) e a esposa, Lola (última à direita), com um casal de amigos. Data não definida.



Curiosos, policiais e jornalistas diante da casa da rua Pio XI, horas após o massacre. Detalhe da porta principal, vista por dentro.





Nas paredes internas, marcas dos balaios atirados pelos agentes da repressao. O aparelho do PCdoB tinha poucos m6veis e foi destruido pelos projeteis de grosso calibre. No destaque: fac-simile de documento mostra armas "plantadas" pelo DOPS.

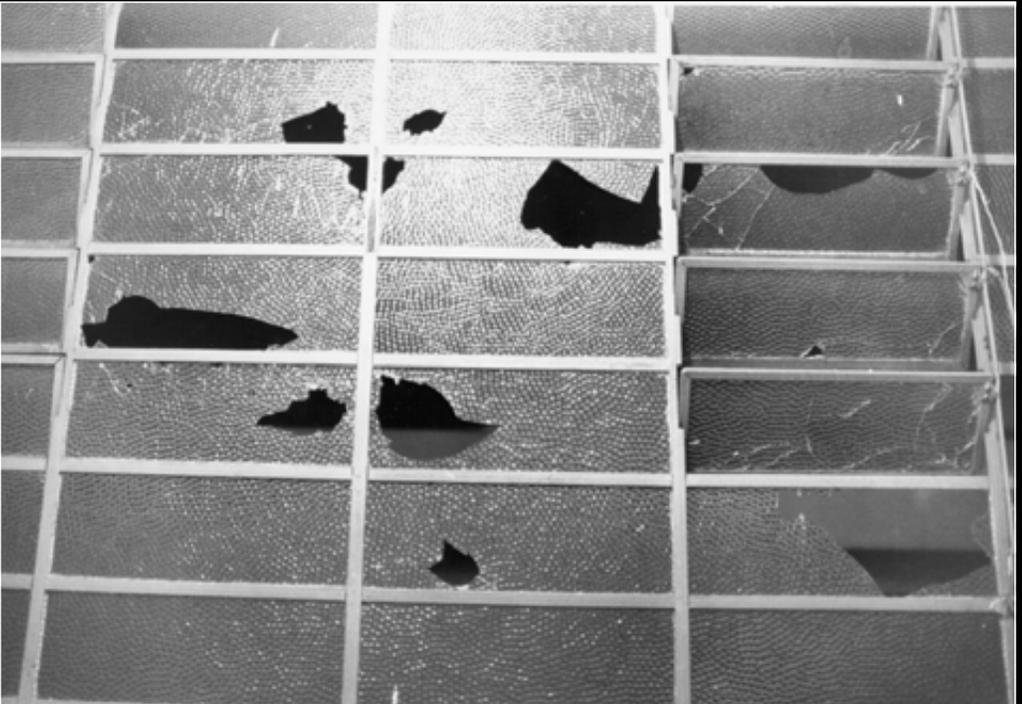


É desautorizado a ser feita impressão, reprodução ou qualquer outro uso sem a autorização do Instituto de Criminalística do Estado.

REGISTRAÇÃO  
Classe nº 759876  
Emissão de nº  
Sergio M. Torres  
C.º Técnico Especialista



Mais marcas da destruição. O vitrô, que ficava na cozinha, na parte de trás da casa, também foi alvo dos atiradores do DOI-CODI.



CONFIDENCIAL PESSOAL



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
COMANDO DO II EXÉRCITO  
QUARTEL GENERAL

São Paulo, SP, 10 DEZ 1976  
Do Chefe do E M / II Exército  
Ao Sr Secretário de Segurança Pública  
do Estado de São Paulo  
Assunto: informação (presta)

OF S/Nº - E 2

1. Informo a V Exa que o Comandante do II Exército tomou conhecimento que estariam havendo reuniões clandestinas na área com o comparecimento de elementos ligados a subversão.

2. Foi montada uma operação de informações e em curso das investigações foram levantadas atividades subversivas de elementos condenados e sobejamente conhecidos por suas atuações junto ao PC do B, tais como:

- PEDRO FELIPE VENTURA DE ARAÚJO POMAR;
- ANGELO ARROYO;
- ALDO DA SILVA ARANTES;

3. Aproveito a oportunidade para apresentar a V Exa os protestos de estima e consideração.

Gen. João Carlos Xavier de Miranda  
General-de-Brigada (CARLOS XAVIER DE MIRANDA)  
CHEFE DO E M / II EXÉRCITO

CONFIDENCIAL PESSOAL

CONFIDENCIAL PESSOAL



MINISTÉRIO DO EXÉRCITO  
COMANDO DO II EXÉRCITO  
QUARTEL GENERAL

São Paulo, SP, 14 DEZ 1976  
Do Chefe do E M / II Exército  
Ao Sr Secretário de Segurança Pública  
do Estado de São Paulo  
Assunto: operação urbana  
Ref: OF S/Nº-E/2, de 10 Dez 76

1. O Exmº Sr General Comandante do II Exército incumbiu-me de comunicar a V Exa que, dando prosseguimento às investigações mencionadas no Of em referência, o DOI/CODI/II Ex realizará, no dia 16 do corrente, uma operação urbana visando a detenção de militantes do PC do B, que se encontram homiziados na casa, sita à Rua Pio XI, Nº 767, bairro da Lapa, nesta cidade.

2. Em consequência, solicito a V Exa providências no sentido de que a partir das 0600 horas do dia 16 Dez 76 seja montado um esquema de segurança, com a finalidade de tranquilizar os moradores vizinhos da citada residência e os transeuntes, bem como seja o trânsito desviado das proximidades do local onde será realizada a operação.

3. Aproveito a oportunidade para reiterar os protestos de estima e consideração.

*Gen. Brta Carlos Xavier de Miranda*  
General-de-Brigada CARLOS XAVIER DE MIRANDA  
CHEFE DO E M / II EXÉRCITO

CONFIDENCIAL PESSOAL



Instituto de Criminalística-SP (nº 65)

Fotografia oficial do massacre, tomada na sala de estar, com todas as características de uma cena montada.

Instituto de Criminalística-SP (nº 69)



A posição do corpo de Arroyo foi mudada para que se tirasse esta fotografia.

Pomar com óculos que usava somente para ler. O panfleto é "plantado", como as armas.



Instituto de Criminalística-SP (nº 67)



Geisel (tendo ao seu lado o governador Paulo Egydio Martins) cumprimenta o general Ednardo D'Ávila: substituição não alterou a política de eliminação dos opositores do regime.



O general Dilermando Gomes Monteiro, comandante do II Exército (ao fundo, o governador Paulo Egydio Martins): a promessa de paz era falsa.



Manoel Jover Teles, em imagem que a polícia política juntou ao processo: preso, concordou em colaborar com o regime.

General Leônidas Pires Gonçalves, que chefiou o CODI do I Exército, onde nasceu a operação da Lapa: responsabilidade na morte de Armando Frutuoso.





Os presos da Lapa chegam à Auditoria Militar, na avenida Brigadeiro Luiz Antonio, em 29/6/77. Na entrada, a Polícia do Exército e a tropa de choque da PM.





O julgamento na Auditoria Militar: acima, Maria Trindade e Elza Monnerat. Na foto abaixo, Wladimir Pomar, Aldo Arantes e Haroldo Lima.





Dez anos depois, José Gomes Novaes (acima) e Joaquim Celso de Lima (abaixo) relembram o dia do ataque. Novaes voltou à esquina de sua fuga. Joaquim retornou à avenida Faria Lima, onde foi capturado.





Cerimônia de traslado dos restos mortais de Pomar, na ABI-SP, em 1980. Na fotografia, Apolonio de Carvalho, Rachel Pomar e Luís Eduardo Greenhalgh.

reunir-se, entre outros motivos em razão dos problemas determinados pela luta política interna.

A avaliação da Guerrilha do Araguaia, processo que comportava uma discussão profunda de princípios e concepções, não estava resolvida. A indefinição refletia-se na estratégia do partido. O clima que se vivia naquele momento pode ser aferido pelo relato de Ozeas Duarte, que se avistou com a Comissão Nacional de Organização poucos dias antes da reunião da Lapa. Ozeas deixara a prisão em março de 1976.

Mais ou menos dez dias antes da chacina eu tive uma reunião com a Comissão de Organização, na época dirigida pelo Pomar. Dessa reunião participaram mais dois membros do CC que hoje estão vivos, dirigindo o PCdoB atualmente [Haroldo Lima e Sérgio Miranda<sup>81</sup>]. Nessa reunião todos os três deram informes e a opinião dos três era unânime, de que havia uma divergência profunda no CC em relação à avaliação do Araguaia, e havia uma maioria que assumiu uma posição crítica mais ou menos identificada com aquelas idéias que o Pomar expressa na carta dele. E uma minoria encabeçada pelo Amazonas.

O Pomar expressou [na reunião] uma preocupação muito grande não propriamente com o fato de existirem as divergências, mas com o fato de que elas estavam sendo encaminhadas, da parte dos que estavam em minoria, por métodos que não eram métodos partidários. Havia a opinião do Amazonas de que as posições da maioria eram revisionistas, e estavam levando o Amazonas a fazer contatos paralelos no partido. Havia evidências da existência desses contatos e eu mesmo, antes de ir para a reunião da Comissão de Organização, tomei conhecimento deles – e nas reuniões do CC de 1979-80, antes da minha expulsão, denunciei esse fato.

---

<sup>81</sup> Miranda tornou-se deputado federal nos anos 1990. Em 2005, rompeu com o PCdoB e ingressou no PDT.

Então essa era a primeira preocupação do Pomar, que se dava em dois sentidos. Primeiro, podia levar a uma divisão do PCdoB: o Amazonas romper e sair com uma minoria dividindo o partido. Segundo, o problema da segurança: poderia levar a que a repressão chegasse ao CC. O Pomar revelou uma preocupação muito grande com a segurança, inclusive chamando minha atenção para que eu redobrasse os cuidados, eu que havia saído da cadeia, não levar para o partido o que se chama de “rabo”. E manifestou preocupação com o Rio de Janeiro. Não citou nome de ninguém, mas manifestou muita preocupação. Disse o seguinte: “Nós estamos numa situação em que podemos cair a qualquer hora”.

Por “métodos não partidários” e “contatos paralelos” entenda-se qualquer contato anormal entre militantes. Por exemplo: um dirigente de determinado organismo que estabelece, por conta própria, ligação com um membro de outro organismo que não lhe está afeto. Um contato desse tipo obviamente cria riscos de toda ordem. Enquadra-se nestes padrões o encontro que João Amazonas manteve com a ex-guerrilheira Criméia Schmidt, em 1976. Uma rara sobrevivente do Araguaia, Criméia estivera presa em Brasília; ele foi procurá-la em casa. Convencido de que uma tendência direitizante estava prestes a assenhorear-se do partido, Amazonas buscava apoio para as posições de defesa intransigente da “política do Araguaia”.

O debate em torno da guerrilha, àquela altura, desenvolvia-se em duas linhas principais. A primeira linha dizia respeito à própria essência da luta. Se fora “um dispositivo armado *do partido* e não do movimento popular”, como queria a maioria; ou se “90% da população apoiavam a guerrilha”, como entendia a minoria, e nesse caso a derrota não fora política – causada por um erro de princípio – mas exclusivamente militar. A segunda linha envolvia o próprio processo de discussão, a começar por definir-se quem participaria da discussão, se um pequeno grupo de dirigentes ou se a totalidade do partido. Uma parte do CC já não se conformava, havia tempo, com o papel a que fora relegado, de mero ratificador de decisões tomadas no âmbito da Executiva. Afinal, esta devia subordinar-se ao CC, e não o contrário.

A reunião do CC de julho de 1976 – da qual participaram Ângelo Arroyo, Haroldo Lima, João Amazonas, José Gomes Novaes, Manoel Jover Teles, Pedro Pomar, Péricles de Souza, Sérgio Miranda e Wladimir Pomar – foi mais uma ocasião para a continuação do debate interno. Embora os dados sejam escassos, sabe-se que o problema do Araguaia entrou em pauta, tanto que Pomar apresentou sua intervenção por escrito no debate. E em agosto seguinte (ou setembro) a publicação, no jornal oficial do partido, de editorial intitulado “Gloriosa jornada de luta” causou irritação à corrente do CC que vinha criticando a guerrilha. O editorial fazia a apologia dos méritos da guerrilha e lançava ou dava foros de posteridade à palavra de ordem “não basta um só Araguaia, são necessários diversos Araguaias”. Omitia também a exata dimensão do desastre, informando apenas que, após a perda de “alguns comandantes”, a guerrilha “dispersou-se para evitar o assédio do Exército e poder procurar outras formas de atuação”.

Dentro da Executiva, a aprovação do editorial “Gloriosa jornada de luta” não foi tranqüila. O texto foi aprovado com um voto contrário e outro com restrições. No entanto, editoriais de *A Classe Operária* eram lei, e assim a publicação ditou para o partido posições expressamente desaprovadas pela maioria do CC.

### A REUNIÃO DE DEZEMBRO

Nos dias 12 e 13 de dezembro de 1976, reuniram-se os membros da Executiva – Aldo Arantes, Arroyo, Haroldo, Jover e Pomar. No dia 14 teve início a reunião do CC, com a presença também de Elza Monnerat, João Batista Franco Drummond, Novaes e Wladimir. As anotações feitas então por Aldo caíram em poder da repressão quando de sua prisão – e a transcrição desse material foi mais tarde incorporada aos autos do processo judicial-militar. É um documento substancial, de comprovada autenticidade, e permite reproduzir os temas colocados em discussão e a posição de cada um dos participantes, com maior ou menor riqueza de detalhes. Do que tratou a reunião do PCDOB? Reconstituir o teor das intervenções na reunião é, de certa forma, recuperar o Brasil da época.

As eleições de novembro de 1976, que deram ao então Movimento Democrático Brasileiro (MDB) uma expressiva votação nos municípios, foram o

primeiro assunto tratado e um dos principais a ocupar os dirigentes do PCdOB naqueles quatro dias. Já nesse ponto verifica-se a existência de divergências quanto à execução de uma nova orientação traçada pelo CC – o apoio a candidatos do MDB. Nas eleições de 1974, o PCdOB optara por recomendar ao eleitorado o voto nulo ou em branco, como forma de protesto contra o regime militar e seu braço parlamentar, a Aliança Renovadora Nacional (Arena). Dois anos depois, o partido compreendia seu erro e passara a estimular a votação nos candidatos do MDB, em especial os supostamente mais comprometidos com as aspirações populares, os “autênticos”. Mas tal orientação ainda não fora assimilada por todo o coletivo partidário.

Assim, o longo informe de Pedro Pomar, que precede o debate propriamente dito, principia por uma avaliação do PCdOB na “região 5”, Minas Gerais: “Certa resistência de levar à prática [a posição do partido]. Atitude reticente participação eleições”, anotou Aldo. Quanto à “região 1”, Rio de Janeiro, o registro, embora lacônico como os demais, é bastante significativo: “Última semana ferveu. MDB Jovem avançou 5%. Voto legenda”, diz.

Mais adiante, vemos que as eleições não podem ser descartadas e sim utilizadas contra o regime. As “posições sectárias” devem, portanto, ser corrigidas. Em outras palavras, naquele momento o PCdOB precisava tomar parte na luta democrática. Ao mesmo tempo, o informe chamava a atenção para a tática da cúpula do MDB, de fazer “corpo mole” e procurar um acordo com o governo Geisel, retirando as bandeiras de luta e recuando até mesmo na denúncia das mordomias. Participar das eleições, para os comunistas do PCdOB, objetivava então contribuir para a derrota de Geisel e da cúpula do MDB, “levantar reivindicações e organizar as massas”, isso “sem desprezar voto nulo e em branco”.

O informe mencionava os efeitos da recém-editada Lei Falcão, decreto-lei de junho de 1976 pelo qual a aparição de candidatos na televisão foi reduzida à mera leitura de currículos, e outros esforços do regime militar para vencer as eleições a qualquer custo – como a visita de Geisel à cidade baiana de Feira de Santana, para contrabalançar o prestígio ali desfrutado pelo deputado Francisco Pinto –, mas também o saldo geral favorável à oposição, somando-se os votos nulos e em branco aos votos dados ao MDB: “41% Arena e 59% oposição”.

A desagregação da economia, com o esgotamento do modelo do “milagre”; a luta entre as diferentes facções da ditadura – a extrema direita,

antiGeisel, liderada pelo ex-presidente Médici; as manifestações de repúdio ao regime, como a presença de 50 mil pessoas no enterro do ex-presidente João Goulart (falecido no dia 6 de dezembro), tudo isso forma a cena política da época, tal como aparece na reunião do CC.

Quanto à luta entre as facções militares, a intervenção de Pomar é tragicamente premonitória. Após fazer referência aos atentados terroristas praticados pela extrema direita, que com eles buscava torpedear a tênue abertura política, e citar como responsáveis os generais Syzeno Sarmiento e Ednardo D'Ávila (“Já estamos na ilegalidade. Que pretendem? Geisel utiliza para sua política”, anotou Aldo), ele volta ao assunto adiante, ao tratar da ofensiva de Médici, cujo centro seria a luta pela sucessão na Presidência da República e nos governos estaduais. “Repressão, tinha aparentemente disciplinado, obrigado a dirigir. Continuar repressão sob controle deles (G.)”, observou. Sim, foi o que Geisel fez: colocou o aparelho repressivo sob seu controle, até para matar se preciso fosse, mas sob seu controle e não dos liderados de Médici, Frota e demais “duros”.

Encerra o informe uma espécie de programa de ação proposto ao CC, em seis itens, com base na precedente análise de conjuntura: 1. Prosseguir o desmascaramento das medidas de Geisel, tais como a Reforma Judiciária e a manobra para liquidar eleições diretas. 2. Mobilizar as massas na luta por suas principais reivindicações; radicalizar essa luta onde houver condições para isso; intensificar as ligações com as massas pobres; exigir Reforma Agrária, melhores salários, o fim da carestia. 3. Trabalhar pela criação de uma Frente Única contra o regime militar, de ação unitária, baseada nas reivindicações de Anistia, revogação imediata dos atos de exceção e eleição de uma Assembléia Constituinte. 4. Manter a propaganda de derrubada da ditadura. 5. Intensificar a propaganda da luta armada. 6. Reforçar o partido ideológica, política e organicamente. Estabelecer para isso um plano a ser implantado em 1977. “Com o avanço da revolução brasileira, o papel do PCDOB é fundamental”, assinalava o texto.

#### A SEGURANÇA DO PARTIDO

A questão da defesa do partido, de sua segurança, foi tratada em detalhe. Haroldo Lima fez menção às “quedas por liberalismo”, ocorrência de prisões

por negligência nos aspectos de segurança, e à necessidade de um “salto qualitativo” da condição ideológica dos militantes, em vista do que considerava um agravamento do “terrorismo físico” praticado pelos órgãos repressivos. “Homens provados anteriormente podem ser derrotados na nova situação”, disse Haroldo, sem saber que a casa estava cercada e que assim acontecia precisamente porque um dos homens sentados a seu lado capitulara, fora derrotado na nova situação, a ponto de representar para seus companheiros e de esconder-lhes o desastre iminente.

É sabido que João Batista Franco Drummond participou com entusiasmo da discussão sobre o comportamento do militante na prisão, embora isso não conste das anotações feitas por Aldo. O fato é que Novaes e Wladimir mencionam suas declarações a respeito como muito firmes: de que se deveria resistir a todo custo, não aceitar passivamente a prisão, a tortura, as arbitrariedades dos agentes da repressão. Novaes afirma mesmo que Drummond foi “brilhante” ao discorrer sobre esse ponto.

Uma decisão grave tomada pelo CC: José Maria Cavalcante, Luiz Vergatti e Roberto Martins foram expulsos do partido nesta reunião, porque, submetidos a tortura, teriam revelado informações importantes aos militares.

### A GUERRILHA EM DEBATE

A questão do Araguaia não constava da pauta original do encontro. Mas a volta ao tema era inevitável. Diante das críticas, Arroyo foi quem tomou a defesa do editorial “Gloriosa jornada de luta”, publicado no jornal do partido à revelia do CC. Arroyo reapresentou as idéias já presentes naquele texto, destacando o fato de que pela primeira vez o PCdoB reconhecia “a sua participação ativa na luta do Araguaia” e afirmando que era preciso “capitalizar o resultado” da guerrilha, “dar uma satisfação ao partido e ao povo”. Observou que o texto resultou de “concessões mútuas” de companheiros que divergiam entre si. “Procurou-se chegar a uma opinião quase comum”, justificou.

A derrota, disse Arroyo, deveu-se a fatores como a limitação da guerrilha a uma zona pouco extensa, onde não pôde atingir amplas massas; não ter chegado a criar sólida base política de massas; insuficiente apoio logístico; falta de retaguarda segura; inexperiência militar dos guerrilheiros. Não obstante seus próprios argumentos, ele continuou rejeitando o caráter

“foquista” que a ala crítica atribuía ao movimento. Preferiu dar ênfase à repercussão positiva que seus feitos teriam alcançado – servindo de exemplo aos camponeses da região – e às tentativas do Exército e do regime de refrear a luta camponesa, incluindo-se operações assistencialistas do tipo Aciso (Ação Cívica Social). Arroyo fez ainda uma detalhada explanação das baixas sofridas pelos efetivos guerrilheiros.

O debate seguiu com uma rodada de críticas ao editorial. Vejamos, resumidamente, as intervenções dos dirigentes, com base nas anotações de Aldo Arantes. Haroldo Lima expressou a opinião de que o texto “Gloriosa jornada de luta” era superficial e de que a experiência do Araguaia teve caráter “voluntarista”. Drummond, por sua vez, considerou que havia “situação objetiva favorável” à luta armada, porém o PCDOB não estava em condições de dar resposta a ela. Para ele, faltavam conclusões ao texto publicado, que não exprimia o “ponto de vista majoritário” que já existia; a luta armada era a questão-chave a ser resolvida, mediante uma “autocrítica política, ideológica e militar”. Não se podia mais “passar de uma posição para outra sem ir às raízes dos erros anteriores”, assinalou.

Na opinião de Wladimir, o relato de Arroyo não coincidia com o texto em discussão, que expressava teses minoritárias. A simpatia da população aos guerrilheiros, ali referida, não se manifestou na prática em termos de sólido apoio político e participação. “Não estamos com coragem política e ideológica para a autocrítica”, criticou, referindo-se ao conjunto da direção. Seria preciso chegar às “causas mais profundas” da derrota.

Novaes apontou que o editorial não deixava claro que o movimento sofreu uma derrota. Indicou que foi política, e não militar, a causa principal da derrota, tendo como pano de fundo uma “concepção incorreta de guerra popular”. O partido deveria “ir a fundo” no exame do problema: “Apoio de 90% da massa é muito relativo”, criticou. “*Nós fomos fazer*”, disse, citando o fato de que o programa das Forças Guerrilheiras do Araguaia (Forga) só foi divulgado após o início da luta armada. “Há diferença entre apoio da massa e participação da massa.”

Pomar, por seu turno, rejeitou a versão de que a resistência ao Exército partiu dos moradores. Declarou que, a seu ver, se travou não uma “guerra popular”, mas uma “guerra particular”. O editorial publicado no jornal *A Classe Operária* expressou, assim, uma “concepção de fundo nacional-bur-

guês”, abordando o problema “não do ponto de vista da classe operária e do campesinato, mas sim do ponto de vista da pequena burguesia”.

Não se dispõe do que Aldo Arantes falou a respeito, pois a circunstância de ser ele o anotador o prejudicou nesse sentido. Contudo, de acordo com o roteiro que preparou e conforme declaração constante do interrogatório policial, Aldo pensara em sugerir uma reunião específica para terminar a discussão sobre a luta armada no Araguaia, proposta que não chegou a fazer. É certo que, na ocasião, ele se alinhava com a posição majoritária. Quanto a Elza Monnerat, foi a única a alinhar-se com as posições defendidas por Arroyo, mencionando a importância do Araguaia como exemplo de resistência armada ao regime.

A opinião de Jover Teles, pela ordem, sucedeu a de Novaes. Mas suas particularidades exigem que seja apresentada apenas agora. É óbvio que, àquela altura dos acontecimentos, Jover perdera qualquer autoridade para emitir juízos sobre o partido e as ações partidárias. No entanto ele, que nas reuniões do CC sempre assumira uma posição dúbia no tocante à guerrilha (embora a direção regional da qual fazia parte condenasse em bloco a orientação dada ao movimento armado), resolveu naquele momento empregar seu talento de ator para juntar-se aos que criticavam o foquismo.

Assim, disse considerar um erro a publicação do editorial, bem como a tentativa de conciliação de posições divergentes em que apenas um dos lados fez concessões. Não satisfeito, Jover propôs, numa iniciativa inusitada para seus padrões de atuação, que o documento “Gloriosa jornada de luta” fosse *recolhido* e fosse votada uma resolução desautorizando o seu teor. Para evitar essa medida de força, que poderia cindir o partido, foi preciso realizar uma outra votação, preliminar. Decidiu-se desta maneira que a proposta de Jover não iria a votação. A “manobra” foi dirigida por Pomar, ciente, como quase todos, de que seria incorreto o CC adotar ali decisões formais relativas à avaliação da guerrilha na ausência de João Amazonas, que encabeçava a minoria.

## VIDA OU MORTE

Trágica ironia! As circunstâncias mais variadas conduziram Pomar à morte em 16 de dezembro de 1976, na mesma medida em que preser-

varam a vida de Amazonas. Quem viajaria para Tirana, para representar o PCdOB no 12º Congresso do Partido do Trabalho da Albânia, era Pomar e não Amazonas. Quase às vésperas da viagem, adoece gravemente a esposa de Pomar, Catarina, e ele decide permanecer no país. Resolve-se que em seu lugar irá Amazonas, invertendo-se também a participação na reunião do CC.

Pouco antes de deixar pela última vez a casa em que morava, Pomar conversa com seu filho mais novo, Carlos, e se mostra otimista quanto à possibilidade de o partido finalmente resolver a questão do Araguaia. A reunião, de fato, mostrará a força da maioria crítica, uma vez mais, revelando, porém, que a corrente voluntarista não abre mão de suas posições. É para novas conversas com Arroyo que Pomar pernoitará no aparelho da Lapa, de 15 para 16 de dezembro. A morte surpreenderá juntos os dois companheiros, líderes de correntes tão diferentes; a morte reverterá a correlação de forças no PCdOB. Amazonas receberá na China, ao lado de José Renato Rabelo e Diógenes Arruda, a notícia do massacre, transmitida por seus anfitriões.

A caracterização de uma ampla maioria no debate sobre o Araguaia, maioria crítica em relação à soma de concepções que deu origem à guerrilha, é uma exigência categórica a cumprir por quem se dispuser a refazer a história do PCdOB nas décadas de 1970 e 1980. Isso porque, ao mesmo tempo em que a reunião da Lapa representou o ápice da crítica à guerrilha, marcou por igual, por vias tortas, o momento da retomada da linha oposta – a defesa incondicional da guerrilha e de seus pressupostos – como diretiva inatacável.

Os dirigentes remanescentes, chamando a si o comando do aparelho partidário, passaram a sustentar a tese de que inexistiam divergências agudas que merecessem apreciação detida e cuidadosa. Nesse processo, tudo o que se disse e ocorreu na reunião da Lapa perdeu qualquer valor, a mesma coisa ocorrendo em relação às demais reuniões do CC no período 1975-76, no tocante à guerrilha. A negação da existência de uma maioria crítica deu-se tanto pelo desaparecimento físico de Pomar e Drummond, dois de seus expoentes, como por uma decisão política de sacrificar quaisquer obstáculos à supremacia conquistada tão inesperadamente pela minoria. O massacre da rua Pio XI traria seqüelas políticas inimagináveis naqueles dias.

## DESTITUIÇÃO DE DIRIGENTES

A reviravolta na linha do partido não será sentida logo, pois o golpe recebido isolou as estruturas partidárias, só interligadas novamente meses depois. A crise ganhará seus primeiros contornos apenas no início de 1979, quando a VII Conferência Nacional decide destituir os quatro dirigentes capturados na operação da Lapa, sob alegação de mau comportamento na prisão, e o faz sem lhes dar o direito de defesa e quando três deles ainda cumpriam pena.

Na mesma época, surgiram pressões de comitês regionais no sentido de que o CC convocasse o Congresso do partido, sua instância máxima. A rigor, o PCdoB nunca se reuniu em Congresso e a última manifestação mais ou menos maciça do coletivo ocorrera na Conferência de 1966. Daí para a frente, a violenta repressão tornou arriscada a convocação de tais instâncias. A situação era agora bem diversa. Além disso, amplos setores do partido descobriam o que lhes fora escondido anos a fio.

Em abril de 1979, essa oposição interna consegue tornar público, através do jornal *Movimento*, o documento, encaminhado ao CC em julho de 1976, em que Pomar refuta as considerações políticas do informe sobre a guerrilha elaborado por Arroyo. O documento, conhecido como “Carta de Pomar”, teve seus originais apreendidos na casa da Lapa, mas Wladimir, em liberdade condicional desde agosto de 1978, encontrou uma cópia na residência de sua mãe. Ali estão sistematizados os argumentos contrários às concepções que predominaram no Araguaia. São expressões textuais desse documento:

O debate, ao nível do CC, da experiência da luta guerrilheira no Araguaia dará, segundo penso, os resultados que todos almejamos. Sem dúvida estamos tardando demasiado a tirar as lições fundamentais que dela dimanam. As condições políticas atuais, de desenfreada perseguição aos patriotas, bem como nossa inexperiência e outras debilidades, vêm dificultando e retardando o esforço nesse sentido. Mas, se quisermos ficar à altura de nossos deveres, temos de empreender, sem maiores dilações, a avaliação crítica e autocrítica dessa luta.

A experiência do Araguaia, pelo que entendi, apresenta aspectos bastante positivos. Ressalto, antes de tudo, a firme decisão do CC em realizar a tarefa que aprovou, de implantar, em algumas áreas do mais remoto interior brasileiro, dezenas de camaradas que demonstraram disposição de suportar todos os sacrifícios, a fim de prepararem e desencadearem a luta armada. O devotamento desses camaradas e o heroísmo de que efetivamente deram provas são motivo de legítimo orgulho para o nosso Partido, merecem justa e devida valorização.

Não obstante, continua sendo difícil para nós avaliar todo o significado da luta armada no Araguaia. Qual de fato seu alcance histórico? Deu os resultados que dela se esperava? Compensou o sacrifício dos camaradas que lá morreram, dos melhores [com] que contávamos?

Entretanto, é preciso enfrentar a dura realidade. A luta iniciada a 12 de abril de 1972, com todo o heroísmo que conhecemos, e que se manteve organizadamente até fins de 1973 ou princípios de 1974, deixou praticamente de existir como tal a partir desse período. A terceira campanha do inimigo, de princípios de outubro de 1973, conseguiu em menos de três meses dispersar os destacamentos guerrilheiros, dizimar a maior parte dos combatentes e até mesmo atingir e dismantelar a Comissão Militar. A direção do Partido nas cidades perdeu o contato com os camaradas do sul do Pará e atualmente não sabe quantos deles sobreviveram, ou se sobreviveram.

O camarada J. [Arroyo] reconheceu que a guerrilha sofreu uma derrota, mas temporária. Supõe, ao que parece, possível retomar a luta iniciada em abril de 1972, se bem que não esclareça se com os mesmos elementos e fatores, ou se com outros, novos. Julgo que o camarada J. não tem razão. Se examinarmos a derrota do ponto de vista dos objetivos estratégicos e táticos traçados pelo Partido e justificados pela camarada J., a derrota do Araguaia não

pode ser considerada temporária. Que objetivos eram esses? Primeiro, conflagrar a área; segundo, libertá-la; terceiro, convertê-la, com o tempo, numa sólida base de apoio. Portanto, não há como fugir da amarga constatação: ao cessar a resistência organizada, ao não ter alcançado nenhum dos objetivos a que se propôs, a guerrilha, apesar dos resultados positivos apresentados, sofreu uma derrota completa, e não temporária.

Infelizmente, o CC tem de aceitar a dura verdade de que o resultado fundamental e mais geral da batalha heróica travada por nossos camaradas foi o revés.<sup>82</sup>

Após demonstrar cabalmente, como premissa de sua argumentação, que o PCdoB viu-se derrotado no Araguaia, Pomar dá início ao exame das causas da derrota:

Segundo penso, a concepção, a idéia geral, que presidiu a preparação e, a seguir, a deflagração da luta, bem como a própria luta no Araguaia, foi a de, a partir de um determinado momento, julgado o melhor pela Comissão Militar, converter o núcleo de camaradas implantados e organizados em destacamentos guerrilheiros, no estopim de um movimento armado que se expandiria paulatinamente e abarcaria, ao fim e ao cabo, todo o país. Baseados nessa concepção é que trabalhamos desde 1966-67. A coisa começou pela escolha de áreas adequadas onde seriam fixados os camaradas, que para lá se dirigiam voluntariamente, mas devidamente selecionados e advertidos. A princípio houve empenho para o trabalho da implantação em três áreas contíguas, mas por motivos de segurança, de falta de confiança, ou por outros motivos, a preparação acabou limitada a uma só área, cujo fundo, no entanto, era imenso,

---

<sup>82</sup> *Movimento*, n.º 199, abril de 1979..

praticamente assegurando tranquilidade à retaguarda. Para essa área tudo convergiu, tudo se subordinou.

O número de elementos de massas ganho para a guerrilha foi insignificante, principalmente se se considera como um êxito formidável o tempo de duração da luta armada. Mesmo assim, não se soube trabalhar com esses elementos. Também a atividade política dos núcleos da ULDP [União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo] não é esclarecida. Tudo leva a crer que a guerrilha se iniciou como um corpo a corpo dos comunistas contra as tropas da ditadura militar. E assim continuou quase todo o tempo. Aí reside, a meu ver, o maior erro, o mais negativo da experiência do Araguaia. Pois a conquista política das massas não pode ser efetuada só depois da formação do grupo guerrilheiro. Tampouco este deve ser constituído única e exclusivamente, mesmo que seja apenas no princípio, de comunistas.

E não se diga que a orientação contida nos documentos e resoluções do Partido não seja cristalina a esse respeito. Tanto pela letra como pelo espírito, os documentos partidários essencialmente dirigidos contra as teses pequeno-burguesas e foquistas indicam, sem margem de dúvida, que: 1) a guerra popular é uma guerra de massas; 2) a guerrilha é uma forma de luta de massas; 3) para iniciá-la, “mesmo que a situação esteja madura, impõe-se que os combatentes tenham forjado sólidos vínculos com as massas”; 4) a preparação “pressupõe o trabalho político de massas”; 5) os três aspectos – trabalho político de massas, construção do Partido e luta armada – são inseparáveis na guerra popular; 6) o Partido, isto é, o político, é o predominante desses aspectos; 7) numa palavra, o trabalho militar é tarefa de todos os comunistas, e não apenas de especialistas. A experiência contrariou frontalmente essa orientação sobre a guerra popular.

Ainda não coloco o problema em si do movimento camponês, de efetivamente nos integrarmos nele, de partir-

mos da necessidade de seu desenvolvimento e [sua] ampliação na luta pela terra. Não, apenas dou ênfase à preliminar de que se impõe realizar com antecedência um certo trabalho político de massas, a organização de um mínimo de Partido e a conquista de alguma influência de nossas palavras de ordem. Julgo esse ponto de vista, acusado de dogmático, o único capaz de corresponder à realidade atual e aos princípios de guerra popular, quer na concepção, quer no método.

Por conseguinte, se procurarmos tirar ensinamentos da luta do Araguaia que sejam válidos, que nos ajudem a acelerar a preparação e o desencadeamento da luta armada, não devemos voltar ao passado oportunista de direita, de achar que as massas por si mesmas, espontaneamente, devam, um dia, pegar em armas e se defender da violência reacionária; nem adotar o princípio “esquerdista”, blanquista, foquista, de que são os comunistas que devem pegar em armas em lugar das massas.<sup>83</sup>

Provada a existência de crítica tão contundente, como negar a profundidade das dissensões que havia no âmbito da direção partidária? Note-se que Pomar protestava, logo de início, contra a excessiva demora em se chegar a uma conclusão. Amazonas não se abala, contudo, com a publicação da “Carta de Pomar”. A entrevista que Amazonas concede em Paris, em agosto de 1979, é um prenúncio do que virá nas relações internas do PCdov. Ele já não fala como secretário político do partido, mas como seu secretário-geral, função que fora abolida em 1962 e recriada nos anos do exílio.

*Movimento* — Agora poderíamos falar da Guerrilha do Araguaia. O senhor poderia expor a posição oficial do seu partido sobre essa experiência? Gostaríamos de saber em particular sobre o apoio das massas camponesas aos guer-

---

<sup>83</sup> Idem.

rilheiros, visto que parece ser uma questão onde existem certas divergências. A posição de Pedro Pomar, expressa em documento divulgado por nós há algum tempo, é indício disso.

*Amazonas* — A posição oficial de nosso partido consta de um documento intitulado “Gloriosa jornada de luta”, aprovado pela Comissão Executiva em agosto de 1976, distribuído no Brasil e publicado em vários países. Recentemente, a VII Conferência Nacional aprovou esse documento como “ponto de partida para a sistematização daquela experiência” [...]. Ângelo Arroyo, destacado dirigente dessa luta, assassinado em São Paulo em fins de 1976, fez ao Comitê um impressionante e comovente relato do apoio popular à guerrilha. Historiou igualmente as diversas formas de atuação das massas camponesas locais na luta armada. Por exemplo, um terço do Destacamento A era composto de filhos do lugar, assim como um quarto dos efetivos do Destacamento B. [...] Em certo sentido, o apoio à guerrilha foi bem maior do que se poderia esperar. A este respeito talvez não fosse demais repetir aqui uma verdade conhecida: a guerrilha, como uma luta política em geral, não começa quando *todos* a apóiam. O apoio das grandes massas se verifica no curso da luta, quando esta é justa e corresponde aos anseios populares.<sup>84</sup>

Como se verifica, a posição de Amazonas é oposta à de Pomar. No entanto, até porque o secretário-geral não se furta na entrevista a emitir seus pontos de vista, a afirmação seguinte é espantosa:

Quanto ao referido documento de Pomar, gostaria de não falar muito dele. Mesmo porque era um documento interno, elaborado para discussão interna. Essa discussão não houve

---

<sup>84</sup> Entrevista de João Amazonas a Alberto Villas e Manoel Domingos Neto. *Movimento*, nº 215, agosto, 1979.

por causa da repressão, onde [sic] Pomar morreu. Não se pode saber a evolução de seu pensamento diante da discussão, que não houve, onde [sic] inclusive seriam apresentados relatórios importantes, como o de Ângelo Arroyo.<sup>85</sup>

A versão de Amazonas, como se vê, contradiz os fatos. Dizer que a discussão “não houve”, e insinuar que Pomar desconhecia o Relatório de Arroyo, é escamotear a realidade. Quanto aos dados da participação camponesa na guerrilha, o Relatório cita a adesão de 11 populares, como combatentes, num total de 63: “em dezembro de 1972, entrou 1; em abril de 1973, 1; de junho em diante entraram mais 5 no [destacamento] A, 2 no B e 2 no C”, diz Arroyo. Assim, o engajamento de moradores locais não excedeu a uma quinta parte do efetivo guerrilheiro, ele próprio muito reduzido. A continuação da entrevista demonstra que a derrota do movimento guerrilheiro, e o debate existente no partido, são simplesmente ignorados por Amazonas:

*Movimento* — O senhor considera que o Araguaia foi inspirado nas teorias de Mao Tsetung sobre a guerra?

*Amazonas* — No Brasil nós nunca chegamos a formular, como na China, o cerco das cidades pelo campo. [...] E sempre falamos na combinação desses dois fatores, cidade e campo. [...] A luta do Araguaia provou que é possível desenvolver uma luta revolucionária de amplitude no campo. A luta se preparava a longo prazo, contra a opressão, a exploração das massas. Na realidade nós fomos atacados no meio da preparação e num momento onde [sic] não haviam sido completadas as medidas para a sustentação de uma luta desse porte. Com o movimento de uma centena de revolucionários apoiados pela população nós chegamos a deter numerosos contingentes das Forças Armadas. Vocês imaginem se, em vez de um, nós houvésse-

---

<sup>85</sup> Idem.

mos tido três, cinco, dez Araguaias! Não se deve de maneira nenhuma abandonar a idéia de que a luta no campo é indispensável.<sup>86</sup>

A entrevista, feita meses após a realização, em Tirana (Albânia), da VII Conferência Nacional do PCDOB, é reveladora de novas posições e palavras de ordem, adotadas em detrimento de outras, antigas. As teorias de Mao, por exemplo, são colocadas sob suspeita, enquanto se anuncia, ainda que timidamente, a “insurreição geral” como a forma predeterminada que a luta armada assumirá no país. As declarações de Amazonas fazem ecoar a repentina virada praticada pela VII Conferência, que declarou como “antimarxistas-leninistas”, “revisionistas” e “liberal-burguesas” as idéias de Mao, embora o líder chinês fosse, até a véspera, incensado como “o maior marxista-leninista vivo”.

A oposição interna condenou mais tarde os métodos com que o CC se impôs na Conferência. Os delegados à Conferência, em vez de eleitos pelos comitês regionais, foram selecionados pelo próprio CC, que desse modo se preveniu contra deliberações que lhe fossem desfavoráveis. Mesmo os delegados que se opunham a determinadas posições, ou que sabiam do grau a que chegara a luta interna anterior, foram envolvidos pelo núcleo amazonista. Por isso, o único resultado imprevisto foi a convocação do Congresso do partido, mas o CC apressou-se em anular essa decisão. No mais, a VII Conferência, realizada em duas partes, antes e depois das eleições no Brasil, entre outubro de 1978 e janeiro de 1979, resolveu destituir os dirigentes presos, que perderam a condição de membros do CC.

## PROTESTO

Os três principais dirigentes atingidos por esta medida redigiram memoriais de protesto, em que reportam seu comportamento diante da tortura e põem em xeque os critérios empregados na análise de cada caso. Os textos de Aldo Arantes e Haroldo Lima (ver nos Anexos a íntegra do

---

<sup>86</sup> Idem.

Memorial deste último) foram escritos ainda na prisão, provavelmente em janeiro de 1979. “Não pretendia fazer isso por agora, pelos naturais riscos de segurança que a minha situação encerra e acentua”, escreveu Haroldo. “Mas a antecipação da parte de vocês da avaliação do ocorrido força-me a relatá-lo com mais minudências”. E prossegue:

Quero, em primeiro lugar, manifestar a minha surpresa, a minha estranheza, pelo fato de terem procedido à avaliação em pauta independentemente da existência desse relato que ora faço. Porque, se lhes escrevi (com reservas, pelas circunstâncias; há coisas que nunca devem ser escritas), foi para tratar da queda, sua circunstância, sugestões de cuidados etc.; falei de comportamentos por alto, de modo algum com pretensão a esgotar a questão. Nem dei conhecimento do que fiz aos demais companheiros que, assim, foram desconsiderados *in totum*, num processo em que seus comportamentos estavam em julgamento sem que eles fossem ouvidos, ou mesmo notificados do fato, para eventual pronunciamento a respeito.

A propósito, ainda que não tenha em mãos os Estatutos do nosso partido, tenho a impressão de que lá existe qualquer coisa no mesmo sentido que uma anotação aqui existente, feita com base em palestra proferida pelo (A)<sup>87</sup>. O título v dessas notas refere-se aos deveres e direitos dos membros do Partido. O item “d”, da sua segunda parte, estabelece como direito do membro “exigir sua participação na discussão de todas as questões que se refiram a decisões sobre sua pessoa” etc.

Se é que os Estatutos do Partido não contêm formulação tão expressa a respeito, na Comissão de Organização era

---

<sup>87</sup> Algarismos e letras são usados por Haroldo Lima e Aldo Arantes em seus memoriais para designar militantes cujos nomes não podiam ser expressamente citados, na época, por motivo de segurança. Em alguns poucos casos nos foi possível indicar quem seriam essas pessoas. Em outros, não. Além disso, os mesmos algarismos indicam pessoas diferentes em um e outro memoriais. Nota do autor.

bem essa a norma pela qual procurávamos nos pautar, pelo menos nos últimos sete anos, desde 1972. A decisão final sobre os casos de (1) e (2) [refere-se a Luiz Vergatti e Roberto Martins] foi tomada pelo CC no final de 1976, quase quatro anos passados das quedas dos mesmos! No caso, tínhamos em mãos dois relatos feitos pelo (2) em um período em que estive em liberdade, e dispúnhamos de dados muito concretos sobre quedas de algumas pessoas e frentes de trabalho, ocasionadas por informações abertas pelos dois. Quando informei ao (A) sobre nossa disposição de expulsá-los, este concordou, por força dos fatos inquestionáveis, mas alertou-me que seria um procedimento excepcional na vida do Partido (...) [pois] ainda eram prisioneiros.

(6) e (4) [provavelmente, José Maria Cavalcante e Ozeas Duarte] puderam escrever relatos já em liberdade e foram ouvidos individualmente após saírem da prisão. Só depois é que se procedeu à avaliação dos seus casos. Em ambas oportunidades esperamos, o CC esperou, cerca de quatro anos!

De sorte, camaradas, que estranhei, não entendi, a pressa com que agiram para efetuar a avaliação que fizeram, em um tempo que não chegou à metade do transcorrido nas situações a que me referi [...] e a circunstância de tudo isso ter sido feito com companheiros ainda presos.

Evidentemente que a mim parece justificável uma medida mais pronta quando fatos graves o exigem. Não era o caso. Pois, neste, o que ressalta é que, após um golpe inicial vigoroso e cruento da repressão, nenhuma queda se deu, nem de frentes de trabalho nem de pessoas, fato que trouxe, para o Partido e para nós, aqui onde estamos, muita respeitabilidade [...].<sup>88</sup>

<sup>88</sup> Haroldo Lima, Memorial.

Em seu memorial, Aldo Arantes manifesta também estranheza diante das deliberações punitivas. No documento, ele admite que cometeu erros graves, quando submetido às torturas, revelando aos militares informações que permitiriam chegar a outros membros do partido. Ele atribuiu tais erros a debilidades ideológicas suas, e demonstra que resistiu por vários dias antes de fraquejar, o que evitou que se consumasse a prisão de algum militante. Como os demais, e corretamente, Aldo não abre mão do direito de defesa.

[...] Não consigo atinar para as razões que levaram a direção a fazer a avaliação a nosso respeito enquanto estamos presos e sem sequer sermos ouvidos. Pode-se argumentar que existiam informações suficientes para a tomada de decisão. Penso de forma diferente. Considero que, a não ser em casos excepcionais, não se justifica tomar uma decisão dessa natureza sem antes ouvir os interessados. Trata-se do respeito a um direito elementar, o direito de defesa. A importância de se assegurar esse direito envolve a adoção de um método que permita ir às raízes mais profundas dos acontecimentos e garanta, portanto, um juízo mais rigoroso dos fatos. O conhecimento profundo de determinados acontecimentos, as circunstâncias em que eles se deram, o conhecimento do conjunto deles e não só de uma parte permite uma visão mais abrangente dos fatos. A falta deste conhecimento não forneceu os elementos necessários para que a direção pudesse ter um panorama mais multilateral do nosso comportamento e conduziu a decisões que considero incorretas em relação aos outros dois companheiros e, em particular, em relação a (4) [Haroldo].

Por outro lado não consigo compreender a urgência na tomada desta decisão. Por que não aguardar que fôssemos soltos? Haveria algum prejuízo para o Partido? Considero que só se justifica a tomada de decisão sobre o comportamento de companheiros presos, quando estes ainda permanecem detidos, em casos excepcionais e em circunstân-

cias tais que o fato de não se tomar uma decisão imediata possa acarretar prejuízos ao Partido. Não foi isto o que ocorreu neste caso concreto. A situação torna-se mais incompreensível na medida em que se sabe que um dos atingidos pela penalidade foi solto há seis meses e não me consta que ele tenha sido ouvido sobre o assunto [refere-se a Wladimir Pomar].<sup>89</sup>

Das questões em jogo, a preliminar era o direito de defesa, independentemente do mérito das acusações. Essa característica está presente também no caso de Wladimir. Mas ele vai além em seu memorial, intitulado “Em defesa da verdade” e datado de outubro de 1979.

Diante do ineditismo de ser alvo de uma decisão pública *antes* de os fatos serem devidamente esclarecidos, sou obrigado a tornar pública minha posição, mesmo a contragosto. A rigor, não tenho do que me defender. Meu comportamento na prisão não resultou em nenhum prejuízo à organização partidária, em nenhuma queda, em nenhum perigo à segurança de qualquer companheiro ou organismo do partido. Em nenhum momento titubeei diante do dever de defender minha posição e condição de dirigente e militante comunista e a política do partido.

No entanto, se a direção do partido ou parte dela entende que deve me acusar e me atacar, por minha conduta na prisão, tem, antes de mais nada, o dever – mais do que estatutário, moral – de trazer ao meu conhecimento o teor preciso e concreto de tais acusações, possibilitando que eu exerça aquilo que até mesmo um tribunal do regime me permitiu: *o direito de defesa*.

Não foi isso, porém, o que aconteceu. Venho sendo vítima de calúnias absurdas e até infantis, fartamente divulgadas

---

<sup>89</sup> Aldo Arantes, Memorial.

entre pessoas que, por não estarem a par dos fatos, podem lhes dar crédito. [...]

A decisão de me afastar do CC foi bem anterior à VII Conferência e ensejou uma verdadeira campanha difamatória por parte de alguns que pensam ser possível resolver divergências políticas através de tais métodos. Mesmo assim, ainda aguardei que o núcleo remanescente do CC que assumiu a direção do partido reconsiderasse sua decisão e se ativesse às normas de conduta há muito observadas no exame de casos idênticos.

Para minha surpresa, nem esse núcleo nem a conferência por ele convocada o fizeram. Ao contrário, a conferência referendou uma decisão que fere frontalmente tais normas, ignorando que:

1. Todo militante preso fica *automaticamente afastado* até que os motivos de sua queda e seu comportamento sejam devidamente esclarecidos. Assim, não se justifica nenhuma medida formal de afastamento, mesmo temporário. E muito menos se justifica a preocupação de comunicar tal afastamento *temporário* a militantes, amigos e elementos independentes.
2. Em virtude dos problemas, desinformações e obstáculos criados pela repressão, o esclarecimento da conduta de camaradas presos exige verificação cuidadosa, exige que se compare criteriosamente o máximo de informações, exige que se ouçam os camaradas envolvidos e dessa maneira, *antes* de adotar qualquer decisão, se forme um quadro completo da situação. Portanto, nada justifica a estranha pressa em adotar uma posição pública, pressa tanto mais estranha pelo fato de a própria resolução da VII Conferência dar a entender que as informações a respeito da queda ainda são incompletas.
3. Mesmo nos casos em que surjam indícios veementes da culpabilidade de um companheiro em quedas ou no fornecimento de informações ao inimigo, a ele deve ser

assegurada – conforme mandam os estatutos – ampla possibilidade de defesa. Assim, sobretudo no meu caso, em que não é possível apontar qualquer prejuízo orgânico ou político ao partido, nada justifica que esse direito me tenha sido negado [...].<sup>90</sup>

Adiante, afirma que os remanescentes do CC desencadearam “uma campanha de calúnias, difamações e mentiras que provavelmente não têm paralelo na história do partido”. Compara a pressa com que foram tomadas medidas punitivas à morosidade com que eram examinadas as causas da queda da Lapa.

É claro, para qualquer pessoa, que o golpe desfechado contra a direção partidária está relacionado com fatos de suma gravidade e cuja não-elucidação poderá causar novos e graves danos à organização partidária.

As indagações a respeito das causas da queda são de tal ordem que não se justifica o pouco empenho demonstrado para esclarecê-las. Em lugar de procurar dar resposta a muitas questões cruciais postas pelos acontecimentos, os remanescentes do CC que organizaram a VII Conferência não fizeram mais do que reiterar, de modo formal, a necessidade de elucidar a questão, constituindo uma comissão de inquérito que há muito deveria estar em funcionamento.

Tais companheiros nem mesmo procuram investigar certas responsabilidades correlatas com a queda. Por exemplo, por que o CC realizava reuniões num local que praticamente servia de arquivo da direção? Por que o CC continuava a realizar reuniões em São Paulo, quando era sabido que a repressão tinha conhecimento dessas reuniões e tentava localizá-las, como ficou evidente na queda do Frutuoso? Devem ou não ser esclarecidas as responsabilidades pelo aluguel de um aparelho que não oferecia a mínima segu-

---

<sup>90</sup> Wladimir Pomar, Memorial.

rança? Por que a CEX não levou em consideração as constantes sugestões de retirar para o exterior os elementos mais responsáveis do CC a fim de resguardá-los? Afinal, essa medida não acabou sendo tomada em condições muito piores e sob a iniciativa do inimigo?

Estou certo de que o conjunto do partido saberá avaliar adequadamente todas essas questões relacionadas com as causas da queda e tirará as conclusões que merece essa inversão de prioridades no exame da tragédia da Lapa [...].<sup>91</sup>

Nos pontos seguintes, ele aborda a essência político-ideológica do confronto entre as duas correntes partidárias, afirmando já não ser possível “esconder de ninguém que o ponto nodal das discrepâncias políticas existentes no partido encontra-se na avaliação crítica da resistência do Araguaia”. Para Wladimir, as sanções que lhe foram impostas revelam “completa falta de escrúpulos”, pois não decorrem de questões de comportamento, conforme alegado; são antes uma retaliação por sua posição no debate interno.

Desautorizam as decisões do CC de dezembro de 1976 sob o argumento absurdo de que o CC teria realizado uma reunião irregular e não teria observado um acordo feito na CEX, sem se darem conta de que, mesmo que esse acordo existisse, o CC não seria obrigado a aceitá-lo. Sem o querer, colocam a nu toda a concepção deformada sobre quem deve dirigir quem. E, por mil e uma formas e apesar das evidências, procuram fazer crer que não havia no CC divergências sérias em torno da avaliação do Araguaia, ao mesmo tempo que espalham a idéia de que eram amplamente majoritários dentro do CC. [...]

A queda de parte importante da direção truncou todo o processo autocrítico que vinha sendo levado a cabo. Pior, inverteu a situação, permitindo que a minoria ocupasse

---

<sup>91</sup> Idem.

posições que lhe possibilitam, agora, forçar uma guinada nos rumos que o partido começava a trilhar ao extrair as lições que o sacrifício dos camaradas mortos no Araguaia exige. Essa minoria não só não informou corretamente o conjunto do partido sobre o nível real em que se encontrava o debate como, pelo contrário, procurou negar que existissem discrepâncias. Surpreendidos em sua mentira pela carta de Pomar, não têm condições de lançar ataques abertos contra ele, ou de responder aos argumentos levantados. Agarram-se, então, a questões formais sobre a suposta incorreção de ter tornado públicos documentos *internos*, ao mesmo tempo que espalham boatos e realizam uma campanha de descrédito em relação à atividade daquele companheiro e de outros dirigentes do partido. [...] <sup>92</sup>

A luta entre as duas alas agrava-se com o retorno ao Brasil dos dirigentes anistiados e as primeiras reuniões do CC remanescente em solo brasileiro. Primeiro a voltar, Diógenes Arruda procurou exercer a mediação entre os dois campos e reaproximá-los. Um fulminante ataque cardíaco frustrou seu intento. Ao mesmo tempo, porém, iniciava-se uma manobra de reincorporação ao CC de dirigentes afastados, mediante uma composição política baseada no abandono, da parte destes, de determinadas posições. O Comitê Regional da Bahia, um dos pólos oposicionistas, denuncia essa composição em documento de convocação do Congresso distribuído aos demais regionais, no qual se lê que “dois companheiros punidos foram publicamente admitidos como integrantes do CC como se nunca existisse a decisão anterior”.

A essa denúncia, o Informe do CC de março de 1980 – que pretendia sepultar em definitivo os variados problemas levantados pela oposição – antepõe uma curtíssima resposta: “Essa integração é totalmente falsa, inventada para confundir o coletivo partidário”. A verdade, aqui, é pública. Haroldo Lima e Aldo Arantes, que mais tarde tornaram-se deputados fede-

---

<sup>92</sup> Idem.

rais pelo PCdoB, retomaram suas funções no CC, em que pese a ênfase dada à necessidade das punições: “Quem cometeu os erros constantes dos depoimentos [no DOPS] não podia de forma alguma continuar como dirigente do Partido”, estabelecia acima o mesmo Informe do CC...

De resto, o CC remanescente insistia em rejeitar inapelavelmente a convocação do Congresso do Partido. Assim, ao comentar os ataques desferidos por Wladimir, observa: “O Partido é uma organização centralizada. Entre um e outro Congresso o CC representa o Partido. A unidade se faz em torno do CC”. Perfeito; mas até então o Partido não realizara Congresso *nenhum...*

Independentemente do mérito, o CC, de acordo com os Estatutos, deveria proceder à consulta aos outros regionais, para que opinassem a respeito. O artigo 10º dos Estatutos é suficientemente claro nesta questão:

O Congresso do Partido é convocado pelo Comitê Central. Reúne-se ordinariamente de cinco em cinco anos e extraordinariamente, em cumprimento à decisão do Congresso anterior, por iniciativa do Comitê Central ou por proposta de um Comitê Regional aprovada pela maioria. [...]

No entanto, à falta de argumentos capazes de contestar a necessidade do Congresso, a direção amazonista recorre em seu Informe de março de 1980 a um silogismo administrativo indubitavelmente original:

O Comitê Central deve rechaçar também a convocação do Congresso do CR da Bahia e os documentos que a acompanham, como inaceitáveis e de sentido desagregador. O CC não está obrigado a aceitar proposições que, na sua aparência, enquadram-se nos marcos estatutários mas de fato afastam-se completamente do espírito proletário-revolucionário dos Estatutos, rompem com as normas leninistas de organização e funcionamento do Partido e ferem sua unidade.

O precedente é perigoso, pois o CC concede a si próprio a faculdade de decidir quando é que uma proposta, por mais que se enquadre “aparentemente” nos Estatutos, choca-se ou não com o “espírito proletário-revoluci-

onário” dos Estatutos. Em outras palavras, o CC arroga-se o direito e o poder de ser o único leitor e intérprete desse “espírito”.

### A RUPTURA

Na reunião plenária de março de 1980, com base no Informe, o CC tomou algumas providências que aguçaram o processo de cisão do partido. “Rechaçando” os diversos documentos da oposição, e por extensão a convocação do Congresso, a direção recomendou aos organismos do partido que impedissem qualquer manifestação de natureza “desagregadora”. Dois organismos estaduais foram formalmente *advertidos*: a Estrutura 1 de São Paulo (E-1), ramo que agrupava os militantes originais do PCdoB, em contraposição à E-2, formada por egressos da Ação Popular Marxista-Leninista, e o CR da Bahia. Wladimir foi *censurado* com base no artigo 21 dos Estatutos, por violar “a disciplina do Partido” e por “atuação antipartidária”. Sua destituição foi mantida, conforme a nota que lhe foi enviada pela direção:

[...] continuará como militante do Partido, sem exercer função dirigente em qualquer organismo e sob estrito controle do Comitê Central, desde que faça uma severa autocrítica de seu comportamento na prisão, reconhecendo os erros cometidos.<sup>93</sup>

A E-1 respondeu ao Informe e às advertências com um novo documento, dando ênfase especial à discussão da guerrilha e ao problema do centralismo democrático e da disciplina partidária e defendendo a necessidade de se realizar um Congresso do PCdoB.

Em termos concretos, reafirmamos a nossa opinião de que problemas de importância fundamental como o balanço do Araguaia e a reavaliação do pensamento de Mao Tsetung devem ser objeto de deliberação de todo o Partido reunido

---

<sup>93</sup> Ao Camarada V. Nota interna do CC do PCdoB de março de 1980.

em Congresso. Conforme já destacamos tantas vezes, consideramos que a questão do Araguaia envolve toda a estratégia e [toda a] tática adotadas pelo Partido, enquanto a questão do pensamento de Mao Tsetung levanta problemas que dizem respeito à própria base do pensamento teórico do Partido pós-62.

A E-1 acrescentou, encontrando uma expressão feliz, que o Informe “interpreta a relação de autoridade e confiança que deve existir entre o núcleo dirigente e o Partido como se fosse uma relação de subordinação cega e incondicional, que independesse de seu conteúdo político-ideológico”. Considerou que o Informe “não refuta os argumentos levantados por nós e por outras organizações e camaradas, inclusive por um terço dos membros do Comitê Central, no sentido da necessidade de convocação do Congresso para resolver as atuais divergências”. Declarou ainda sua solidariedade “às organizações partidárias e aos quadros do Partido atacados no ‘Informe do CC’, em especial ao camarada T. [Wladimir], atingido por calúnias e difamações as mais torpes”.

O desfecho desse processo de ruptura é bastante conhecido. Em setembro de 1980, os comitês regionais de São Paulo (E-1), Bahia, Rio de Janeiro, Pará e Paraná promovem uma Reunião Nacional de Consultas e convocam o 6º Congresso (Extraordinário) do PCdoB. O documento final da Reunião Nacional de Consultas denuncia novas medidas punitivas tomadas pelo CC e indaga das razões que levam os remanescentes da direção a vetar sistematicamente a realização do Congresso partidário:

Se a maioria artificial do CC se considera apoiada pelo Partido, por que não permitir que esse apoio seja comprovado num verdadeiro Congresso de todos os organismos e militantes, com amplo debate prévio e sem exclusões? Por que é necessário, antes de mais nada, decretar a dissolução dos CRS que pedem Congresso e afastar os militantes que criticam as concepções dominantes no atual CC?

E prossegue:

Mais recentemente, um outro quadro dirigente, após manifestar-se a favor do Congresso, foi também afastado da direção central, sob a surpreendente alegação de que o seu nome não constara da lista de cooptados para o CC em 1975. No entanto, esse mesmo militante já havia participado de várias reuniões como membro do CC [...] foi precisamente a exclusão desse quadro que permitiu à maioria artificial do CC alcançar os 2/3 exigidos pelos Estatutos para a destituição de outros membros do organismo, o que ocorreu no último mês de agosto, com o afastamento de mais quatro dirigentes nacionais.

Seu balanço das punições ocorridas desde a VII Conferência aponta “a dissolução de três comitês regionais”, além da exclusão de “*mais da metade* dos membros do antigo CC remanescentes da chacina da Lapa”. A cisão deixara de ser mera ameaça, era já uma realidade. Parte dos dissidentes formaria mais tarde um novo partido, o Partido Revolucionário Comunista (PRC), que duraria poucos anos. A maioria dos militantes que rompeu com as práticas amazonistas atua hoje no Partido dos Trabalhadores (PT).

Sob o comando de Amazonas e seus áulicos, o PCdoB seguiria uma trajetória política ziguezagueante, inicialmente sob a hegemonia da oposição burguesa representada no PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro, ex-MDB). A apologia da Guerrilha do Araguaia conviveria com a proposta estratégica de formação de um Governo Democrático de Unidade Popular (GDUP), que reserva posição proeminente para a “burguesia nacional progressista”. O PCdoB apoiou sem restrições o governo Sarney, até que em outubro de 1986 a colocação de tanques do Exército nas ruas, por ocasião da greve geral nacional, inspirou uma súbita inclinação do partido à esquerda. O apoio a Sarney foi retirado e condicionado a mudanças na orientação política e econômica da desgastada “Nova República”. A partir de 1989, o PCdoB passa a integrar a frente de esquerda encabeçada pelo PT, sem prejuízo de alianças à direita em eleições de âmbito local e estadual.

# XI

## Memória curta

*Há muitos anos o Brasil não tem tanta liberdade política como hoje. Os jornais escrevem o que querem. Os políticos dizem o que querem. Todo mundo é livre no Brasil.*

Ernesto Geisel, outubro de 1975

O ex-ditador Ernesto Geisel morreu no dia 12 de setembro de 1996. As atrocidades cometidas sob a batuta do general, ou por ele toleradas, foram varridas para debaixo do tapete por uma mídia de memória curta. A crer-se em certas retrospectivas publicadas na imprensa, na chamada era Geisel teriam ocorrido apenas duas mortes de opositores políticos: a de Vlado Herzog e a de Manoel Fiel Filho. Mesmo um analista independente da estatura de Jânio de Freitas, de indiscutível integridade intelectual, formou no coro dos que vêem em Geisel “o construtor da via, depois alargada pelo general Figueiredo, que restituiu aos brasileiros o direito de não serem subjugados pela arbitrariedade armada”. Geisel, escreveu Jânio no dia de sua morte, “acabou enfrentando, e venceu, os criminosos da tortura policial-militar, fossem os que tinham a mão no sangue ou os engalanados que usavam a mão alheia”.

Ora, os fatos não endossam essa visão generosa. Um rápido levantamento indica que Geisel foi tão brutal quanto Médici. Afinal, durante o governo do “homem da abertura” foram assassinados com requintes de crueldade, pelo Exército e demais órgãos de repressão, por motivos políticos, pelo menos 38 brasileiros: Ana Rosa Kucinski Silva, Wilson Silva, Daniel José de Carvalho, Davi Capistrano da Costa, José Roman, Luis Inácio Maranhão Filho, Dermeval da Silva Pereira, Luiza Augusta Garlippe, Dinalva Oliveira Teixeira, Elmo Corrêa, Ieda Santos Delgado, Issami Nakamura Okano, João Leonardo da Silva Rocha, João Massena Melo, Maria Célia Corrêa, Onofre Pinto, Osvaldo Orlando da Costa, Ruy Frazão Soares, Thomaz Antonio da Silva

Meirelles Neto, Walter de Souza Ribeiro – todos entre março e dezembro de 1974; Edmur Péricles Camargo, Elson Costa, Hiran de Lima Pereira, Itair José Veloso, Jayme Amorim Miranda, José Montenegro de Lima, Nestor Vera, Orlando da Silva Rosa Bonfim Júnior, José Ferreira de Almeida, Pedro Jerônimo de Souza, Armando Teixeira Frutuoso, Vladimir Herzog – todos em 1975; Manoel Fiel Filho, padre João Bosco Penido Burnier, Ângelo Arroyo, João Baptista Franco Drummond e Pedro Pomar – todos em 1976; e José Soares dos Santos, em 1977<sup>94</sup>. Esta estatística preliminar não inclui brasileiros mortos no exterior por órgãos de repressão dos países do Cone Sul, nem militantes de esquerda estrangeiros eliminados no Brasil.

Geisel exerceu o poder ditatorial de 15 de março de 1974 a 14 de março de 1979. Não investigou os atentados praticados pela extrema direita nem puniu torturadores e assassinos que constituíam os tais “bolsões sinceros mas radicais”. A destituição de Ednardo D’Ávila do comando do II Exército e, mais tarde, a demissão do ministro Sylvio Frota, do Exército, prenderam-se a razões de Estado – ou, mais propriamente, à disputa no interior do governo militar.

Diga-se, a propósito, que a condução da crise provocada pela morte de Herzog, em outubro de 1975, mais do que tornar Geisel digno de elogio, é um testemunho contra ele. Depoimentos do cardeal D. Paulo Evaristo Arns e do rabino Henry Sobel realçam o profundo autoritarismo do general e sua demora em tomar providências. “Depois da morte do Vlado, o Geisel disse para cinco jornalistas que eu nunca mais falaria em público”, relatou D. Paulo:

O Geisel não perdoou nossa participação nos acontecimentos que se sucederam à morte do Vlado. Geisel estava em São Paulo no dia do ato ecumênico. Veio para falar com o então comandante do II Exército. Soubemos que a conversa foi muito dura. Mas o general só foi exonerado em janeiro [de 1976], logo depois da morte do operário Fiel Filho no DOI-CODI.<sup>95</sup>

<sup>94</sup> Levantamento baseado no *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife, Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

<sup>95</sup> *Unidade*, outubro de 1996, p. 12-13.

O ditador, dirigindo-se a um religioso judeu, também queixou-se de Sobel: “Quem é esse rabino de vocês?”. Em resumo, Geisel irritou-se com o audacioso ato ecumênico celebrado na Catedral da Sé por D. Paulo, Sobel e o reverendo James Wright, no dia 31 de outubro de 1975. Talvez porque intuísse que seria a primeira vigorosa manifestação popular de repúdio ao regime, desde os acontecimentos de rua de 1968. A imagem, cuidadosamente desenhada, do Geisel indignado com a tortura e a morte nos porões do DOI-CODI paulista cede lugar, assim, à do chefe militar rancoroso, antes preocupado em reprimir o protesto dos ofendidos e humilhados do que em punir, de imediato, mandantes e praticantes da covarde tortura.

Foi por inspiração de Geisel que o Supremo Tribunal Federal (STF) condenou a seis meses de prisão o deputado federal baiano Francisco Pinto, do MDB, cujo crime fora pronunciar discurso contra o facínora general Augusto Pinochet, presidente da Junta Militar chilena, que viera ao Brasil em março de 1974 para assistir à posse do colega brasileiro. Não foram poucos os momentos em que Geisel atacou a democracia. Cassou mandatos de parlamentares eleitos pelo povo. Amordaçou a oposição nas eleições municipais de 1976, com a chamada Lei Falcão. Fechou o Congresso em 1977 (Pacote de Abril) e criou a figura do senador “biônico”, casuísmo necessário para garantir a vitória de seu candidato, general João Baptista Figueiredo, na eleição presidencial indireta de 1978. A invasão da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), na capital paulista, em setembro de 1977, por tropa da Polícia Militar encabeçada pelo alucinado coronel Erasmo Dias, com o saldo de 800 detenções e inúmeros estudantes feridos, não mereceu repreensão do ditador.

Este é o homem que a imprensa tenta incensar como o grande estadista que trouxe a abertura, filha diletta da “distensão lenta, segura e gradual”. Geisel, que para governar cercou-se de figuras como Golbery do Couto e Silva, Mário Henrique Simonsen, Armando Falcão, Marco Maciel, Nei Braga, Francelino Pereira, Hugo Abreu – mandante confesso da execução de guerrilheiros no Araguaia – e tantos outros representantes do que há de mais retrógrado na vida social do país, pode ter conquistado seu lugar no panteão de honra da classe dirigente brasileira, a quem prestou tantos serviços. Mas a história dos vencidos há de registrar que ele foi um inimigo das classes trabalhadoras e de todos os que, de forma geral, empunharam a bandeira da liberdade e da democracia nos anos de chumbo da ditadura militar.

# ANEXOS

## MEMORIAL DE HAROLDO LIMA A RESPEITO DE SEU AFASTAMENTO DO COMITÊ CENTRAL (1979)

*A importância deste documento consiste, em primeiro lugar, nos aspectos políticos e ideológicos: a contestação de uma decisão “administrativa” injusta (a destituição do autor de sua condição de membro do CC) e a discussão dos métodos de enfrentamento com os torturadores. Ainda que se possa receber com reservas a retórica de Haroldo, é digno de atenção o relato que faz das várias fases do procedimento dos órgãos de repressão. Em segundo lugar, no aspecto informativo, histórico: este é o mais completo registro de tudo o que caiu em mãos da repressão no aparelho da rua Pio XI e na casa do dirigente.*

Recebi a notícia da decisão que teriam tomado relacionada comigo e [com os] demais companheiros presos no final de 1976. Devo dizer que não me satisfiz a conclusão a que chegaram e pretendo, quando possível, recolocar a questão.

Para que os camaradas tenham um quadro mais completo das minhas razões exponho abaixo aspectos fundamentais da experiência que vivi; de acertos e erros ocorridos e da forma pela qual se sucederam. Não pretendia fazer isso agora, pelos naturais riscos de segurança que a minha atual situação encerra e acentua. Mas a antecipação da parte de vocês da avaliação do ocorrido força-me a relatá-lo com mais minudências.

Quero, em primeiro lugar, manifestar a minha surpresa, a minha estranheza, pelo fato de terem procedido à avaliação em pauta independentemente da existência deste relato que ora faço. Porque, se lhes escrevi (com reservas, pelas circunstâncias; há coisas que nunca devem ser escritas), foi para tratar da queda, sua circunstância, sugestões de cuidados etc.; falei de comportamentos por alto, de modo algum com pretensão a esgotar a questão. Nem dei conhecimento do que fiz aos demais companheiros que, assim, foram desconsiderados *in totum*, num processo em que seus comportamentos estavam em julgamento sem que eles fossem ouvidos, ou mesmo notificados do fato, para eventual pronunciamento a respeito.

A propósito, ainda que não tenha em mãos os Estatutos do nosso partido, tenho a impressão de que lá existe qualquer coisa no mesmo sentido que uma anotação

aqui existente, feita com base em palestra proferida pelo (A). O título v dessas notas refere-se aos deveres e direitos dos membros do Partido. O item “d”, da sua segunda parte, estabelece como direito do membro “exigir sua participação na discussão de todas as questões que se refiram a decisões sobre sua pessoa” etc.

Se é que os Estatutos do Partido não contêm formulação tão expressa a respeito, na Comissão de Organização era bem essa a norma pela qual procurávamos nos pautar, pelo menos nos últimos sete anos, desde 1972. A decisão final sobre os casos de (1) e (2) foi tomada pelo CC no final de 1976, quase quatro anos passados das quedas dos mesmos! No caso, tínhamos em mãos dois relatos feitos pelo (2) em um período em que esteve em liberdade, e dispúnhamos de dados muito concretos sobre quedas de algumas pessoas e frentes de trabalho, ocasionadas por informações abertas pelos dois. Quando informei ao (A) sobre nossa disposição de expulsá-los, este concordou, por força dos fatos inquestionáveis, mas alertou-me que seria um procedimento excepcional na vida do Partido, posto que os mesmos ainda eram prisioneiros.

(6) e (4) puderam escrever relatos já em liberdade e foram ouvidos individualmente após saírem da prisão. Só depois é que se procedeu à avaliação dos seus casos. Em ambas oportunidades esperamos, o CC esperou, cerca de quatro anos!

De sorte, camaradas, que estranhei, não entendi, a pressa com que agiram para efetuar a avaliação que fizeram, em um tempo que não chegou à metade do transcorrido nas situações a que me referi: um ano e nove ou dez meses, e a circunstância de tudo isso ter sido feito com companheiros ainda presos.

Evidentemente que a mim parece justificável uma medida mais pronta quando fatos graves o exigem. Não era o caso. Pois, neste, o que ressalta é que, após um golpe inicial vigoroso e cruento da repressão, nenhuma queda se deu, nem de frentes de trabalho nem de pessoas, fato que trouxe, para o Partido e para nós, aqui onde estamos, muita respeitabilidade.

#### ASPECTOS CENTRAIS DE UMA EXPERIÊNCIA

Estavam muito presentes em mim, quando fui preso, as discussões havidas na Comissão de Organização a respeito do problema de segurança geral do Partido, notadamente as orientações atinentes ao comportamento de um militante na eventualidade de ter que enfrentar a tortura do regime atual. A referida comissão estava elaborando um documento a respeito, que inicialmente passou por uma primeira redação dada pelo (5), e depois por outra, mais desenvolvida

e precisa, dada pelo (G). Havíamos observado que as orientações do Partido neste aspecto eram, por um lado, antigas (“Se fores preso, camarada” e artigo mais geral saído na *Classe* mais recentemente), por outro, e por isso mesmo, não estavam efetivamente ajudando os militantes nos momentos de enfrentamento das torturas.

Na elaboração do novo documento efetuou-se um esforço com vistas a se fazerem indicações mais concretas e sobretudo mais ajustadas ao nível das torturas do regime atual brasileiro, em suma, levando em conta as experiências sabidas.

Neste sentido, viu-se a necessidade de se destacar os exemplos meritórios daqueles que não cediam na tortura qualquer informação, nem confirmavam nada de alguma importância, custasse o que custasse, como por exemplo (C), (D) e (E), que morreram, (F) e (A) que conseguiram se salvar. Mas observou-se que, repetidas vezes, o torturado desestruturava-se ideologicamente e arriava suas defesas no momento seguinte ao seu primeiro erro, ou no momento seguinte à primeira informação que confirmasse ou desse. A consciência de que atingir o objetivo a que se propunha – não dizer nada – tornara-se impossível levava à sensação de derrota moral completa ou muito grave e irrecuperável. Tal sentimento, apossando-se do militante enquanto os mais sofisticados métodos de tortura lhe estão sendo aplicados, constituía-se no ponto de partida para a *débâcle* total, para erros subseqüentes de gravidades crescentes. Os militantes, às vezes, não mais se recuperavam, enveredando pelo caminho da traição, passando a entregar companheiros, a abrir frentes de trabalho. Aqui onde estou pude verificar como foi freqüente esse mecanismo de derrota ideológica em tantas pessoas. É como se a luta contra a tortura fosse regida pelo maniqueísmo do tudo ou nada e não uma luta prolongada como verdadeiramente é, dentro de seus limites, uma luta em que é fundamental a manutenção do moral elevado em todo o seu transcurso, tendo-se claro que, mesmo se caindo em batalhas parciais, deve-se levantar, encher-se de determinação, para não se cair em nenhuma batalha decisiva.

Para ajudar os camaradas a ter essa atitude, atinou-se ser necessário destacar que no confronto com a tortura do inimigo nenhuma informação pode ser dada, nenhuma confirmação pode ser feita que ameace a organização, que leve à queda de qualquer trabalho, ou de parte de trabalho, ou de companheiros do Partido, ou de simpatizantes da causa, ou de amigos, ou de quem quer que seja. A tortura, a mais terrível, não poderia justificar nenhum prejuízo objetivo ao

Partido, ou aos seus amigos, nenhuma ameaça à sua organização e, é claro (nem esteve em cogitação), nenhum dano moral (criticar Partido e afins).

Exponho agora como enfrentei a tortura do regime fascista. Atendo-me ao meu caso, como é natural. Embora considere que todos deveriam ter sido ouvidos preliminarmente à análise dos seus casos.

### 1. A IMEDIATA OFENSIVA POLÍTICA

Atacado, ferido, imobilizado e introduzido em um carro, sob grande alarde, quando saía da casa em que residia, tentei, dentro do veículo, destruir a lista de onze *pontos* que teria por aqueles próximos dias. Fui espancado e amordaçado. Não consegui meu intento. Fiquei tranqüilo, contudo, sabia que os *pontos* não seriam descobertos, pois estavam cifrados. E estava absolutamente certo de que não os decifriariam.

Ao chegar ao Rio, 24 horas após a prisão, mandam-me tirar a roupa. Veio-me à cabeça o procedimento que tanto admiro do (F). Respondo que não tiro. Sob pancadaria despem-me, deixam-me apenas com capuz, algemado, mãos às costas.

Havia perdido muito sangue com um corte na cabeça. Há 24 horas não comia nada. Espancado e tenso, estava fraco fisicamente. Mas percebi estar numa sala mais ou menos ampla, onde havia diversos militares que hoje sei serem do DOI-CODI do Rio de Janeiro. Então, levantei a minha voz em enérgico protesto perante tudo que estava acontecendo. O seqüestro de que fui vítima, o ultraje de me tirarem a roupa, a covardia de me espancarem enquanto estava amarrado. Carreguei na denúncia da tortura, no caráter covarde de um exército torturador. Falei no assassinato que eles já tinham perpetrado de quantos patriotas e democratas, especialmente de vários comunistas. Disse-lhes que estava sabendo que iriam me matar mas que veriam, mais uma vez, como morre um comunista, batendo-se, lutando. Afiancei-lhes que tinham em mãos uma lista de meus onze *pontos*, porém codificados, e que estivessem certos que morreria mas não entregaria nenhum companheiro. À proporção que ia falando, empolgava-me, e sentia pelos murmúrios, pela zoada, que a sala ia se enchendo de gente. Enveredei pelo terreno político. Passei a denunciar o entreguismo desenfreado do governo. A entrega do que tinha de fundamental na economia do Brasil, de partes do território nacional, das jazidas minerais, da Petrobrás. Mostrei quem eram

os patriotas – nós, os perseguidos, o povo – e quem eram os traidores da Pátria – eles, o governo, a ditadura –, que negociavam com a soberania nacional. Falei sobre democracia, reforma agrária, educação, saúde, corrupção, o diabo. Falei muito, não sei ao certo por quanto tempo, mas calculo que por mais de duas horas, em altos brados, nu, com um capuz à cabeça e mãos algemadas às costas, até que desmaiei de fraqueza e caí no chão. Depois de recuperado fui levado imediatamente à “geladeira” para o início das torturas propriamente ditas.

## 2. “PONTOS? SEI E NÃO DIGO”

Na “geladeira” passei mais ou menos 12 horas ouvindo sirenes, gritos histéricos, sons de explosão, ruídos os mais diversos em intensidades ensurdecedoras, submetido a variações bruscas de temperatura e a banhos de água gelada. Esfregando a cabeça pelo chão e pelas paredes consegui arrancar o capuz e ficar olhando para a porta, para incrível desespero dos torturadores, que passaram muito tempo sem coragem para entrar no cubículo, ameaçando pelo alto-falante as piores represálias se não pusesse de novo o capuz. Talvez por isso, quando um deles, correndo, entrou no recinto e me enfiou de novo o capuz, aos trompaços tiraram-me daquela sinistra caixa preta que uma inteligência doentia projetou com controles remotos, circuito interno de televisão etc., para um departamento de sevícias do governo terrorista. Fui então algemado em uma cadeira, uma poltrona, que saberia depois ser a “cadeira do dragão” daquele centro de torturas. Aí, algemado, nessa cadeira, passei 11 dias e 11 noites ininterruptamente, só sendo retirado poucas vezes para as necessidades fisiológicas. As sessões de choques elétricos foram ministradas nessa cadeira até poucos momentos antes de eu ser desamarrado e posto no avião que me trouxe de volta a São Paulo. Nos 11 dias, poucas vezes comi, a maioria das vezes colheradas postas em minha boca, salvo no último dia, quando me deram um sanduíche. Poucas horas dormi em todo o período, na cadeira, algemado, nu, evidentemente que nunca pondo o corpo na horizontal.

Às primeiras perguntas sobre os *pontos* a minha resposta se pautou pelo mesmo tom altamente ofensivo com que até então havia me comportado. “Sei e não digo”, respondi, lembrando-me de (C). A corrente contínua do gerador de corrente fazia vibrar o meu corpo. Um terminal era fixado em algum dedo do pé. O outro era

fixado ora em uma perna, ora em uma mão, ou numa orelha, ou nos órgãos genitais e no ânus. A dor era terrível. O calor provocado pelas espumas que me envolviam para não possibilitar ferimentos era asfixiante. Sabia que os *pontos* ocorreriam pelos próximos cinco dias. Sabia também que o pessoal poderia não mais os cobrir. Mas calculava que alguns companheiros lá poderiam ir. Não poderia arriscar. Não tive dúvidas. Agüentei firme. A partir de certo momento montaram uma farsa pela qual tentaram me fazer crer que o Natal já havia passado, ou seja, que mais de nove dias já haviam decorrido de minha prisão. Denunciei a farsa. Desistiram de me interrogar sobre os *pontos*. Lá pelo décimo dia voltaram a fazê-lo. Como tinha então absoluta certeza de que os prazos dos *pontos* já estavam todos ultrapassados revelei em que trechos de ruas alguns deles teriam funcionado.

### 3. A BATALHA DA GRÁFICA

Logo nos primeiros dias um fator se interpôs para prejudicar bastante as condições da minha luta: o volume de material apreendido no aparelho e em minha casa. Documentos datilografados, documentos variados, retratos de viagem, muitas anotações minhas de conversas e reuniões com diferentes pessoas e organismos etc. Isto se somava ao volume verdadeiramente grande de informações semi-atualizadas que a repressão tinha da situação organizativa do Partido: composição do CC, composição de comissões e de algumas direções regionais, estas últimas, mais anacrônicas.

Pasta com todo um projeto de ampliação da gráfica caiu no aparelho. Catálogos de máquinas *offset*, exposição de vantagens e desvantagens das mesmas, relação de preços e apreciação minha opinando sobre as diferentes opções, tudo isso estava na pasta. O nome frio com que assinava os materiais, os diferentes nomes frios que já tive, os diferentes nomes frios dos diferentes companheiros, muitos dos quais eu nem conhecia, eram sabidos. Em minha casa caíram duas anotações recentes de reuniões realizadas na própria casa da gráfica, com pessoal que ali morava. Começaram a me torturar para dizer onde ficava a gráfica e essa foi a razão pela qual mais me torturaram. Por esse objetivo fui submetido a várias sessões de choques. A certa altura, depois de um intervalo de descanso na cadeira, voltaram a me amarrar e a me calçar com as asfixiantes espumas que preveniam ferimentos. Tudo aprontado pelos meganhas, entra no recinto o grupo de comandantes da tortura. Lembrome perfeitamente da voz estrepitosa de um dos mais truculentos: “Temos certeza absoluta de que você sabe onde fica a gráfica. E vamos *extrair* esta informação de

você, agora”, e grifou a palavra extrair. Gritava que não sabia, que havia ido àquela casa de olhos fechados, enquanto os choques prosseguiram. Havia momentos em que o clima de terror era completo: aceleravam a rotação da manivela do gerador, o choque aumentava, meu corpo vibrava amarrado e todos gritando “mata, mata”, “diz ou morre” etc. Só quando minha voz já saía com dificuldade, no murmúrio de “não sei”, e minha cabeça pendida sobre o peito já não tinha forças para se levantar, o médico, que auscultava o meu coração e me tomava o pulso, deu ordens para suspender a sessão. Afrouxadas as amarras que me prendiam, um a um foram saindo os torturadores, exaustos de torturar. Fui ficando só, queimando de calor, banhado de suor, dentro da espuma que não foi retirada, para que eu sofresse outro suplício terrível – a sede. O último a sair foi o grosseirão de voz trovejante que comandou a operação. Ao passar por mim, vendo-me completamente indefeso e arrebatado na cadeira, disse um palavirão e desferiu-me tão violento golpe de caratê na altura do coração que momentaneamente desfaleci e perdi a respiração. Quase dois meses depois a região do coração ainda estava tão dolorida, e doía-me tanto quando dormindo me virava para o lado esquerdo, que pedi um exame médico para ver o alcance da contusão.

Poucos minutos se passaram desse episódio e eis que um grupo silencioso, aparentando gravidade, retorna à sala, discute entre si e se acerca de mim dizendo mais ou menos o seguinte:

Não temos dúvidas de que você sabe a localização da gráfica. Você sabe que o CC caiu e que se cair a gráfica o Partido está desmoralizado e acabado. Por isso você não fala. Mas acabamos de tomar esta decisão: ou nos diz o local agora ou morre agora. Veja essa arma (e levantando o capuz mostraram-me um revólver). Aqui está uma bala sendo posta na terceira posição do tambor. Com o cano no seu ouvido puxaremos o gatilho três vezes. Na terceira você morrerá, a não ser que antes abra o local da gráfica.

Rapidamente imaginei que aquilo poderia ser um blefe. Mas que, dentro da lógica do regime liberticida e daqueles homens bestializados, aquilo bem que poderia ser inteiramente verdadeiro. Raciocinei que teria 50% de possibilidade de sair com vida e 50% de morrer naquele momento. Enfrentei a situação,

tenso, mas inabalável. O gatilho foi apertado a primeira e a segunda vez. No instante da terceira vez o revólver foi retirado da minha cabeça. No Rio não mais me torturaram para saber o local da gráfica.

Em São Paulo, dias depois, no DOI-CODI do II Exército, antiga Oban, fui torturado um dia, das 9 horas às 16h30min. Choque elétrico, palmatória, lata de lixo na cabeça, socos em todo o corpo. Objetivo principal: local da gráfica. Diziam saber que eu sabia o dito local. Mantive a minha resposta: “não sabia” (8).

#### 4. A BATALHA DO TRABALHO “ESPECIAL”

O DOI-CODI do Rio tinha de mim uma ficha extensa. Disseram: “Você dirigiu a pesquisa de áreas estratégicas em AP, fez CPOR, em sua casa foi apreendido material de estudos militares volumoso, como livros, apostilas etc. Foi integrado na Comissão Militar do Partido e sabe como chegar ao pessoal que faz trabalho ‘especial’”. Diziam saber, com certeza, da minha participação nessa comissão, o que eu não sabia se era uma forma de me testarem ou se haviam recolhido sei lá onde essa falsa informação. O certo é que as torturas começaram. Repetiam para mim que já tinham tudo: anotações de conversas do (9) com (10), que me mostraram (onde havia as iniciais Mar., que me perguntaram ser Maranhão ou Marabá, o que não respondi); relação de quase todo o pessoal que estive na antiga “nove” e que foi deslocado (nomes “frios”, a maior parte das vezes); todo o dossiê sobre o Araguaia (não só a pasta do dossiê propriamente dito, com as opiniões da maior parte dos membros do CC, assinadas com conhecidos nomes “frios”, como também outras notas que lhes permitiram reconstituir toda a relação do pessoal que lá estivera). Acrescentavam: “Tudo isso sabemos; o que queremos é uma informação concreta de como chegar em alguma dessas pessoas”. Foram várias horas de tortura por dia e por noite, alguns dias e algumas noites, perguntas intercaladas com outras. Terminava uma sessão de tortura sobre a gráfica, vinha outra sobre o trabalho “especial”. Às vezes, no meio de uma sessão, suspendiam um assunto e metiam outro. Nada foi dito (11).

#### 5. QUESTÕES DE ORGANIZAÇÃO

Exporei *flashes* sobre algumas questões.

Composição de direções regionais. Não caiu nada de novo e nada de novo passou a ser conhecido. Parte minoritária já estava aberta (12).

Recolheram anotações de conversas tidas com (6) e (7). Disse que foram conversas de rua que tive com os mesmos, em restaurantes. Com o primeiro, acidentalmente. Com o segundo, por iniciativa minha e relutância dele. A situação se dificultou quando a repressão chegou dizendo saber que ambos estiveram comigo não em restaurantes mas em reuniões da Comissão de Organização. Neguei peremptoriamente até o fim. E disse mais: que ambos me decepcionaram, por não quererem mais militância política (13).

Estava negando qualquer viagem internacional, no Rio, quando me jogaram à frente fotos minhas tiradas no exterior com (A) e pessoa que nos acompanhou na viagem. Sobre essa pessoa, disse ser esposa do (A), que não era brasileira, que me parecia francesa e cujo nome verdadeiro jamais soube (J).

Pretenderam armar uma provocação sobre hipotético financiamento internacional. Sinteticamente, achavam que eu deveria ter tratado dessa questão, ou trazido dinheiro, ou recebido dinheiro de algum país estrangeiro. Neguei firmemente. Disse que fora o (14) quem me dera algum dinheiro. E na Europa o (A) que se cotizou entre amigos.

Havíamos feito balanços mais minuciosos de nossa participação nas eleições recém-realizadas de 1976. Este tinha sido um dos itens da reunião que caíra. Neguei que tenha sido feito qualquer contato com candidato, que os candidatos que apoiávamos não eram informados do nosso apoio.

## 6. ERROS

O combate foi prolongado. Onze intensas noites e dias no Rio de Janeiro, debaixo de torturas. Trinta e sete dias entre o DOI e o DOPS de São Paulo, sob ameaças permanentes de novas sevícias, ameaças efetivadas no DOI-CODI. Trinta e sete dias em que, quando não estava sendo interrogado, estava na chamada cela-forte do DOPS, uma solitária especialmente funesta. Porque foram 37 dias desta solitária, para quase todos os que caíram comigo, só excetuando dois. Na “cela-forte”, nem papel higiênico existia, nem lençol, nem nada. Uma escova de dentes não era permitido entrar. Aquelas masmorras dos porões do DOPS só tinham uma laje, com uma espuma suja por cima, que servia de cama. Um vaso sanitário em que a descarga era dada por policiais do lado de fora umas duas vezes por dia. Embaixo da porta uma pequena abertura por onde punham comida e água, e por onde, deitado no chão, enfiava o nariz quando queria respirar um ar mais puro. Na “cela-forte” ficava-se o tempo todo nu.

Em certo momento, no Rio, deram-me fotocópia de anotações minhas para que eu as reescrevesse legivelmente. Diziam que de qualquer sorte já haviam traduzido etc. Disse-lhes: “Isto é tarefa de vocês”. Amarraram-me e torturaram-me, desta vez como castigo, posto que não faziam nenhuma pergunta. Em determinado instante apresentaram-me uma folha de papel com umas cinco perguntas bastante triviais. Perguntaram-me se estava disposto a responder. Imaginei que queriam, a partir de me forçarem a responder perguntas banais, quebrar a minha resistência para então me apresentarem de novo as anotações. Concordei em responder àquelas perguntas, decidido a ganhar tempo e recusar de novo a transcrição das anotações quando elas voltassem a me ser apresentadas. Isto entretanto não mais ocorreu. Soube após que, enquanto escrevia as respostas, eles mostraram-me ao (K). A trama não era propriamente contra mim, mas contra o companheiro. Felizmente isto não o prejudicou, pois ele não se deixou impressionar.

Minha incomunicabilidade foi rompida mais ou menos uns 20 dias após a prisão, em São Paulo, quando dois advogados conseguiram avistar-se comigo. Por coincidência, no dia seguinte fui torturado o dia todo, das nove às 16h30min, em função principalmente da gráfica. Nos momentos finais os torturadores diziam mais ou menos assim: “Todo mundo que passa por aqui entrega alguém e você tem que entregar também. Dê um nome qualquer, de alguém que seja um ponto de apoio, um simpatizante, uma pessoa de confiança em qualquer lugar, sindicato, jornal, universidade etc.”. Sabia que nem todo mundo que passava por ali entregava alguém. Mas entendi que o inimigo estava já em desespero, visto que já gritava por um nome qualquer, não mais pela gráfica, por uma ponta para o trabalho “especial”, por um dirigente regional etc. Enchi-me de forças porque percebi – com que satisfação – que estava saindo vitorioso de uns 20 dias de luta contra a tortura do governo fascista brasileiro.

Na continuidade comecei a receber visitas sistemáticas de meus advogados. Cada visita [era] uma batalha, travada por eles, para se fazerem respeitar como profissionais perante uma malta de brutos que queriam ouvir a conversa do advogado com o cliente. Apreciava a combatividade dos advogados. Jovens, não se abateram nunca na defesa de seus direitos ao exercício de suas profissões. Naquele ambiente sinistro onde perambulavam torturadores e facínoras, onde todas as noites se seviciavam detidos comuns cujos gritos ouvíamos de nossas masmorras, e onde pontificava, cheio de empáfia, o conheci-

do chefe de assassinos Sérgio Fleury, quando enxergava as figuras altivas daqueles dois advogados, imaginava-os como pontas-de-lança da dignidade que penetravam a escuridão daquele lúgubre covil para reavivar a lembrança ali perdida das coisas humanizadas.

Quando as visitas se sistematizaram acreditei que, apesar de continuar a ameaça de torturas, o período pior se passara. Então comecei a me alegrar com as vitórias conseguidas. Sentia que no curso do processo ganhara todas as batalhas decisivas e rejubilava-me pelo fato de não me ter deixado abater em nenhum instante. Tinha consciência, entretanto, de que cometera erros. Confirmara coisas, algumas à luz de informações que eles já tinham, outras à luz do material apreendido (15). Dera algumas informações: com a clareza de que não levava risco a ninguém e, em geral, para melhorar a situação de pessoas ou situações [sic].

Na realidade, em minha opinião, foi a partir daí que cometi os erros mais sérios. Havia me preparado, desde que cáí, para uma luta prolongada na qual sabia os limites precisos que deveria respeitar. Respeitei-os, sentia-me vitorioso. Na tortura não dera uma informação importante, das muitas que me quiseram “extrair”. Mais ou menos por volta do trigésimo dia comecei a ficar um pouco impaciente com tudo aquilo. No fundo achava que a luta prolongada contra a tortura já havia acabado, que a parte formal do depoimento prestado no chamado “cartório” já não tinha importância.

O referido “depoimento” era inteiramente arbitrário. Um delegado ditava-o para um datilógrafo, tomando por base um rascunho previamente feito e anotações selecionadas. Tudo era dito como se a pessoa tivesse “declarado”. Por exemplo: se em uma anotação de conversa com alguém já identificado tivesse uma frase como, por hipótese, “trabalho zona sul crescendo”, e uma data como 25 de agosto, escreviam-se frases inteiras como:

Declara que no dia 25 de agosto efetivamente encontrou-se com fulano, que também se chamava beltrano e sicrano, com quem conversou sobre andamento do trabalho do Partido na zona sul da cidade; acrescentando que recebeu informações de que o Partido estava muito ativo nessa região; esclarece, ainda, que fulano lhe disse que o trabalho estava crescendo...

Respostas que dava a perguntas feitas eram completamente adulteradas, encompradas, anexadas a outras frases. O tal “depoimento” já não era feito nas câmaras de torturas, embora o clima de ameaças permanecesse o tempo todo. Foi acontecendo uma situação em que eu, que lutara em circunstâncias duras de defesa de importantes segredos do Partido, não achava importante continuar a lutar quando questões decisivas não estavam em jogo e quando as condições não eram propriamente de tortura. Diante do absurdo da forma de confecção do “depoimento” deveria ter-me enchido de determinação e não respondido nada. Deveria ter anunciado, de saída, a minha disposição de não assiná-lo. Ao contrário, agi com complacência. Fiquei em guarda para que não constasse do mesmo nenhuma provocação (tipo crítica ao Partido, à luta). Estava absolutamente seguro de que, se em face das torturas não abrisse nada essencial, não seria agora que iria fazê-lo, quando inclusive pouco me perguntavam. E assim fui assistindo à montagem do “depoimento”, respondendo aqui a uma pergunta, que não devia ter respondido, que era deturpada, ao que às vezes corrigia e às vezes nem isto. Sabia, o advogado me informara, que em juízo poderia negar tudo aquilo, que assim, se do ponto de vista prático não levaria a nada e não acrescentaria informação à repressão, do ponto de vista jurídico também não teria validade.

Em determinado instante, sem que eu dissesse nada, lendo o rascunho, o delegado começou a ditar algo como “declara que é a seguinte a composição do CC”! Acordou em mim o espírito de luta. Retruquei de pronto que não declarara coisa alguma e que se pusesse qualquer coisa sobre aquilo eu não assinaria nada. O clima de ameaça reavivou-se, depois do que o delegado tentou ditar de qualquer jeito o que tinha em mente, ao que foi contraditado pelo datilógrafo que lhe lembrava eu ter dito que não assinaria nada se aquilo constasse. Gritou enraivecido olhando para mim, “assina sim”. Respondi-lhe firmemente: “não assino”. E era esta a atitude que deveria ter tido desde o início. O porco esbravejou mas terminou não pondo nada relativo à composição do CC. Então, assinei aquela porcaria.

Passados poucos dias fui chamado novamente ao “cartório”, que é uma das salas do DOPS. Mostraram-me partes finais de outros “depoimentos”, ao que me parece de todos os outros. Lá eram relacionados os nomes do CC. Argumentaram que só o meu não tinha aquela parte. Que não era preciso dizer nada além do que já estava ali, que aquilo tudo era claro etc. E eu assisti a que se

batesse, sob a rubrica de “Adendo”, uma página separada do “depoimento”, com trechos literalmente copiados de outros “depoimentos”, constando nomes de membros do CC, aos quais acrescentei referências elogiosas. E voltei a assinar esse outro “depoimento”, que foi anexado ao primeiro como “Adendo”.

Está claro que em juízo denunciei, por escrito, a forma com que foram feitos esses “depoimentos” e neguei qualquer validade aos mesmos. Mas assiná-los foi um erro que hoje muito lamento.

## 7. NO TRIBUNAL

“Defesa ofensiva”; “defesa jurídica subordinada à política”; “defesa pessoal em segundo plano”; “só depor coisas que, sem pôr em perigo nosso Partido... podiam melhorar alguma coisa a situação das pessoas” – são recomendações básicas de Dimitrov quanto ao espírito leninista de defesa em Tribunal. Não perdi, nem nenhum de meus companheiros perdeu de vista esses ensinamentos.

Atendo-me ao meu caso, fiz dois longos documentos: o primeiro denunciando as torturas recebidas, a falsidade do “depoimento”. Tal carta foi transcrita na íntegra, juntamente com a correspondente de outro companheiro, em página inteira de jornal da grande imprensa (16). O segundo, assumindo a condição de dirigente do Partido, declarando-me honrado com tal condição, defendendo a linha do Partido, especialmente sua tática atual, defendendo a luta armada, o Araguaia e a experiência anterior de AP. Desafiei a que se mostrasse onde a linha do Partido ferira os verdadeiros interesses nacionais e proclamei uma série longa de medidas governamentais que, estas sim, eram antinacionais e antipopulares. Defendendo-me, acusei.

## 8. NA CADEIA, DE CABEÇA EM PÉ

De cabeça em pé, na cadeia, desde o primeiro dia. Participação e iniciativa em todas as lutas feitas pelos presos daqui, greve de fome, feitura de documentos de denúncia, reivindicações etc. Intensa atividade de estudo político, literário e de elaboração. Espírito de camaradagem com os demais presos. Distinção política clara com os revisionistas. Tal tem sido o que temos feito, no geral.

Redigi três longas cartas, mais ou menos sete laudas de ofício cada, protestando contra referências injuriosas feitas pela revista *Veja* à luta do Araguaia. Não foram publicadas. Concordei em dar entrevista, longa, sobre o Araguaia, para um outro importante jornal, no sentido de destacar o valor daquela resistência, o seu

significado histórico, o papel do Partido, os *pontos* mais positivos da guerrilha, seus pontos de debilidade, na base do que havia sido acertado no CC. Fui alertado de que tal entrevista poderia prejudicar o meu direito à liberdade condicional, que pode estar próxima. Não tive dúvidas. Em primeiro lugar levantar a bandeira do Araguaia, pela qual tantos deram a vida heroicamente. Depois, ver como fazer. No mesmo sentido escrevi a (17), sugerindo-lhe a mesma coisa.

## CONCLUSÃO

Expus fatos, mostrei vitórias, aponte erros. Não quero apressar minha avaliação de conjunto. Acreditava ser necessário vocês saberem de tudo isto antes de formarem juízo sobre os fatos, como entretanto já foi feito. Desgostou-me que as coisas tenham se passado assim.

Há uns 20 anos vinculei minha vida à causa do povo; por caminhos difíceis, sem nunca apresentar desfalecimentos, terminei, juntamente com outros, dirigindo um complexo processo no qual quase toda uma organização nacional, depurada, chegou ao campo do proletariado e bateu à porta de seu partido; quando tal ocorreu, esse partido era alvo concentrado da sanha fascista; dei-me com todas as minhas forças às suas tarefas e participei, com muita honra, de sua direção; aí, procurei contribuir como pude, não só para a execução prática de seus trabalhos, mas para o vivo confronto de idéias que sedimenta a unidade e a disciplina conscientes, base de disciplina férrea; preso, mesmo quando as torturas foram as mais cruentas e quando morrer ou entregar companheiros se colocou claramente para mim como opção concreta de momento preciso, jamais me passou pela cabeça dar qualquer informação que pudesse levar à queda ou pôr em risco qualquer companheiro, ou amigo, ou quem quer que fosse. Jamais arriei a bandeira de defesa do Partido, da sua política, da sua justa e grande causa. Embora tenha cometido erros.

Não tenho negado a ninguém a minha condição de dirigente do Partido, precisamente porque estou convencido de que isto não o diminuiu, porque defendi e honrei esta condição na tortura e porque sinto a necessidade na conjuntura atual e na que se avizinha de o Partido ter dirigentes reconhecidos como tais, aptos a agir abertamente no cenário político com espírito ofensivo, probabilidade de repercussão sem negar a sua condição de dirigente, pela qual já cumpriu pena.

Efetivamente não me convenceu a conclusão a que vocês chegaram. Aguardarei. Um abraço combativo e fraternal.

## O ADVOGADO

### “GRANDE VITÓRIA DA REPRESSÃO: ESTOURARAM, MATARAM, PRENDERAM”

*O advogado Luís Eduardo Greenhalgh defendeu Aldo Arantes, Haroldo Lima e Wladimir Pomar, os três principais dirigentes do PCdoB capturados na operação do II Exército. Também representou Maria Ester Drummond, viúva de João Baptista Franco Drummond, e suas filhas, em uma ação de indenização vitoriosa contra a União Federal. Greenhalgh fez as primeiras denúncias de prática de tortura contra os presos e descobriu uma falha primária na versão oficial da morte de Drummond: não havia boletim de ocorrência do suposto atropelamento em nenhuma delegacia de polícia da Grande São Paulo. A seguir, seu depoimento ao autor.*

Esse foi o primeiro grande processo que peguei em minha carreira de advogado de presos políticos. Era o mais novo na profissão, estava aprendendo, era um advogado sem muita expressão. No dia 17 de dezembro eu recebo um telefonema de Madre Cristina: “Uma amiga minha, chamada Dodora, vai conversar com você porque está levantando a hipótese de que o marido esteja preso”. Depois de umas duas horas apareceu a Dodora [Maria Auxiliadora Arantes] no escritório: “Sou a mulher do Aldo Arantes, tenho certeza de que ele foi preso”, e deu uma série de informações. A partir daí comecei a mexer no caso. Na ordem de chegada defendi Aldo Arantes, Haroldo Lima e Wladimir Pomar. Depois da Dodora vieram a Solange Lima, esposa do Haroldo, e em janeiro a Rachel, esposa do Wladimir.

Comuniquei na Auditoria a prisão do Aldo no dia 17. O II Exército respondeu que ele não estava preso, que não constava ninguém com esse nome. Então declinei o nome falso dele, nome da carteira de identidade. Aí o Exército respondeu, alegando que a partir da petição foi possível estabelecer a verdadeira identidade dele...

Você tinha de lutar para que eles saíssem do DOI, fossem para o DOPS, que se quebrasse a incomunicabilidade, porque então você teria uma série de condições de resguardo da integridade física deles.

O primeiro fato que me marcou foi o dia em que vou eu e o Marcelo Cerqueira. Tínhamos autorização de visita para o Aldo. Chegamos lá, fomos

falar com o delegado Fleury. Fleury pegou a autorização e rasgou na nossa cara. “Aqui quem manda sou eu, não vão ver, está sendo interrogado, não vou parar o interrogatório para atender vocês” – e a gente então teve de reagir lá dentro, foi uma briga. No final ele mandou vir o Aldo.

Conversei com o Wladimir no DOPS no mesmo dia em que a Rachel apareceu. Veio, saiu, foi reconhecer firma da autorização e eu fui no finalzinho da tarde falar com o Wladimir. Então contei a ele o que tinha acontecido na casa da Lapa, fui eu que lhe dei a notícia da morte do Pomar.

“Olha”, eu disse, “aqui estão presos você, o Aldo, o Haroldo, a Trindade, a Elza, o Joaquim. O João Batista Drummond morreu. E também eles invadiram a casa e o Arroyo e seu pai morreram”. Lembro-me que o Wladimir falou assim: “Eu já presumia isso”. Mas ele não tinha ainda a informação sobre o que havia acontecido, acho até que os órgãos de segurança o estavam mantendo enganado sob o ponto de vista de que o pai dele estaria preso. Apresentaram ao Wladimir um documento que estava no bolso do paletó do Pomar, ele sabia que estava e deduziu – “ou meu pai está preso ou foi morto”. Naquele dia eu falei para ele. Um troço assim, de falar e a gente ficar uns dois minutos parados, silêncio total, lágrimas nos olhos dele. Marcou-me, eu ter dado a confirmação da morte.

Considero que essa tenha sido uma das grandes vitórias da repressão, pelo menos eles consideraram assim. Que eu me lembre, o alvoroço, as comemorações que eles fizeram, foram o Marighella, o Lamarca e depois a Lapa. Obtiveram uma grande vitória, porque estouraram, mataram, prenderam.

A polícia fez uma grande montagem. As fotos dos cadáveres foram cuidadosamente montadas. Colocaram os cadáveres, puseram armas próximas às suas mãos, e ainda puseram os boletins que eles queriam em volta para recheio das fotografias. Tudo isso foi plantado. Acredito que o laudo do perito seja verdadeiro no sentido de que chegou lá e viu duas armas. Depois, como deu problema, morte de Drummond etc., eles puseram mais armas, para tentar mostrar que aquilo era um arsenal. Essas facas, sabres, isso é material que a polícia vai apreendendo, fica no depósito e quando fazem uma chacina vão lá e espalham.

O general Dilermando Gomes Monteiro tinha assumido com a Igreja o compromisso de que na gestão dele não ia haver tortura. Na primeira operação de vulto dos órgãos de segurança sob o comando do general Dilermando, o saldo foram três mortos e os outros torturados. Começamos a divulgar notícias de tortura e o general achou que, pelo fato de ele já ter conversado com D. Paulo,

de sua imagem ser a de um general bonzinho, mandado a São Paulo para substituir o carrasco do Ednardo, estávamos enlameando a imagem dele, e comprou a briga, dizendo que era mentira, que o pessoal não estava sendo torturado. Fizemos então desafios públicos, “apresente os presos à Auditoria”, “faça exames de corpo de delito”, até que a própria Igreja se convenceu de que o general era um mentiroso.

O método de cada cliente de escrever uma carta, para fazer parte dos autos, foi o primeiro processo em que isso aconteceu aqui em São Paulo. Ficar como testemunho, para a História, do que tinha acontecido.

Lembro-me também de que, quando começamos a discutir o porquê da queda, foi o Wladimir o primeiro a dizer que houve algum tipo de infiltração, coisa que inclusive era combatida pelo Aldo e pelo Haroldo, que achavam que não, que houve seguimento, que o seguimento teria sido através do Pomar, quando ele se encontrou com a Elza. Porque a Elza achou algo estranho no momento em que pegou o Pomar para levar à casa da Lapa. O único que levantou que era gente de dentro do partido, gente que sabia das coisas, foi o Wladimir. Sei que isso motivou muita discussão deles na cadeia, era briga o dia inteiro em cima disso.

O Exército retirou-se logo após o ataque, quem planejou o ambiente para a versão oficial foi o DOPS. O DOPS só fazia o interrogatório cartorário, que era o que servia para a Auditoria. O próprio punho, as confissões, as informações eram manipuladas no DOI. Agora, no caso do Marighella o pessoal que forneceu as pistas já havia passado pelo DOI, estava na fase de cartório do DOPS quando o Fleury sacou, pau aqui, pau ali, conseguiu localizar o Marighella.

Veza por outra ele dizia que o DOI ficava com o cara dois, três meses, matava e não sabia manipular a informação. Que depois de os restos do pessoal serem jogados no DOPS, ele conseguiu prender o Marighella, conseguiu prender o Toledo, mesmo a questão do Lamarca foi ele quem mexeu.

Acho que por trás dessa disputa havia o investimento financeiro da repressão. Como a princípio a Oban foi financiada pelos empresários, depois foi institucionalizada pelo Exército, o Fleury disputava o financiamento do grupo de empresários. Precisou demonstrar para os empresários que financiavam a repressão que ele era mais eficiente nisso, mais competente, e que era um coitadinho, que o DOPS não tinha estrutura. O Fleury tinha iate. Onde ele arrumou? Arrumou com financiamento.

Depois que o governo transformou a Oban em DOI, as despesas passaram a correr pela União Federal, pelo Exército. O Fleury disputava então uma caixinha junto ao grupo de empresários no sentido de investigações extras. O que ele dizia de certa forma era verdade, muita coisa o DOI deixou escapar, e os caras deviam ficar furiosos. Não tinha jeito, aquela estrutura toda, e de repente no *filet mignon* da subversão quem mexia era o Fleury – e os empresários quando tinham que dar a grana davam para o Fleury, não para os militares.

## A SOBREVIVENTE

### “VOCÊS MATARAM ELES DORMINDO”, FALEI PARA UM CHEFÃO

*Testemunha ocular do assassinato de Ângelo Arroyo e única sobrevivente do massacre da Lapa, Maria Trindade não gosta de falar sobre o episódio. O autor viu frustradas três tentativas de entrevistá-la. Resta o recurso ao depoimento feito por Maria Trindade ao jornal Repórter, em 1979, recolhido pelo jornalista Rivaldo Chinem.*

Com o primeiro barulho dentro da casa, eu quis ver o que era. No segundo barulho, vi que derrubaram um pedaço da porta. Não sei o que é que caiu lá de cima, se foi o lustre. O Pedro tinha saído do banheiro e já estava na sala, e o Arroyo acabava de sair do banheiro.

Eu estava na porta da cozinha e quando quis olhar vi aquele negócio que caiu, um pedaço da parede. Parece que tinham jogado pedras nos vidros. Uma barulheira. “Que é isso?”, perguntou assustado o Arroyo. Antes de eu me virar para sair, vi o Arroyo caindo de bruços. Aquilo foi uma coisa que me assombrou, a maneira como ele caiu. Nunca tinha visto uma pessoa, antes de cair, dar um salto para cima. Deu um salto assim [faz um gesto de mergulho com os braços] e se atirou. Quer dizer, ele já tinha sido atingido.

Daí, saí para ver o que era e veio um dos caras com a metralhadora, um mulato, que disse: “Você não dá um passo, se não você será cortada pela metralhadora. Se atira no chão”, ele ordenou. E eu respondi: “Não posso me atirar no chão, porque meu joelho não dobra”. E ele: “Você vai morrer”. Eu disse: “Então vou morrer, porque não posso me deitar no chão”. E ele foi me apertando para abrir o portão. Com muita dificuldade consegui abrir o portão, e estava outro cara com uma metralhadora, que me pegou pelo braço e me jogou com força no portão.

Num segundo aquilo foi uma barulheira de tiro. Não era um barulho de metralhadora, eram tiros secos. Até hoje ainda ouço aquilo, e os tiros continuam pipocando na minha cabeça. Por último, antes de sair do portão, eles jogaram não sei se foi bomba ou se foi granada. E aquilo causou um estrondo lá dentro que pareceu que a casa tinha se arreventado toda. Ele disse: “Joga outra!” Eu pensei:

agora estourou tudo. Aí vejo o mesmo cara dando ordens: “Chama o legista!”. Eu quis voltar para olhar, queria ver o que era, né?, quando o cara me puxou e me levou para o carro. Não sei quantos carros contei. Não sei se entrei no quinto, sexto ou sétimo carro. Cada um que chegava o cara dizia: “Não entra nesse carro. Aqui não, aqui está cheio de armas”.

Ali, o que aconteceu foi o seguinte: cada buraco que tinha na casa eles meteram metralhadora, fuzil, sei lá o que mais. Eu disse para um dos chefões: “Olha, vocês mataram eles dormindo”. Essa é que é a verdade. Não tinham arma nenhuma. Nunca vi armas lá dentro. Para mim, eles foram mortos de uma maneira terrível, que nunca mais esqueço. A verdade é que as duas pessoas que estavam lá dentro morreram sem saber por quê. Enquanto estiver viva, não vou esquecer.

## O REPÓRTER

### “FOI UMA OPERAÇÃO DE SURPRESA, RÁPIDA, PLANEJADA”

Nelson Veiga, diretor-presidente da Rádio e TV Universitária Metropolitana, em Brasília, fora repórter de polícia nos Diários Associados antes de aparecer nos telejornais da Excelsior e da Bandeirantes. No setor ele fazia de tudo, de localizar pessoas raptadas a prender assaltantes em telhado. Era também um homem bem relacionado, com acesso fácil a policiais como Romeu Tuma e Erasmo Dias. Nos tempos da Bandeirantes, Tuma intercedeu em seu favor mais de uma vez, sempre que Veiga envolveu-se em algum conflito com a polícia. Na manhã de 16 de dezembro de 1976, Veiga recebeu um telefonema comum, desses que soam em qualquer redação.

Eu era o primeiro a chegar à redação, ficava lá aguardando o chefe de reportagem, lendo os jornais. Nesse ínterim recebi um telefonema: uma rua estava interditada de ponta a ponta, os moradores estavam preocupados. Então peguei o cinegrafista e fui para lá. Devo ter chegado coisa de 8h15min, 8h20min. Conversando com pessoas, me informaram que tinha havido um tiroteio, até certo ponto preocupante, porque demorou vários minutos, e nessa hora as pessoas, com receio, em sua maior parte nem quiseram sair à rua.

Em virtude da confusão que se estabeleceu, ninguém se preocupou comigo. Eu estava sozinho, não fui lá com o cinegrafista justamente para não despertar suspeita. Eles não deixavam ninguém passar [na rua]. Escondi o carro numa rua próxima e descí. O cinegrafista perguntou para mim: “Quer que eu vá junto?” “Não, deixa eu primeiro saber o que é”, e fui na frente.

Aí entrei na casa, talvez eles tenham me confundido com um policial ou coisa parecida. A casa estava toda perfurada de balas de metralhadora, e a conversa era a seguinte: que ali tinha se realizado uma reunião de comunistas. Então o Arroyo tinha sido assassinado, mais o Pedro Pomar, ex-deputado do Partido Comunista, e mais uma pessoa de quem eu não me lembro agora.

Quando eu estava conversando com pessoas, aproximou-se o delegado Fleury. Ele parece que estava chefiando a operação. Chegou, me viu, me reconheceu, me deu voz de prisão. Quando me viu, disse: “Que é que você está fazendo

aqui?” Falei: “Estou aqui como repórter. É um caso policial”. “Não, não tem caso policial nenhum aqui. Quero saber como é que você chegou aqui. Como é que vocês deixaram esse moço entrar?”

Percebi que várias pessoas começaram a olhar para mim e imediatamente fui cercado e agredido. E nem sabia por quê. Fui cercado por soldados também. Tinha um cara que até espumava na hora, estava completamente fora de si, foi quem começou a agressão contra mim. Me agrediram, deram uns tapas, tinha um rapaz com uma metralhadora – me deu também umas pancadas com a metralhadora. Eles me colocaram num carro, uma Veraneio, e aí fui levado junto com o Chuvisco [Valter Dionísio da Silva, o cinegrafista]. Quase matam a gente dentro da Veraneio, porque a velocidade que imprimiam ao carro era absurda. Subiam na calçada, entravam na contramão. Não sei se faziam isso para assustar.

E no caminho foram me ameaçando, porque queriam saber como eu tinha obtido a notícia de que ali estaria sendo realizada uma reunião de comunistas. E honestamente eu não sabia de nada, recebi um telefonema. Quando chegamos no DOI-CODI, eles pretendiam saber quem dera essa informação. Começaram a me pressionar, mas depois verifiquei que houve uma interferência do comandante do II Exército, o Dilermando Monteiro. Ele foi informado, não sei por quem, de que eu estava detido. Apareceram dois camaradas que se identificaram apenas como oficiais, pertencentes ao setor de relações públicas do II Exército.

Tinham ido lá a mando do comandante para me colocar em liberdade, pedir desculpas e dizer que infelizmente teria havido um excesso da parte deles, mas que eu não deveria me aprofundar na coisa, porque isso daria margem a interpretações, que ele agradecia a colaboração da imprensa etc. “Mas desculpa não tira as pancadas que recebi”, eu disse, queria explicação. “Não, você não deve levar isso à frente...”. E aí fui colocado em liberdade. Levaram-me na mesma perua Veraneio de volta à rua Pio XI, porque meu carro estava estacionado lá. Fui saber o que realmente tinha acontecido, tomei conhecimento do fato.

Ninguém, pelo menos as pessoas com que conversei, ninguém disse que houve resistência. Houve um ataque à casa. Essas pessoas morreram lá dentro. E foi detida uma senhora, que seria a caseira. Quando eu a vi, ela estava cercada, não sei por que motivo. Eles não permitiam que ninguém chegasse perto da mulher. A mulher não estava machucada, tenho certeza disso porque quem me

falou foi um investigador. Ainda perguntei: “A mulher tem alguma ligação com o pessoal?” “Não sabemos ainda”, falaram.

Eles fizeram um ataque planejado, atacaram a casa por trás, pela frente e dos lados. Foi uma ação conjunta, de surpresa. O cerco, a forma como estava o prédio, o estado de excitação dos próprios agentes que participaram da operação. Você verifica que foi uma coisa muito rápida, planejada. Não acredito que eles tivessem batido: “Olha, aqui é a polícia, será que vocês querem sair?”. Dificilmente. Foi um dos episódios mais tristes de que eu participei, porque até então a gente sabia das coisas por ouvir dizer. Então, ali verifiquei uma situação de fato.

Não havia armas com os mortos. E não vi arrecadação de armas, pelo menos na hora. Ninguém falou para mim, na hora, que houve apreensão de armas, nem reação. O que houve foi uma ação contra quem estava lá dentro.

Fleury ficou com muita raiva, fora de si. Ele me conhecia porque eu fazia polícia, quando ele era investigador, e eu o acompanhava em diligências e tal. Nós nos conhecíamos havia 15, 20 anos. Ele me conhecia perfeitamente. Ele chamou a atenção, e essa foi a razão da revolta dos investigadores, porque tinham me deixado entrar. Porque é lógico, se eu chego e digo que sou jornalista, os caras me dão uns trancos e me botam para fora da casa. Mas eu entrei no bolo, fui vendo o que estava acontecendo, ninguém falava nada.

O que agitou tudo depois foi a minha prisão. Essa operação teria sido desencadeada talvez sem a imprensa, ou com a imprensa tomando conhecimento depois. Houve a informação à Secretaria de Segurança, de que tinham detido um jornalista. Isso é que deve ter chamado a atenção dos jornalistas que fazem plantão lá. Se isso não ocorresse o acontecimento poderia passar despercebido, pelo menos na hora.

Pela primeira vez na minha vida eu fiquei com medo. Embora não demonstrasse, porque tentei reagir. Na hora você é cercado por um monte de gente, levando bofetada no pé do ouvido, o cara batendo até com o cabo da metralhadora – você não sabe o que vai acontecer.

## O MILITAR

### “A INFILTRAÇÃO DIZIMOU A ESQUERDA NO BRASIL”

*Em dezembro de 1976, o sargento Marival Chaves Dias do Canto servia no DOI-CODI de São Paulo e foi observador privilegiado dos bastidores da operação da Lapa. Em 1985 desligou-se do Exército, e em 1992 denunciou, em detalhes, as circunstâncias em que diversos dirigentes comunistas foram assassinados e tiveram seus corpos ocultados. Marival concedeu ao autor longa entrevista, publicada inicialmente na revista Atenção!.*

Quando você tomou conhecimento de que se organizava a operação que teria como resultado a ação da Lapa?

— No momento em que vieram para o então DOI-CODI do II Exército os agentes do Rio de Janeiro. Porque de repente apareceram dez carros do Rio de Janeiro, com o chefe de operações do DOI do I Exército. Isso pressupunha o desenvolvimento de uma operação conjunta com o DOI do II Exército.

Quem era o chefe de operações?

— Doutor Luiz, entre aspas, nome fictício. Era um major. Foi o mesmo que, no atentado do Riocentro, chefiava a seção de operações do DOI do Rio de Janeiro.

A operação da Lapa foi autorizada por Brasília?

— A operação envolveu dois órgãos. Os DOIS eram setorizados, quando atuavam fora dos limites teoricamente tinham de ter autorização. Como era uma operação de grande envergadura, envolvia um enorme número de agentes, suponho que pelo menos o ministro do Exército tinha conhecimento, via Centro de Informações do Exército (CIE).

Em que momento você ficou sabendo que a operação tinha sido possível graças à colaboração de um dirigente do partido, Jover Teles?

— Fiquei sabendo que havia um infiltrado. Os agentes do DOI do Rio de Janeiro se instalaram em São Paulo e a partir daí houve indiscrições. Eu só fiquei sabendo que era Jover Teles o infiltrado tempos depois. O apelido, “VIP”, fiquei sabendo no dia. Eu vi um mapa, na sala onde se deu o planejamento da operação, que ficava próxima à minha, com um esboço das ruas onde se daria o *ponto*, nitidamente a avenida Brigadeiro Luis Antonio e suas transversais, onde o Jover seria apanhado pelo carro do PCDOB para participar da reunião.

Não havia ainda o endereço da casa, o DOI não sabia.

— Não só o DOI, o Jover também não. O carro que apanhou o Jover foi seguido e ingressou numa casa. Aí é que se descobriu a casa da rua Pio XI.

Quer dizer, a traição do Jover consistiu em deixar-se seguir.

— Sem dúvida, ele tinha consciência disso. Aliás, ele saiu do Rio de Janeiro, lá ele foi preso, lá ele foi infiltrado, lá as suas atividades passaram a ser controladas. Num determinado dia ele recebeu a comunicação de que deveria participar de uma reunião do Comitê Central e deslocar-se para São Paulo, e recebeu um *ponto*.

O Jover não poderia ter avisado os companheiros que o apanharam?

— Ele poderia muito bem chegar em São Paulo e se desvencilhar da repressão. Mas a coisa foi premeditada. Saiu do Rio de Janeiro, colaborou inteiramente. O que deve ter acontecido? Em São Paulo ele marcou um *ponto* com o controlador dele, do DOI do 1 Exército, e dali saiu acompanhado para o *ponto* com a Elza Monnerat.

Você acredita que Jover veio para São Paulo e não foi nem seguido?

— Exato. Saiu do Rio de Janeiro seguramente desacompanhado, ficou em São Paulo solto, um dia, digamos. O *ponto* com a Elza seria às 18 horas, muito bem, marcou um *ponto* com o controlador às 16 horas, ou pouco antes do *ponto* com a Elza. Depois de se encontrar com o controlador ficou circulando, e a repressão seguindo ele. Aí ele entrou no *ponto* com a Elza. Tenho certeza pelo seguinte: uma vez que ele já havia dito para quem o controlava que deveria participar dessa reunião, que essa reunião se realizaria, não teria sentido ele viajar sob vigilância. Agora, não acredito que Jover conhecesse os detalhes de planejamento da operação, e muito menos o seu desfecho, poderia até influir no comportamento dele na reunião.

Por que você diz que ele foi infiltrado?

— Essa é a terminologia utilizada nos órgãos de repressão. O Jover era um infiltrado como o Cabo Anselmo, ou como o Jota, que delatou e levou à morte praticamente duas dezenas de ativistas da ALN. Só que, pelas circunstâncias, dois meses depois de iniciado o processo de infiltração houve essa reunião da cúpula do PCdoB, que ele foi obrigado a delatar, e resultou naquilo que nós conhecemos.

Você tem alguma informação sobre o acordo de masmorra que a repressão fez com Jover?

— Não, mas a prática utilizada para conseguir acordos semelhantes era chantagem, coerção irresistível. Isso é doutrinário, fiz vários cursos na Escola Nacional de Informações em que essa era a tônica: se diz que é necessário utilizar todos os artifícios, como coação, coerção, a utilização do parente como instrumento de chantagem, a desestabilização psicológica do preso, pagamento em dinheiro – e por último, instrumentos que deveriam ser tornados públicos na medida em que o sujeito rompesse o acordo: fotografia do preso recebendo recursos financeiros, gravação magnética.

Você tem alguma idéia de como chegaram ao Jover?

— Não.

Por que o Arroyo e o Pomar, na sua opinião, eram alvos seletivos, pessoas marcadas para morrer?

— Arroyo era o dirigente militar, e o Pomar era do alto escalão.

Mas você acha que havia um planejamento para eliminá-los?

— Não tenho dúvida de que estava tudo planejado para estourar, prender e matar. Todos ali eram pessoas marcadas para morrer. Se levarmos em conta o extermínio do PCB, que havia abandonado a perspectiva da luta armada, que via como forma de chegar ao poder a luta de massas – com os antecedentes do Araguaia, em função de o PCdoB figurar sempre na prioridade um, para efeito de repressão, não tinha por que deixar vivos. Dirigentes de organizações menos importantes morreram, imagine o PCdoB, estava sempre presente a questão da luta armada.

Na sua opinião, por que as outras pessoas não morreram?

— Não morreram porque o Jover tinha que sair. Ele era um agente infiltrado que mal tinha começado.

Você chegou a analisar o produto dos interrogatórios dos presos da Lapa?

— Sim.

Você sabia que estavam sendo submetidos a tortura?

— Perfeitamente. Que os depoimentos estavam sendo conseguidos mediante tortura. Era prática corriqueira.

Você chegou a ver alguns desses presos?

— Não. Nem o próprio Drummond, eu estava ausente no dia.

Você acha que aconteceu o que exatamente com ele?

— Ele estava sendo interrogado sob tortura, no andar superior, numa sala improvisada, e conseguiu se desvencilhar dos algos. Ele tentou fugir e foi perseguido. Só que ele não conhecia as dependências do órgão.

Como é que a disputa entre os militares mais ligados ao Geisel e os mais ligados ao Frota repercutia nessas operações?

— Era tudo igual. Eles eram todos generais de uma linha só, de uma origem só. Temos que nos reportar ao que foi a ditadura militar. É difícil diferenciar Dilermando de Humberto de Souza Mello, ou de Ednardo. Eram todos de uma escola só, todos radicais de direita, todos executavam os planejamentos da elite capitalista.

Na sua opinião, qual o fator decisivo no desmonte da esquerda durante o regime militar?

— Contribuíram para isso a atomização das esquerdas e o processo de infiltração, aliado às outras técnicas de investigação: escuta telefônica, violação de correspondência, vigilância. A infiltração praticamente dizimou as organizações de esquerda no Brasil. A infiltração levou à cúpula das organizações. Cortou a cabeça, o resto debandava.

Quando é que você sentiu-se seguro para começar a fazer as denúncias?

— Depois que Sarney assumiu. Tanto que ele assumiu em março de 1985 e saí em 18 de outubro.

Você tem recebido ameaças?

— Não. Ameaçaram no início, logo após a publicação da matéria na *Veja*, com oito cartas anônimas, dizendo que iam matar minha família, que me matariam. E viram que não me intimidei.

Tem idéia de quem mandou essas cartas?

— As cartas foram todas postadas em Brasília. É quase certo que quem mandou essas cartas chama-se Carlos Alberto Brilhante Ustra.

## Siglas

- PCdoB – Partido Comunista do Brasil,
- CC – Comitê Central,
- DOI-CODI – Departamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna
- DOPS – Departamento Estadual de Ordem Política e Social
- IML – Instituto Médico Legal
- CIE – Centro de Informações do Exército
- PCB – Partido Comunista Brasileiro
- APML – Ação Popular Marxista-Leninista
- VPR – Vanguarda Popular Revolucionária
- ANL – Aliança Nacional Libertadora
- CNOP – Comissão Nacional de Organização Provisória do PCB
- PSP – Partido Social-Progressista
- PF – Polícia Federal
- IC – Instituto de Criminalística
- CISA – Centro de Informação e Segurança da Aeronáutica
- Cenimar – Centro de Informações da Marinha
- LSN – Lei de Segurança Nacional
- STM – Superior Tribunal Militar
- AI-5 – Ato Institucional nº 5
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Base
- OAB – Ordem dos Advogados do Brasil
- SNI – Serviço Nacional de Informações
- PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário
- Oban – Operação Bandeirantes
- Arena – Aliança Renovadora Nacional
- PPB – Partido Progressista Brasileiro
- PDS – Partido da Democracia Social
- DPPS – Departamento de Polícia Política e Social
- UJP – União da Juventude Patriótica
- ESG – Escola Superior de Guerra
- PE – Polícia do Exército
- MDB – Movimento Democrático Brasileiro
- Aciso – Ação Cívica Social
- Forga – Forças Guerrilheiras do Araguaia
- ULDP – União pela Liberdade e pelos Direitos do Povo
- PRC – Partido Revolucionário Comunista
- PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro
- GDUP – Governo Democrático de Unidade Popular
- PT – Partido dos Trabalhadores
- STF – Supremo Tribunal Federal
- PUC-SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
- CPOR – Centro de Preparação de Oficiais da Reserva

# Bibliografia

- ARAÚJO, Maria C. S., SOARES, Gláucio A. D., CASTRO, Celso. *Os Anos de Chumbo — A memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1994.
- CARVALHO, Luiz Maklouf et al. *Pedro Pomar*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- CELSO DE LIMA, Joaquim. *Navegar é preciso — Memórias de um operário comunista*. São Paulo: Diniz, 1984.
- COSTA, Alcir Henrique da. *Barão de Mesquita, 425: a fábrica do medo*. São Paulo: Brasil Debates, 1981.
- FON, Antonio Carlos. *Tortura — História da repressão política no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.
- GASPARI, Elio. *A ditadura encurralada*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GRUPO TORTURA NUNCA MAIS (RJ, PE). *Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.
- JORDÃO, Fernando Pacheco. *Dossiê Herzog — Prisão, tortura e morte no Brasil*. São Paulo: Global, 1979.
- MARKUN, Paulo. *Vlado — Retrato da morte de um homem e de uma época*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- POMAR, Wladimir. *Araguaia, o partido e a guerrilha*. São Paulo: Brasil Debates, 1980.
- SIMAS, Mário. *Gritos de justiça: Brasil 1963-1979*. São Paulo: FTD, 1986.

PUBLICAÇÕES CONSULTADAS

*A Classe Operária*

*Folha de S. Paulo*

*Isto É*

*Jornal do Brasil*

*Jornal da Tarde*

*Movimento*

*O Estado de S. Paulo*

*Playboy*

*Repórter*

*Unidade*

*Veja*

DOCUMENTOS CONSULTADOS

Processo na Justiça Militar

Ofício s/nº — E/2 do II Ex., de 10.12.76

Ofício s/nº — E/2 do II Ex., de 14.12.76

Relatório de operação, II Ex., de 16/12/1976.

Auto de apreensão e exibição do Corcel DH-3227, de 16.12.76.

Laudos cadavéricos, Instituto Médico-Legal.

Laudos de balística, Instituto de Criminalística.

Ofício 004/E/2 do II Ex, de 01.77, solicitando ao DOPS a apresentação de Haroldo Lima.

Ofício 19/77 O.S./DOPS, de 01.77, encaminhado ao DOI-CODI/II Ex.

Ofício nº 001/Comando do II Ex., de 3.2.77.

Ofício nº 001/EM do II Ex., de 3.2.77.

Relato manuscrito de Aldo Arantes à 1ª Auditoria da 2ª CJM, 1977.

Relato manuscrito de Haroldo Lima à 1ª Auditoria da 2ª CJM, 1977.

Relato manuscrito de Wladimir Pomar à 1ª Auditoria da 2ª CJM, 1977.

Depoimento de Elza Monnerat constante do processo na Justiça Militar, 1977.

Testemunho em juízo de Joaquim Celso de Lima, 1977.

OUTROS

- Carta de Paul Erik Jensen a Márcia Ramos de Souza, novembro de 1977.  
Memorial de Aldo Arantes sobre seu afastamento do CC do PCdoB,  
1979. Arquivo pessoal de Luis Eduardo Greenhalgh.  
Memorial de Haroldo Lima sobre seu afastamento do CC do PCdoB,  
1979. Arquivo pessoal de Luis Eduardo Greenhalgh.  
Memorial “Em defesa da verdade”, de Wladimir Pomar, sobre seu afasta-  
mento do CC do PCdoB, 1979.  
Documento final da Reunião Nacional de Consultas da Dissidência do  
PCdoB, 1980.  
“Ao camarada V.”. Nota interna do CC do PCdoB de março de 1980.  
*Habeas-data* de Pedro Pomar. Arquivo do Estado de São Paulo.

ENTREVISTAS E DEPOIMENTOS AO AUTOR

- Adyr Fiúza de Castro, 1986  
Agnes Hernandez, 1986  
Delzir Antonio Mathias, 1986  
Dilermando Gomes Monteiro, 1986  
Dinéas Aguiar, 1986  
Elói Martins, 1986  
Jacob Gorender, 1987  
José Gomes Novaes, 1986  
Laurinda Barbosa, 1986  
Luis Eduardo Greenhalgh, 1986  
Manoel Jover Teles, 1986  
Márcia Ramos de Souza, 1986  
Marival Chaves do Canto, 1996  
Nelson Levy, 1986  
Nelson Veiga, 1986  
Otto Alcides Ohlweiler, 1986  
Ozeas Duarte, 1986  
Paulo Evaristo Arns, 1986  
Pedro Martinelli, 1995  
Wladimir Pomar, 1986

Caso não encontre este livro nas livrarias,  
solicite-o diretamente a:

**Editora Fundação Perseu Abramo**

Rua Francisco Cruz, 224

04117-091 – São Paulo – SP

Fone: (11) 5571-4299

Fax: (11) 5571-0910

Correio Eletrônico: [editora@fpabramo.org.br](mailto:editora@fpabramo.org.br)

Na Internet: <http://www.fpabramo.org.br>

*Masacre na Lapa* foi impresso na cidade de São Paulo pela Bartira Gráfica em dezembro de 2006, ano em que a Fundação Perseu Abramo completou 10 anos de existência. A tiragem foi de 2.000 exemplares. O texto foi composto em AGaramond no corpo 11,5/15. Os fotolitos do miolo e da capa foram executados pela Graphium Gráfica e Fotolito. A capa foi impressa em papel Carta Íntegra 220g; o miolo foi impresso em Offset 75g.